CÉSAR AUGUSTO DORIGUELLO JÚNIOR

OS INDÍGENAS NAS PÁGINAS DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1838-1873)

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP - Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História. (Área de conhecimento: História e Sociedade – Linha de Pesquisa: Identidades culturais, etnicidades, migrações).

Orientador: Prof. Dr. Milton Carlos Costa.

ASSIS

2008

Á Camila Kohori, pelo amor que me devolveu a vontade de seguir em frente. Pessoa sem a qual nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

"O indivíduo não é o traço único de um cogito singular, mas um ponto específico de uma memória coletiva".

(Pierre Bourdieu)

O percurso que me trouxe até aqui foi longo e sinuoso. Durante o trajeto encontrei muitas pessoas que de algum modo me auxiliaram a superar os percalços intelectuais e existenciais com os quais me deparei. Espero não ser omisso com nenhuma delas.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador, Milton Carlos Costa, dono de uma admirável erudição, qualidade tão rara em tempos de especializações exageradas. Além da orientação segura e precisa, ele contribuiu decisivamente em minha formação intelectual por meio de suas instigantes aulas, nos corredores da universidade e nas mesas dos ambientes mundanos.

Ao amigo de primeira hora da faculdade, Cássio Melo, por ter compartilhado comigo, na graduação e na pós, momentos de incertezas e alegrias. Com ele aprendi que a persistência e força de vontade são indispensáveis para a vida.

A Ronaldo Amaral, pessoa ímpar e talentoso historiador, cuja brilhante trajetória me inspira a continuar minha vida acadêmica. Ao velho *camarada* Iuri Cavlak, registro minha profunda gratidão pela amizade leal e sincera. Companheiro dos momentos extáticos, ele me ensinou muito dos prazeres proporcionados pela vida dionisíaca. A André Lopes Ferreira, grande amigo sempre pronto a ouvir e ensinar, por estar lá quando eu precisava de conselhos apolíneos. A Jorge Romanello pelo incentivo e pela generosidade intelectual e humana.

A Luiz Antonio Albertti, pessoa pela qual senti amizade "à primeira vista", gostaria de expressar um agradecimento especial. Companheiro de república, dividi com ele contas, dúvidas, leituras, alegrias, tristezas, viagens e também os melhores momentos da vida "unespiana". Ele sem dúvida me ensinou a ser uma pessoa melhor.

A Manoel Bastos, Fausto Douglas Corrêa Jr., David Pereira da Costa, Luiz Alberto Schiamarella Santana e Fernando Comiran.

Aos cinco sóis de minha graduação, Aline, Carolina, Daniele, Jiliane e Rafaella (a ordem alfabética é para não deixar qualquer impressão de preferência) que formaram o que talvez tenha sido a mais bela constelação de amizade e cujas radiantes luzes iluminaram e aqueceram minha vida universitária.

Aos professores que me ensinaram os primeiros passos da vida intectual, registro aqui meus sinceros agradecimentos: Zélia Lopes da Silva, Áureo Busetto, Carlos Alberto Sampaio Barbosa, José Luís Beired, Carlos Eduardo Jordão Machado, Wilton Lima Silva, Célia Reis Camargo e Antonio Celso Ferreira. A Juvenal Zanchetta gostaria de expressar um agradecimento especial.

Aos professores José Carlos Barreiro e Flávia Arlanch pelas preciosas sugestões no exame de qualificação.

Aos meus familiares pelo apoio incondicional e pela paciência. Sem o carinho deles eu nunca teria chegado até aqui.

À Capes pela suporte material sem o qual a pesquisa teria sido inviável.

DORIGUELLO JÚNIOR, César Augusto. **Os indígenas nas páginas da Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1873).** 131 f. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a visão a respeito do elemento indígena construída pelos letrados reunidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre os anos de1838 e 1873. Parto da hipótese de que o discurso historiográfico produzido naquele espaço do saber postulou uma distinção entre passado e presente no tocante aos indígenas, a partir da tese de que eles seriam resquícios de uma antiga civilização que se degenerou. Dessa forma, estudar presença indígena nas terras brasileiras significava investigar uma era recuada na qual se poderia encontrar um precedente civilizacional para o Brasil e, concomitantemente, refletir acerca dos modos de se incorporar os índios contemporâneos ao novo impulso de civilização iniciado pela consolidação do Brasil independente.

Palavras-chave: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; letrados; indígenas; civilização; Brasil imperial.

DORIGUELLO JÚNIOR, César Augusto. **Indigenous people in the pages of the Brazilian Journal of Historical and Geographical Institute1838-1873).** 131 f. 2008. Dissertation (Master's degree in History) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

ABSTRACT

The objective of this research presentation is to analyze the vision of the indigenous element constructed by scholastic gatherings at the Brazilian Historical and Geographical Institute between 1838 and 1873. Starting from the hypothesis that historiographic discourse was produced in the space of knowledge that postulated a distinction between past and present regarding the indigenous people, based on the thesis that they were remnants of an ancient civilization that degenerated. That way, studying the presence of indigenous people in the Brazilian lands meant investigating a recoiled era in which could be found a civilizational precedent and, concomitantly, reflecting about the ways of incorporating the contemporary Indians into the new impulse of civilization that started with the consolidation of an independent Brazil.

Keywords: Brazilian Journal of Historical and Geographical Institute; scholastic; *Indigeous* (Indians); civilization; Imperial Brazil.

LISTA DE TABELA

1 - Membros fundadores do IHGB (1839) 24

2 - Formação superior dos membros fundadores do IHGB 26

3 - Cargos políticos ocupados pelos membros fundadores do IHGB 26

4 - Membros titulares do IHGB em 1873 27

5 - Formação superior dos membros titulares do IHGB (1873) 29

6 - Instituições que recebiam a RIHGB 41

7 - Artigos e monografia sobre a questão indígena publicados na RIHGB 44

LISTA DE ABREVIATURAS

SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGEB	Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Brasileiro
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIHGEB	Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Brasileiro
HGB	História Geral do Brasil

[...] não há dúvida: o americano está prestes a desaparecer. Outros povos viverão quando aqueles infelizes do Novo Mundo já dormirem o sono eterno.

(MARTIUS, Karl F. P. von. *O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil*. 1832)

[...] o destino histórico do índio brasileiro é deixar de ser índio e se tornar um cidadão brasileiro.

(JAGUARIBE, Hélio. *O Jardim Zoológico do Neolítico.* 1994)

SUMÁRIO

Introdução..... 11

1 – Os artífices da Nação
O IHGB a serviço do Estado imperial..... 20

Um reduto da elite imperial..... 20
A fidelidade à monarquia unitária constitucional..... 30
Centralização e monopólio historiográfico..... 35
A Revista do IHGB: difundindo a história pátria..... 40
A problemática indígena nas páginas da RIHGB..... 44
História e Geografia: "civilizando o tempo e o espaço"..... 47

2 – Reverências ao morto
O lugar dos indígenas na História do Brasil..... 55

A América sob o olhar europeu..... 55
Descortinando a antiguidade de um Mundo não tão Novo..... 62
Os verdadeiros períodos da História do Brasil..... 66
A busca pelas ruínas perdidas..... 70
Martius e a grande civilização decadente do Brasil..... 75
A seção de Arqueologia, Etnografia e Línguas indígenas..... 85

3 – O estorvo dos vivos
Os índios como impedimento para a Nação..... 89

Os "bravios" do Império: integração x extermínio..... 94
De selvagem agressor a selvagem agredido..... 99
Catequese e civilização..... 105
O visconde de Porto Seguro: uma voz destoante..... 111
De velho decadente à infância do homem..... 117

Considerações Finais..... 124

Referências Bibliográficas..... 126

Fontes..... 126
Bibliografia..... 126

Introdução

> Em quanto aos meus estudos sobre a história primitiva dos autóctones do Brasil, e da América em geral, consta-me, como fato geral, que toda a povoação primitiva das Américas viveu em tempos remotíssimos *em um estado muito mais civilizado* do que aquele em que achamos tanto os Mexicanos de nosso tempo, ou outros povos montanheses, como os *Índios selvagens do Brasil*. *Toda esta povoação, sem dúvida muito mais numerosa, caiu de uma posição muito mais nobre por diversas causas*[1].
>
> O ponto, de que hoje nos ocupamos, é de certo interessante para a prosperidade do Brasil, e assim também a de outros Estados, em cujas matas vagam milhares de nações indígenas, privadas dos cômodos da civilização. O escritor que apresentasse um plano bem concertado, para trazer ao grêmio de nossa sociedade tantos homens perdidos para ela, mereceria uma estátua, ainda com mais justiça do que esses afortunados que descobriram tão vastos países[2].

Construir uma nação para o recém criado Estado brasileiro, de modo sucinto, essa foi a tarefa a que se investiu o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, fundado em 1838. Agregando figuras exponenciais do cenário político e letrado de princípio do século XIX, o IHGB teve como escopo delinear as especificidades históricas do jovem país com vistas a criar legitimidade ao tipo de identidade nacional almejado pelos artífices do Império.

Caracterizando-se durante um largo período como único modelo de instituição voltado à escrita da história, o IHGB, assim como seus congêneres regionais[3], foi responsável pela formulação de certas balizas que nortearam o ofício do historiador pelo menos até a consolidação das universidades na década de 1940, momento no

---

[1] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1840, p. 400 (grifo meu).
[2] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1840, p. 3.
[3] A literatura sobre os Institutos regionais ainda carece de um estudo articulado que congregue em uma obra coletiva os resultados, ainda muito esparsos, a respeito de seu papel na construção da historiografia brasileira anterior à das universidades. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Os guardiões de nossa história oficial*. *Cadernos IDESP* (9). São Paulo, IDESP, 1989; FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*: letrados, instituições invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Edunesp, 2001, p. 93-158.

qual a hodierna historiografia profissional identificou o marco inovador dos estudos históricos brasileiros de maneira a distinguir-se dos critérios "pré-científicos" estabelecidos naquele espaço do saber.

Não obstante, é notório o fato de que algumas das concepções a respeito da história nacional suscitadas no Instituto sediado no Rio de Janeiro vincaram profundamente o modo pelo qual o conhecimento historiográfico se estruturou e se vulgarizou no Brasil[4], a exemplo das canônicas demarcações cronológicas e de certa tendência a conceber a unidade do país como um dado naturalizado.

Além disso, foi naquela agremiação onde pela primeira vez se propôs, especificamente em 1844, o pressuposto de que a história brasileira deveria dar conta de equacionar a contribuição das três raças – branca, indígena e negra – para a compreensão daquilo que se presumia ser a verdadeira "essência" do país. Premissa que apesar das tonalidades distintas que adquiriu ao longo do tempo, pautou muitas das obras de referência produzidas pelo pensamento social brasileiro[5].

Não é o caso aqui de esmiuçar o espólio legado pelo IHGB à historiografia contemporânea. Tal empreitada demandaria um esforço descomunal de pesquisa profunda e abrangente a respeito da história da história no Brasil, de modo a divisar sistematicamente as rupturas e continuidades de problemáticas, bem como os expedientes teórico-metodológicos utilizados para abordá-las; meu intento é bem mais modesto. O que pretendo neste estudo é analisar como se configurou uma visão sobre o indígena no interior do discurso historiográfico encetado por uma instituição específica. Minha preocupação, dessa forma, não reside na abordagem das culturas nativas propriamente ditas, mas sim no modo pelo qual os autóctones foram pensados pelo grupo de letrados fundador da história do Brasil. São esses homens os protagonistas desta dissertação.

De acordo com John Manuel Monteiro, uma outra postura interpretativa adotada no bojo da formulação do saber histórico levado a cabo pelo IHGB, e cujas

---

[4] "[...] coube ao Instituto Brasileiro e aos Institutos estaduais e aos seus membros iniciar e pesquisa histórica e lançar os fundamentos de um sistema de investigação". Cf. RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 41.

[5] Penso aqui nas obras de: ROMERO, Silvio. *História da literatura* brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, 4 vol.; FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2002; RIBEIRO, Darcy. *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. Para estudo que demonstra a reatualização da idéia de "democracia racial" nos três autores mencionados. Cf. DAMATTA, Roberto. *Relativizando:* uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 58-85.

ressonâncias foram bastante longevas, consistiu na maneira como o indígena foi concebido pela historiografia brasileira então em construção; sua história se resumiria à trajetória de seu desaparecimento. Na pena do autor: "A vertente pessimista teve bastante espaço nas sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nas quais a perspectiva do desaparecimento dos índios – por qualquer motivo que fosse – fincou pé"[6]. É por essa vereda de investigação que pretendo seguir.

É imprescindível salientar que me distancio do tipo de abordagem advindo principalmente da história e crítica literárias, para as quais o tratamento destinado ao indígena pelos círculos intelectuais do Brasil oitocentista, dentre eles o IHGB[7], deve ser compreendido no contexto de estilização estética característica da corrente *romântica*. Ao mimetizar as peculiaridades da *paisagem* e dos *nativos*, tal voga literária desejou criar uma narrativa épica a partir de um enredo recorrente e cuja trama tinha por intenção retratar o heroísmo dos *brasílicos*, dotados de patentes traços europeizados e predispostos a entregarem-se aos valores da cultura branca. Temática, aliás, muito bem investigada por autores de alto calibre.

Obviamente que não julgo ter existido no momento em questão uma delimitação estanque entre os discursos historiográfico e literário, como se os mananciais simbólicos produzidos tanto por um quanto por outro não tivessem extravasado suas tênues fronteiras de modo a confundirem-se em vários momentos[8]. Muito longe de configurar-se como um espaço científico especializado à maneira das universidades, o IHGB caracterizou-se como reduto de *homens de*

---

[6] MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores*: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Livre-docência em Etnologia) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade de Campinas, Campinas, 2001, p. 148.

[7] Maria Lúcia Paschoal Guimarães chama a atenção para as recorrentes generalizações mecânicas que reduzem o IHGB a um reduto de literatos indianistas: "[...] Outro nó que costuma amarrar os estudos acerca da contribuição historiográfica do IHGB, em meados do século XIX, diz respeito à pretendida existência de uma corrente de autores da Academia, voltada para a temática indigenista. Um dos elementos utilizados pelos especialistas para classificar como romântica a produção historiográfica do Instituto Histórico, naquela época". Cf. GUIMARÂES, Maria L. P. *Sob a imediata Proteção de Sua Majestade Imperial:* O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo, Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994, p. 255. Antônio Soares Amora apontou a necessidade de se avaliar as reais dimensões do papel desempenhado pelo IHGB na literatura brasileira daquele momento, principalmente na primeira fase do romantismo. Esse autor sublinhou que a participação da agremiação carioca só ocorreu de modo tangencial e indireto, pois os trabalhos etnográficos ali produzidos seriam fontes das quais os literatos se serviram e não ensaios para a realização de suas obras. Cf. AMORA, Antônio Soares. *A literatura brasileira.* São Paulo: Cultrix, vol. II, 1976, p. 112.

[8] Cf.CEZAR, Temístocles. "Presentismo, Memória e Poesia: Noções da Escrita da História no Brasil oitocentista". In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) *Escrita, Linguagens, Objetos.* Leituras de História Cultural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 43-80.

letras interessado nas mais diversificadas atividades do "espírito", dentre as quais a literária. Não poderia ser diferente, haja vista que mesmo para a Europa da primeira metade do século XIX é complexo demarcar precisamente as áreas do conhecimento que mais tarde tornar-se-iam os domínios compartimentados das ciências humanas[9], a partir de então guiados por critérios analíticos expurgados de qualquer traço subjetivo; pelo menos assim criam os "*sacerdotes da ciência"*[10].

Ainda que a prática do Instituto não possa ser entendida como uma historiografia *stricto sensu*, suponho ser viável percorrer os meandros dessa produção de maneira a identificar como os letrados reunidos naquela instituição pretenderam se valer de um conjunto de procedimentos sintonizado aos padrões e conquistas alçados pelo conhecimento à época. A finalidade desse esforço era claramente a de desvendar os fundamentos mais recônditos da *Nação* brasileira, que mesmo possuindo aos olhos dos historiadores do Império um conteúdo ontológico inquestionável, careciam ser elucidados por intermédio de um *saber positivo*, que restituísse à história brasileira um encadeamento de eventos, organicamente interligados, que servisse à edificação da *Nação*.

Tendo como mote de suas análises o axioma de que a história do Brasil deveria traduzir a marcha civilizacional que rasgou esta porção dos trópicos, os letrados do IHGB incumbiram-se da tarefa de retirar o limo que recobria os fios constituintes da teia genealógica da *Nação*. Nesse sentido, Manuel Luis Salgado Guimarães define com propriedade o significado do empenho dos historiadores do Instituto em seu debruçar-se sobre o estudo dos indígenas:

> Para os círculos intelectuais, ocupar-se deste tema ganhava sentido exatamente no momento em que a tarefa de construção da Nação colocava-se como prioritária, envolvendo o processo de integração física do território e a discussão relativa às *origens da Nação*. Significava pensar *o lugar das populações indígenas no projeto em construção*, definido um saber sobre estes grupos, para ser tornado memória, a fixar e transmitir.[11]

---

[9] Cf. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
[10] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças:* cientistas instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 28-30.
[11] GUIMARÂES, Manuel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. I (1), 1988, p. 20 (grifo meu).

Seduzidos pelo mito das origens, os artífices do Brasil presumiram ser possível rastrear um precedente civilizacional indígena recuado a um tempo remoto. Uma história brasileira em seu período pré-cabraliano, no qual poder-se-ia identificar o marco fundador da *Nação* em uma antiqüíssima era predestinada a ser o passado da Terra de Santa Cruz. Momento inicial este projetado às longínquas raias da história e por isso mesmo passível de ser tomado como tradição, a exemplo do que ocorria entre seus vizinhos latino-americanos, que naquele momento começavam a reclamar para si a "herança", formada por colossais ruínas arquitetônicas, deixada pelas civilizações pré-colombianas.

Tal conjectura não se apoiou no vazio, mas sim nas pesquisas de viajantes estrangeiros que àquela época empreenderam minuciosas investigações *in loco* a partir dos postulados da história natural. Nesse contexto de intensa excitação científica, destacou-se nos círculos letrados brasileiros o botânico bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius, cientista muito influente no IHGB, que forneceu em boa medida os subsídios interpretativos que nortearam os trabalhos voltados ao estudo da presença indígena nas terras brasílicas. Seu argumento central advogava a idéia de que autóctones seriam vestígios de uma grande civilização elaborada outrora florescente, que por motivos nebulosos, não obstante passíveis de explicação, entraram em um irreversível processo de *decadência* atestado pelo seu lastimável estado de selvageria no presente, que os impelia a atitudes belicosas frente às pretensas tentativas integracionistas dos poderes estatais.

As hipóteses de Martius foram entusiasticamente acolhidas pelos historiadores do Império e postas à prova por intermédio de uma rede de saberes – a qual Martius exortou os membros do IHGB a dirigirem sua atenção – dedicada à Etnografia e as "ciências" afins, como a Arqueologia e a Filologia. Estas progressivamente ganharam uma expressiva importância no seio das atividades do Instituto, redundando na materialização, em 1847, de uma seção autônoma destinada a esses campos de interesse, a seção de "Arqueologia, Etnografia e Línguas Indígenas" que somada à tradicional seção de Geografia, tinha o escopo de propiciar o arsenal analítico para o deslindamento daquela que julgavam ser a peça mais antiga do mosaico da história do Brasil.

Além disso, e a despeito das reiteradas declarações dos próprios membros do IHGB acerca do papel primordialmente científico e cultural da instituição, destituída de implicações políticas, sua atuação no que concerne à temática indígena

preocupou-se em discutir e receitar os passos a serem seguidos para a efetiva assimilação dos aborígines coevos, com vistas a obter uma tessitura racial e social traduzida num corpo coeso e homogêneo de cidadãos à maneira exigida por um Estado-nação. Nessa tarefa, a catequese, a introjeção do valor do trabalho e a miscigenação, adotadas como políticas de Estado, seriam etapas indispensáveis. A escrita da História empreendida pela academia carioca, dessa forma, "[...] era *indissociável da ação política*, sua funcionalidade era concebida como propedêutica ao poder em vias de definição. A história não era apenas o registro fiel do passado, ela era parte da construção do futuro"[12].

Em vista do irrefutável fato de ter sido o IHGB um *lócus* historiográfico marcado pelos desígnios do Estado Imperial, penso ser viável guiar-me neste estudo a partir de algumas proposições seminais do historiador Michel de Certeau, em seu texto *A operação historiográfica*[13]. Todavia, sem tomá-lo como um modelo prescritivo de análise.

De Certeau nos chama a atenção para o substrato social do *fazer história* ao explicitar a íntima relação entre o discurso historiográfico e a instituição que o sustenta: o *lugar social*. Articulação que mesmo reprimida no nível discursivo é a condição inegável que possibilita a emergência de um saber a respeito do passado, fornecendo o leque de problemas a ser tratado e os parâmetros para abordá-lo. Na lapidar definição do autor:

> Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, *uma categoria de letrados*, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes são propostas, se organizam[14].

A *operação historiográfica*, tomada por esse viés, seria menos o resultado da atuação de um grupo de letrados isolado da sociedade do que fruto de uma série de mediações determinadas pelas demandas de uma instituição visceralmente ligada

---

[12] SHAPOCHNIK, Nelson. *Como se escreve a história?*. *Revista Brasileira de História: Memória, história, historiografia.* São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 13, (25/26), 1993, p. 73 (grifo meu).
[13] De CERTEAU. Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 65-119.
[14] Ibidem, p. 66-67 (grifo meu).

às especificidades de seu presente, similar a uma *oficina* na qual se constroem a partir de elementos retirados do seu universo de origem, os *dados* a serem postos a serviço de um conjunto de indagações proposto *a priori*[15]. Ainda de acordo com De Certeau, a prática historiográfica tem como uma de suas características fundamentais a efetuação de uma clivagem entre o presente e o passado; o que lhe permite postular ao mesmo tempo aquilo que uma sociedade *é* em um dado momento, bem como aquilo que *deixou de ser*.[16]

Ao tomar os indígenas embrenhados nas matas como seres decaídos, abria-se a possibilidade de pensá-los partindo-se de um presente bifronte, que ao mesmo tempo em que voltava uma de suas faces a um passado no qual enxergava uma perdida civilização sofisticada, digna de figurar como capítulo primevo do compêndio da história da *Terra de Santa Cruz*, olhava para um futuro "glorioso" a ser conquistado pelo encargo de trazer os silvícolas degradados aos cômodos da sociedade imperial.

Como bem assinalou o historiador francês Jacques Le Goff, a noção de *decadência* tem como corolário a idéia de correção, cuja finalidade almeja a *renovação*[17]. Porém, desta feita, não buscando o retorno a um estado anterior mais puro, mas sim a partir dos padrões de civilização eleitos pelos arautos de um Brasil de cor branca e fé cristã.

O recorte cronológico desta pesquisa situa-se entre os anos de 1838 e 1873. A primeira baliza assinala o ano de fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro que coincide com a publicação de um texto de von Martius, bastante conhecido entre os letrados do IHGB, intitulado *Etnografia Americana: O Passado e o Futuro do Homem Americano*, no qual o botânico bávaro sistematiza a tese de que os indígenas brasileiros seriam resultado de um processo de decadência anterior à chegada dos europeus ao Novo Mundo, idéias estas esboçadas em um escrito precedente datado de 1832. Importante sublinhar, ainda, que mesmo advogando a tese de que os autóctones eram seres decaídos, Martius não abriu mão da visão monogenista e posteriormente defenderia a positividade encerrada no processo de miscigenação entre indígenas e brancos, evidentemente com a preponderância da *índole* destes. Tais considerações vieram ao encontro dos interesses dos homens

---

[15] Ibidem, p. 81.
[16] Ibidem, p. 14-18.
[17] LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Edunicamp, 1990, p. 377.

reunidos no Instituto, ávidos por construir um passado e um povo coesos, e por isso mesmo foram por eles amplamente compartilhadas.

O ponto limite é marcado pela publicação, nas páginas da Revista do IHGB, do extenso estudo do General José Vieira Couto Magalhães, *Ensaio de Antropologia: região e raças selvagens*[18]. Preterindo o modelo interpretativo *decadentista,* o texto em questão inaugurou no Instituto o debate encetado no Brasil pela convencionalmente denominada geração de 1870, já pautado pelo parâmetro racial biológico inspirado em diversas matrizes teóricas como o positivismo, evolucionismo e o darwinismo social. O referido escrito questionou, ainda, a pedra angular do receituário civilizacional até então hegemônico no IHGB, qual seja, a catequese. Além disso, ocorre um deslocamento institucional da questão etnográfica, pois se esta possuía até aquele momento uma expressiva importância no interior do IHGB, paulatinamente tornar-se-á um problema da alçada do Museu Nacional, reestruturado a partir dos moldes dos grandes centros europeus pelas administrações de Ladislau Netto (1874-1893) e Batista Lacerda (1894-1915)[19], que defenderam caber ao Museu a legitimidade de versar a respeito de assuntos etnográficos[20].

No primeiro capítulo, pretendi caracterizar o IHGB como um *lugar social*. Para tanto, me detive na análise sócio-profissional do quadro de membros fundadores à luz do panorama político da época, de modo a evidenciar os liames entre o Instituto e o Estado Imperial. Almejei, também, delinear os pressupostos que balizavam a concepção de história do IHGB. Tal recurso me permitiu compreender o modo pelo qual a temática indígena emergiu como objeto legítimo no horizonte de

---

[18] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1873, pp. 359-516.

[19] Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças...* Op. cit., p. 70-71.

[20] Exemplo sintomático da disputa pela legitimidade sobre assuntos etnográficos é o episódio no qual Batista Lacerda retirou do acervo do Instituto um crânio indígena, alegando que este serviria melhor aos propósitos da ciência no Museu Nacional: "[...] Ali vai por mais de 10 anos, eu e o meu amigo e colega Dr. Rodrigo Peixoto fomos buscá-lo (o crânio); e conseguimos encontrá-lo, graças ao obsequioso auxílio do Sr. Martins, empregado da biblioteca daquele Instituto, foi-nos consentido levá-lo para o Museu Nacional, onde exercia eu então as funções de sub-diretor de uma das seções. O trabalho craniológico e craniométrico, que a respeito desse crânio publiquei... nos Arquivos do Museu nacional, foi o primeiro que no mundo científico apareceu sobre os crânios humanos encontrados nas cavernas da Lagoa Santa. Posso assegurar, que tão valioso espécime craniológico teve sempre durante o tempo que exerci funções de diretor de uma das seções do Museu, e creio que ainda tem lugar seleto e reservado nas coleções de crânios daquele estabelecimento". **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1893, p. 349-350. Fica claro no trecho que Lacerda julgava nulo qualquer estudo sobre o crânio feito pelo IHGB, que o possuía desde 1843, além de evidenciar os novos parâmetros de análise advindo do 'bando de idéias novas' que chegou ao Brasil, a exemplo da crâniometria.

preocupações da ilustre agremiação a partir do desejo de urdir um país civilizado nos trópicos.

No capítulo seguinte, intentei avaliar a maneira pela qual os saberes construídos e divulgados pelos viajantes estrangeiros foram utilizados como subsídios que permitiram a construção de um passado alargado para o Brasil, no qual os anseios por um precedente civilizacional para o recém-criado Estado puderam encontrar terreno fértil para desenvolverem-se. Nesse esforço, a prática historiográfica do Instituto, valendo-se de uma clivagem entre presente e passado a partir da noção de decadência, identificou os indígenas pré-cabralianos como descendentes de uma civilização mais adiantada e aparentada com povos do Velho Mundo, ao mesmo tempo em que postulou serem os índios do presente seres degradados fadados ao desaparecimento.

No terceiro capítulo, analisei como o Instituto Histórico posicionou-se em relação aos indígenas seus contemporâneos no sentido de refletir sobre os possíveis planos para a incorporação dos nativos à sociedade Imperial, com base em prescrições brandas que chancelaram a legislação indigenista do Império. Nesse momento, ocorreu um esforço orquestrado para demonstrar os abusos cometidos pelos colonizadores ao longo do período colonial, que se valendo de recursos violentos incitaram os indígenas à recalcitrância. Esse expediente permitiu que se criasse um estereótipo que consagrava o indígena como vítima passiva, que em face da truculência do branco necessitava ser tutelada até a consumação de seu destino funesto. O contraponto de tal visão materializou-se na pena de Varnhagen, grande expoente do IHGB e defensor da política de integração a ferro e fogo.

As fontes utilizadas constituem-se fundamentalmente em artigos, monografias, relatórios, cartas e atas de seção publicados no periódico trimestral da agremiação carioca, que registrou com minúcia de detalhes praticamente todas as atividades da instituição. Além desse material, recorri também aos escritos de José Bonifácio, bem como aos de Varnhagen, sobretudo sua *História Geral do Brasil*. Gostaria de destacara, finalmente, que atualizei a ortografia presente na documentação, respeitando evidentemente o seu significado, para que a leitura se tornasse mais fluente.

1 – Os artífices da nação
O IHGB a serviço do Estado Imperial

> Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela.[21]

Um reduto da elite imperial

A 18 de agosto de 1838 leu-se em assembléia da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional uma petição subscrita pelo marechal José Raymundo da Cunha Mattos e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, respectivamente primeiro secretário e secretário adjunto da mencionada associação. O texto apontava a urgência de se criar sob os auspícios da SAIN um instituto dedicado à história e à geografia. Após longa discussão, decidiu-se na sessão do dia seguinte pela aprovação da proposta. Alguns meses mais tarde 27 ilustres convidados são chamados a compor o primeiro grupo de sócios. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro iniciou suas atividades naquele mesmo ano, após a definitiva chancela obtida por votação realizada a 12 de outubro, na qual também foram definidos seu quadro dirigente e sua base estatuária.

Precedido pela fundação do Arquivo Público, a 2 de janeiro de 1838, a concretização do Instituto Histórico na capital do Império pode ser compreendida, não obstante ter sido idealizado por iniciativa privada, como fruto do processo de constituição de espaços voltados à fomentação cultural e científica no Brasil iniciado

[21]De CERTEAU, Michel. Op. cit., p. 76.

com a vinda da Família Real portuguesa para a colônia ultramarina e continuado por D. Pedro I após a emancipação.

Ao longo do período joanino o incentivo à criação de tais instituições atendia à necessidade de se reproduzir nos trópicos a vida cultural metropolitana, a exemplo da Academia de Belas-Artes (1816), do Real Teatro de São João (1813), da Real Biblioteca (1813), entre outras. Além disso, almejava-se ampliar o domínio científico sobre as potencialidades naturais da ex-colônia a partir da inauguração do Real Horto, do Museu Real, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, etc.

Dirigidas por homens imbuídos da tradição intelectual lusitana, sobretudo a coimbrã, orientada para a manutenção e reforço da máquina estatal, essas instituições científico-culturais transformaram-se paulatinamente em instrumentos orquestrados para a construção do Estado-nação brasileiro após 1822, auxiliados posteriormente pelas faculdades de direito (Olinda e São Paulo) e medicina (Bahia e Rio de Janeiro), das quais sairiam as novas fornadas das elites política e letrada.

O IHGB não fugiria à regra. A justificativa de sua fundação alinhava-se perfeitamente ao *ethos* dos referidos estabelecimentos, enfeixados na tarefa de construir o Brasil:

> Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento de seus costumes públicos, é evidente que em uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior soma de luzes deve formar o maior grão de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquela que, versando sobre a história e a geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros.[22]

Descontado o efeito retórico de valorização do talento e do mérito, quesitos secundários em uma sociedade de caráter personalista[23], o fragmento supracitado deixa patente uma concepção de Iluminismo atrelada ao desenvolvimento das

---

[22] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1839, p. 5-6.
[23] Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 183.

estruturas de domínio governamental[24], cujas rédeas estariam bem direcionadas caso entregues às mãos de uma *intelligentzia* esclarecida.

Investiam-se assim com a certeza de sua utilidade como conselheiros da administração pública com o intuito de evitar excessos, bem como se autoproclamavam fulcro irradiador das *luzes* entre um povo brasileiro ainda a ser construído e por isso mesmo passível de se deixar seduzir pela anarquia revolucionária. Tais objetivos pedagógicos se tornam inteligíveis se considerarmos o período turbulento por que passava o Império desde a abdicação de seu primeiro monarca em 1831.

Após a experiência de um governo com traços marcadamente absolutistas, tornava-se premente a adoção de reformas de caráter descentralizador – materializadas pelo Ato Adicional em 1834 – como resposta às insatisfações de grande parte dos grupos dominantes provinciais. Esses descontentamentos redundaram na eclosão de vários levantes ao longo do período regencial, muitos dos quais com a bandeira republicana em riste, que não raras vezes ameaçaram seriamente a incipiente unidade do país.

No intrincado jogo de forças políticas que marcou a década de 1830, podemos divisar, grosso modo, três posições distintas: a dos restauradores, defensores da volta de D. Pedro I; liberais exaltados, partidários do federalismo e em larga medida da República; e, finalmente, a dos moderados, reunidos pela aspiração de uma monarquia liberal e situados entre os pólos extremos acima mencionados. Foi adepta deste último grupo a maioria dos homens que se articulou na fundação do Instituto[25]. Boa parte deles pertencente à *Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência do Rio de Janeiro*, grupo parapolítico considerado braço-direito do

---

[24] De acordo com José Murilo de Carvalho o Iluminismo do tipo português, fonte da qual a grande maioria dos letrados brasileira bebeu, "[...] ficou mais próximo do italiano do que do francês. Preparado pelos padres do Oratório, com Antônio Verney à frente, esse Iluminismo era essencialmente reformista e pedagogismo. Seu espírito não era revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso, como o francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista". Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. *Teatro das sombras*: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 67.

[25] Cf. WEHLING, Arno. *As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1983, p. 11-13; Cf. GUIMARÂES, Maria Lúcia Paschoal. Op. cit. p., 51; Cf. CALLARI, Cláudia Regina. *Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 21 (40), 2001, p. 61-62.

liberalismo moderado[26], fiel à proposta de uma monárquica-constitucional-unitária, encabeçada pela capital do Império.

A despeito de ter sido idealizado por iniciativa privada, o IHGB desde sua primeira hora agregou figuras de projeção no cenário público da Corte. Diferentemente do que ocorria no mundo europeu, àquele momento passando pelo processo de profissionalização do saber histórico pautado por injunções universitárias, o Instituto carioca baseou seu critério de admissão de sócios na importância das teias de relações sociais às quais os aspirantes a uma cadeira pertenciam, o que lhe aproximava muito das academias de tipo ilustrado que abundaram no Velho Mundo no decorrer do setecentos.[27]

Ao contrário de afirmações segundo as quais "[...] os fundadores do Instituto se reuniram motivados exclusivamente pelo amor às letras [...]", ou porque estivessem sofrendo da "[...] saturação do monopólio que a vida política vinha exercendo em suas mentes [...]"[28], podemos verificar que as personalidades presentes no primeiro quadro de sócios eram, em sua maioria, as mesmas que ocupavam altos postos no aparelho de Estado. Nesse sentido, a análise prosopográfica do grupo de membros fundadores mostra-se útil. Mesmo que tal recurso tenha sido utilizado em alguns estudos a respeito do Instituto, seu valor heurístico está longe de se esgotar[29].

Tabela I:
Membros fundadores do IHGB (1839)[30]

---

[26] Cf. GUIMARÂES, Maria Lúcia Paschoal. *Em nome da ordem e da moderação*: A trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro (1831-1836). Rio de Janeiro, Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 1990.

[27] Sobre essa questão consultar: GUIMARÂES, Manuel Luis Salgado. Op. cit. p. 5

[28] PAIM, Antônio. "A cultura brasileira no momento de criação do Instituto Histórico". In: WEHLING, Arno (org.) *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro: IHGB, 1989. p, 61.

[29] Importante destacar o estudo de Maria Lúcia Guimarães no que respeita à cuidadosa e frutífera sistematização de dados biográficos dos membros do IHGB ao longo de todo o Segundo Reinado. Pesquisa esta na qual me amparo em boa medida no presente item. Cf. GUIMARÂES, Maria. Lúcia Paschoal. *Sob a imediata proteção...* Op. cit., p, 44-65.

[30] Tabela elaborada a partir das informações contidas nas seguintes obras: BLAKE. Augusto Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970, 8 vol.; BITENCOURT, Liberato. *Homens do Brasil.* Rio de Janeiro, Gomes Pereira Editor, 1914, 12 vol. e cotejadas com as informações de GUIMARÂES, Maria. Lúcia Paschoal. *Sob a imediata proteção...* Op. cit p., 44-65; e de BARMAN, Roderick J. *The prosopografy of Brazilian empire*. *Latin American Research Review*. vol. 13 (2), 1978, p.78-97.

Fundadores	Naturalidade	Escolaridade	Formação	Ocupação	Titulação	Origem sócio-econômica
Alexandre M. M Sarmento	Portugal	N. Médio	Aulas Régias	Político	_	Pai Func. Público
Antônio A. da Silva Pinto	S/ informação	N. Superior	Direito/ Coimbra	Advogado	_	S/ informação
Antônio J. G. P. de Andrade	S/ informação	S/ informação	S/ informação	Político	_	S/ informação
Aureliano de S. e O. Coutinho	BR/ Rio de Janeiro	N. Superior	Direito/ Coimbra	Político	_	Pai Militar
Bento da Silva Lisboa	BR/ Bahia	N. Médio	Aulas Régias	Político	_	Pai Func. Público
Caetano Maria Lopes Gama	BR/ Pernambuco	N. Superior	Direito/ Coimbra	Político	_	Pai Func. Público
Cândido J. de Araújo Vianna	BR/ Minas Gerais	N. Superior	Direito/ Coimbra	Político	_	Pai Militar
Conrado Jacob Niemeyer	Portugal	N. Superior	Esc. Militar/ Lisboa	Militar	_	Pai Militar
Emílio Joaquim da S. Maia	BR/ Rio de Janeiro	N. Superior	Medicina/ Paris	Médico	_	S/ informação
Francisco C. da S. T. Alvim	Portugal	N. Superior	A. Marinha/ Lisboa	Político	_	Pai Militar
Francisco C. de A. Montezuma	BR/ Bahia	N. Superior	Direito/ Coimbra	Político	_	S/ informação
Ignácio A. Pinto de Almeida	BR/ Bahia	N. Superior	A. Real Militar/ RJ	Militar	_	S/ informação
Januário da Cunha Barboza	BR/ Rio de Janeiro	N. Médio	Seminário/ RJ	Político	_	S/ informação
João Fernandes Tavares	BR/ Rio de Janeiro	N. Superior	Medicina/ Paris	Médico	_	Pai Func. Público
Joaquim Caetano da Silva	BR/ Rio Grande do Sul	N. Superior	Medicina/ Montpellier	Professor	_	S/ informação
Joaquim F. Viana	BR/ Rio de Janeiro	N. Superior	Matemática / Coimbra	Político	_	Pai Militar
José Antônio Lisboa	BR/ Rio de Janeiro	N. Superior	Matemática / Coimbra	Político	_	Pai Militar
José Antônio da Silva Maia	Portugal	N. Superior	Direito/ Coimbra	Político	_	S/ informação
José Clemente Pereira	Portugal	N. Superior	Direito/ Coimbra	Político	_	S/ informação
José Feliciano F. Pinheiro	BR/ São Paulo	N. Superior	Cânones/ Coimbra	Político	Visc. São Leopoldo	Pai Militar
José Lino de Moura	BR/ Minas Gerais	S/ informação	Aulas Régias	Func. Público	_	Pai Juiz
José Marcelino R. Cabral	Portugal	N. Superior	Direito/ Coimbra	Advogado	_	S/ informação
José Silvestre Rebello	Portugal	S/ informação	S/ informação	Comerciante	_	Comércio
Pedro de A. Belegarde	BR/ Rio de Janeiro	N. Superior	A. Real Militar/ RJ	Militar	_	Pai Militar
Raymundo J. da Cunha Mattos	Portugal	N. Superior	Esc. Militar/ Lisboa	Político	_	Pai Militar
Rodrigo S. Silva Pontes	BR/ Bahia	N. Superior	Direito/ Coimbra	Político	_	Pai Militar
Tomé Maria da Fonseca	S/ informação	S/ informação	S/ informação	Func. Público	_	S/ informação

A tabela acima se harmoniza perfeitamente ao perfil das elites políticas brasileiras da primeira metade do século XIX. Praticamente um terço daqueles que participaram da fundação do IHGB era natural de Portugal e provavelmente pertenceu à burocracia lusitana transplantada ao Brasil com a vinda da Família Real portuguesa em 1808. Portanto, esses homens também vieram fugidos das invasões napoleônicas, e isso marcou certamente a socialização dessa geração, criada nos princípios de recusa ao ideário da Revolução Francesa e de fidelidade à casa reinante de Bragança.[31]

Dentre aqueles nascidos no Brasil podemos sublinhar a notória preponderância de indivíduos fluminenses, sete no total. Seguem-se a estes, em ordem decrescente, quatro baianos, dois mineiros, um paulista, um pernambucano e um sul-rio-grandense. Tais números à primeira vista refletem o jogo de forças regionais que naquele contexto concorriam pela hegemonia de mando no Império. No entanto, o fato de ser obrigatória a residência dos sócios efetivos na Corte indubitavelmente traduz certa homogeneidade identitária entre esses membros, que há mais ou menos tempo tinham deixado suas províncias natais para viverem na capital.

Os dados mais reveladores dos liames entre os fundadores do Instituto Histórico e a elite política são fornecidos pela tríade *grau de escolaridade*, *formação* e *ocupação*, uma vez que essas eram etapas praticamente incontornáveis para se galgar postos na vida política do Império. De acordo com José Murilo de Carvalho:

> Elemento poderoso de unificação da elite imperial foi a educação superior. E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em conseqüência, um núcleo ideológico homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a Independência, na Universidade de Coimbra... A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes... e incutia neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil[32]

[31] GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Op., cit. p. 10.
[32] CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 65.

Com base no fragmento acima, verificamos que as conclusões obtidas por Carvalho a respeito das características gerais da elite imperial aplicam-se de modo irretocável aos homens reunidos no Instituto, cuja imensa maioria detinha diploma de nível superior (20), dados que apontam para a homogeneidade ideológica e de treinamento conforme o citado autor.

Tabela 2
Formação superior dos membros fundadores do IHGB

Formação Superior	Instituição	Total
Direito	Universidade de Coimbra	9
Militar	Esc. E Acad. Militar (Lisboa)/A. R. Militar (RJ)	5
Medicina	Paris/ Montpellier	3
Matemática	Universidade de Coimbra	2
Cânones	Universidade de Coimbra	1

Destaca-se a preponderância de diplomados pela Universidade Coimbra, dentre os quais grande parte provinha do curso de direito (9), seguida pelos formados em matemática (2) e cânones (1). A formação militar ficava em segundo lugar concentrando-se em Lisboa (3) e no Rio de Janeiro (2). E, por fim, assinalemos os que estudaram na França, todos no curso medicina (3), e que não por acaso optaram por exercer profissões liberais. A *ocupação* desses homens novamente coincide com as hipóteses de Carvalho, pois quinze dos sócios dedicavam-se à carreira política, muitos deles chegando a ocupar altos postos no executivo e no legislativo, conforme podemos verificar na tabela abaixo:

Tabela 3
Cargos políticos ocupados pelos membros fundadores do IHGB[33]

Sócios fundadores	Cargos políticos exercidos
Alexandre M. M. Sarmento	Conselheiro de Estado
A. J. de P. G. Andrade	Conselheiro de Estado
Aureliano de Sousa Coutinho	Conselheiro de Estado/Ministro
Caetano Maria Lopes da Gama	Deputado
Cândido José de Araújo Viana	Deputado

[33] Dados obtidos na lista de membros falecidos do IHGB publicada no trimensário da agremiação. **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1880, p. 9-14. Devo salientar que listei somente os maiores cargos políticos ocupados pelos sócios fundadores.

Francisco Gê de Acaiba Montezuma	Deputado
Joaquim Francisco Viana	Senador
José Antônio Lisboa	Ministro
José Antônio da Silva Maia	Senador
José Clemente Pereira	Senador
José Feliciano Fernandes Pinheiro	Senador/Conselheiro de Estado/Visconde
Pedro de Alcântra Belegarde	Conselheiro de Estado

Finalmente, sublinhemos as origens sócio-econômicas dos membros fundadores. Ao contrário do que afirmou Lilia Moritz Schwarcz a respeito da participação das elites econômicas no Instituto[34], as evidências apontam para a total ausência de indivíduos oriundos da aristocracia rural, indicando a presença de apenas um sócio dedicado a atividades comerciais. Predominavam figuras citadinas, descendentes de militares e funcionários públicos.

Levando em conta o recorte cronológico deste estudo, é salutar que apliquemos o tipo de análise realizada até o momento ao grupo de sócios titulares do IHGB no ano de 1873. Este recurso é interessante, pois nos permite compreender as eventuais mudanças por que passou a academia carioca ao longo dos anos aqui abarcados.

Tabela 4
Membros titulares do IHGB em 1873[35]

Sócio	Nacionalidade	Escolaridade	Formação	Ocupação	Titulação	Origem sócio-econômica
Alfredo d'E Taunay	BR/RJ	Nível superior	Escola Militar/RJ	Func. Público	Visconde Taunay	Pai Func. Público
Benjamim F. Ramirez Galvão	BR/RS	Nível superior	Medicina/ RJ	Func. Público	Barão de Ramirez	S/ informação
Cesar Augusto Marques	BR/MA	Nível superior	Medicina/ BA	Func. Público	_____	Pai Farmacêutico
Francisco I. Homem de Mello	BR/SP	Nível superior	Direito/SP	Político	Barão Homem de Mello	S/ informação
Francisco José Borges	BR/RJ	Nível Médio	S/inform.	Func. Público	_____	S/ informação
Guilherme S. Capanema	BR/RJ	Nível superior	Escola Militar/RJ	Func. Público	Barão Capanema	Pai Func. Público

[34] SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit., p. 104; _____. *As Barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 126.
[35] Dados obtidos na lista de ingresso de sócios desde 1838-1880, publicada na; **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1880. p. I-XVI e cotejada com as informações encontradas em BLAKE, Augusto Alves Sacramento. Op. cit.

Henrique de B. Rohan	BR/RJ	Nível superior	Escola Militar/RJ	Político	Visc. Beaurepaire Rohan	Pai militar
Irineu Evangelista	BR/RS	Nível médio	S/inform.	Industrial	Visc. de Mauá	S/ informação
João Manuel Pereira da Silva	BR/RJ	Nível superior	Direito/ Paris	Político	_____	S/ informação
Joaquim P. M. Portella	BR/PE	Nível superior	Direito/ Olinda	Político	_____	S/ informação
Joaquim Manuel de Macedo	BR/RJ	Nível superior	Medicina/ RJ	Func. Público	_____	S/ informação
Joaquim Norberto S. Silva	BR/RJ	Nível médio	Seminário	Func. Público	_____	Pai negociante
José da Costa Azevedo	BR/RJ	Nível superior	Acad. Marinha/RJ	Político	Barão de Ladário	Pai militar
José Saldanha da Gama	BR/RJ	Nível superior	Acad. Marinha/RJ	Militar	_____	Pai Político
José R. de Souza Fontes	BR/RJ	Nível superior	Medicina/ RJ	Médico	Visc. Souza Fontes	S/ informação
José V. Couto Magalhães	BR/RJ	Nível superior	Direito/SP	Político	Barão de Corumbá	Pai militar
Ladislau de S. Mello Netto	BR/AL	Nível superior	Ciências Naturais/ Paris	Func. Público	_____	S/ informação
Manoel D. M. de Azevedo	BR/RJ	Nível superior	Medicina/ RJ	Político	_____	S/ informação
Manoel da Costa Honorato	BR/PE	Nível superior	Direito/ Olinda	Religioso	_____	Pai Func. Público
Maximiano M. de Carvalho	BR/RJ	Nível superior	Medicina/ RJ	Médico	_____	S/ informação
Nicolau Joaquim Moreira	BR/RJ	Nível superior	Medicina/ RJ	Func. Público	_____	S/ informação
Olegário H. d'Aquino Castro	BR/SP	Nível superior	Direito/SP	Político	_____	Pai militar
Tristão de Alencar Araripe	BR/CE	Nível Médio	Humanida des	Político	_____	S/ informação

Ao término do período de apogeu do Império, iniciado em 1853 com a ascensão do Ministério da *Conciliação* e findado com o Ministério de Rio Branco em 1871[36], o perfil sócio-profissional dos membros do IHGB apresenta mudanças que merecem atenção.

Verifica-se a ausência de elementos lusitanos, em larga medida presentes no quadro de sócios fundadores, e a preponderância integral de brasileiros, sobretudo os fluminenses, cujo número de sócios salta de sete para quatorze. Se o nordeste esteve anteriormente representado principalmente por baianos, desta feita figura com indivíduos provenientes do Ceará (2), Alagoas (1), Maranhão (1) e Pernambuco (1). O número de paulistas (2) e sul-rio-grandenses (2) continua praticamente o

[36] CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 59.

mesmo, a despeito da importância econômica que suas províncias vinham adquirindo naquele contexto.

O número de diplomados em nível superior é quase absoluto (19), seguido de longe pelos portadores de nível médio (4). Ainda nesse diapasão, constatamos o deslocamento do centro de formação de Portugal, Coimbra e Lisboa, para as faculdades de medicina do Rio de Janeiro (6) e Bahia (1) e de direito, São Paulo (3) e Olinda (2). Os oriundos de cursos militares continuam a ter presença significativa (5). Verifica-se também que os dois diplomados em instituições estrangeiras mantiveram a preferência dos brasileiros pela França, sendo um formado em direito e outro em Ciências Naturais.

Tabela 5
Formação superior dos membros titulares do IHGB em 1873

Formação Superior	Instituição	Total
Direito	Faculdades de Olinda e São Paulo/Universidade de Paris	6
Militar	Escola Militar do (RJ)/Academia da Marinha (RJ)	5
Medicina	Faculdades do Rio de Janeiro e Bahia	7
Ciências Naturais	Universidade de Paris	1

No que tange à ocupação profissional os dados deixam transparecer a mudança mais substancial se comparados aos do quadro de sócios fundadores. Se na década de 1870 o número de políticos atuantes no IHGB continua alto tal como na década de 1830, o número de funcionários públicos praticamente quintuplica; a garra do "Minotauro Imperial"[37] não poupou a ilustre academia de letrados. Isso denota que o nível de associação entre o grêmio carioca e o Estado acentua-se consideravelmente, uma vez que os rendimentos materiais desses homens provinham diretamente dos cofres públicos.

Além disso, a lista acima traz nomes de pessoas cujas vidas estavam profundamente atreladas ao círculo pessoal de D. Pedro II, como, por exemplo, o visconde Souza Fontes, médico no monarca; barão de Capanema, filho do professor de alemão e literatura de Pedro II; e o barão de Ramirez, preceptor dos filhos da princesa Isabel[38].

[37] URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial.* São Paulo: DIFEL, 1978.
[38] CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

A propósito do número de nobres integrantes do IHGB (9), cujo aumento é bastante expressivo se comparado ao solitário visconde de São Leopoldo em 1838, notemos que assim como todos os outros da tabela para os quais obtivemos dados, esses barões e viscondes não tinham vínculos, pelo menos diretos, com os latifundiários. Suas origens eram citadinas e seus pais eram na maioria das vezes militares, políticos e funcionários públicos. Sérgio Buarque de Holanda chamou a atenção para o fato de D. Pedro II ter operado no que respeita à concessão de títulos nobiliárquicos, uma substituição da velha nobreza de terras por uma nobreza urbana, dedicada às belas-letras[39], no caso em questão empenhada na escrita da História.

Em visto do exposto até o momento, podemos afirmar sem grande margem de erro que os homens reunidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinham uma profunda relação com o Estado Imperial e a Coroa; uns pela via da atuação em instâncias políticas, outros pela sociabilidade de Corte ou, ainda, pelo ofício no funcionalismo público. Não sendo, no entanto, raras às vezes em que um mesmo sócio tenha mantido os três tipos de vinculação simultaneamente.

Longe de negligenciar nosso objeto de pesquisa, esses dados são importantes, pois apontam para a predominância de indivíduos pertencentes a espaços de sociabilidade urbanos, em regra àqueles ligados ao poder estatal e à monarquia, distantes dos inóspitos sertões "infestados" de hordas indígenas. Homens de tribuna, de repartições burocráticas e dos círculos palacianos que ao se aglutinarem em uma instituição científica e cultural pertenceram, de acordo com John Monteiro, à esfera dos *gabinetes de ciência e de política*, algo que indubitavelmente influiu no modo como percebiam os indígenas[40]. Abordaremos esse assunto em momento oportuno.

A fidelidade à monarquia unitária constitucional

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro surgiu em um período marcado pela acentuada disputa em torno da definição do arcabouço político que deveria

[39] HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., p. 162.
[40] MONTEIRO, John Manuel. Op. cit., p. 131.

caracterizar o Estado brasileiro. Nesse sentido, é possível verificar uma evidente tomada de posição do IHGB em relação ao momento por que passava o Império em fins da década de 1830, sobretudo no que respeitava aos movimentos que eclodiam no país à época. Período no qual o "povo" foi ludibriado por elites perniciosas. De acordo com Januário da Cunha Barbosa:

> Da ignorância dos povos vem comumente a facilidade com que se deixam embair. O conhecimento da história os teria resguardado dos *inovadores* que se esforçam por desacreditar *monumentos irrefragáveis*, testemunhos fiéis lançando-lhes a suspeita de erro e de mentiras. [41]

Os *monumentos irrefragáveis* aos quais Cunha Barbosa se refere são certamente as vocações unitária e monárquica que estariam inscritas na essência do Brasil e contra as quais os "inovadores" tentavam à falsa fé destruir. A esses traidores do Império a posteridade lhes reservaria um justo julgamento perante o "Tribunal da História verídica do país"[42].

> Por isso é sempre digna de veneração pública, a glória abrilhanta os honrados cidadãos, ainda mesmo quando pareçam haver sucumbido aos golpes da inveja e da intriga dos maus; a justiça que a posteridade lhes faz, salvando seus nomes e seus feitos de um injusto esquecimento é forte estímulo para uma patriótica emulação. Os crimes, posto que seguidos de um sucesso aparentemente feliz, não deixam de ser detestáveis no tribunal da história, se a imparcial pena de sábios os descreve em sua verdadeira luz. O circunspeto gênio do historiador, sentando-se sobre a tumba do homem, que aí termina suas fadigas, despreza argumentos de partido e conselho de lisonja, portando-se em seus juízos com austero sacerdote da verdade[43].

Se por um lado os letrados do IHGB recusavam peremptoriamente posições que advogavam pela descentralização do poder, sob o risco de que o Brasil se fragmentasse em um sem-número de países, como seus vizinhos da América hispânica, por outro também negavam a validade de uma centralização baseada na ignorância típica do absolutismo que havia flagelado o Brasil e igualmente oprimido sua verdadeira vocação. Portanto seria indispensável combater a herança:

---

[41] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1840, p. 585.
[42] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1839, p. 18.
[43] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1839, p. 18.

> [...] do triste fardo que sobre nós pesara por mais de trezentos anos, sendo obrigados a mendigar o favor dos tipos da metrópole. (...) O intolerante monopólio do poder, mola principal da administração portuguesa nos tempos do absolutismo, e com especialidade a respeito do Brasil (...) A razão do homem, sempre vagarosa em sua marcha, necessita de um guia seguro e esclarecido que acelere seus passos.[44]

Vê-se então que a posição política que subjazeria o *fazer história* no Instituto caracterizava-se primordialmente pela moderação. Se contrapondo ao liberalismo radical e o republicanismo do período regencial, os historiadores do Império opunham-se também ao absolutismo e à lusofilia ainda presente no Brasil, a exemplo dos últimos anos do primeiro reinado. Situavam-se, desse modo, eqüidistantes do espírito restaurador da Santa Aliança e do jacobinismo revolucionário.[45]

Não por acaso a monografia do botânico bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius foi premiada pelo concurso que elegeu o melhor plano de se escrever a história do Brasil, realizado pelo IHGB em 1843, cujo objetivo era o de escolher um recurso metodológico para se abordar a história pátria. Martius arrematou seu texto com a seguinte recomendação: "Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor *monárquico constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra*".[46]

Em face do exposto até o momento, torna-se plenamente compreensível a iniciativa do Instituto de já na sua primeira sessão conceder ao príncipe herdeiro o título de *Protetor da agremiação*. No desenrolar do ano de 1840 o empenho desses letrados em tornar oficial sua vinculação com a monarquia passa a ser mais evidente, como no episódio em que a mesa diretora do IHGB elegeu uma comissão de sócios para "[...] felicitar S. M. I., imediato Protetor do Instituto, por haver o mesmo Sr., assumido o pleno exercício de seus direitos constitucionais"[47].

---

[44] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1839, p. 13-14.
[45] Cf. WEHLING, Arno. Op. cit. p.13.
[46] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1845, p. 403.
[47] Os nomes escolhidos para compor a comitiva que representaria o IHGB perante o jovem monarca foram: José Lino Moura, Major Pedro de Alcântra Bellegarde, Desembargador Rodrigo de Souza Silva Pontes, Dr. Thomaz José Pinto de Cerqueira, Conselheiro José Clemente Pereira, Barão de Planitz, Willian Gore Ouseley, Dr. João Fernandes Tavares, Francisco Adolfo de Varnhagen, José Domingues de Attaide Moncorvo, Conselheiro Bento da Silva Lisboa, Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia, Conselheiro José Paulo Figueiroa Nabuco de Araújo, José Christino da Costa Cabral, Dr. João José Ferreira da Costa e Dr. Luiz da Cunha Feijó. **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1840, p. 402.

Aliás, não é demais notar, que a ascensão de Pedro II ao trono se deu em boa medida em decorrência das articulações levadas a efeito pelo *movimento maiorista*, causa defendida pelos liberais como recurso para barrar os avanços conservadores encabeçados por Bernardo Pereira de Vasconcelos, arquiinimigo do então vice-presidente do IHGB, Aureliano de Souza Coutinho, alijado da vida política pelas manobras do futuro fundador do Partido Conservador.

Muitos dos membros do Instituto aderiram de imediato à causa da maioridade, em plena consonância com a postura do IHGB a respeito da vocação monárquica, unitária e constitucional do Brasil, cujo bom termo, àquele momento, parecia viável apenas com a imediata ascensão do jovem Bragança ao trono.

Dentre os sócios escolhidos para saudar o imperador encontrava-se Aureliano Coutinho, que não por acaso presidiu a deputação enviada ao Paço Imperial. Nessa ocasião, Coutinho proferiu um discurso com claras referências ao momento político por que passava o país:

> O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, representado por esta deputação, de que tenho a honra de ser órgão, viu com o maior júbilo entrar V. M. I. no pleno exercício dos direitos, que pela constituição do Estado lhe competem. O Instituto, Senhor, prevendo desde já os melhores resultados deste grande acontecimento, que abre sem dúvida uma nova era de paz e conciliação para todos os Brasileiros, prepara o buril da história para gravar os fastos que eternizarão o nome de V. M. I., e as ações do seus feliz reinado. Nasceu o Instituto Histórico e Geográfico sob os imediatos auspícios de V. M. I., tem crescido com os dias do seu Augusto Protetor, e dará de certo frutos de gloria nacional, continuando a merecer tão valioso elevado patrocínio. Digne-se portanto V. M. I. acolher as sinceras felicitações[...] contemplando em V. M. I. um Príncipe ainda em tenra idade já tão amante das ciências e das letras, se ufana de ter a honra de merecer a Augusta Proteção de V. M. I. Mediante ela, o Instituto desempenhará o seu nobre e glorioso fim; e tão benévolo patrocínio será mais um feito que a história consignará em suas páginas para eternizar o nome do primeiro monarca que viu a luz no novo mundo.[48]

O trecho acima assinala a conquista de um objetivo ao qual o Instituto almejou desde sua fundação; o de tornar-se um estabelecimento chancelado pela Coroa[49]. E foi com muita satisfação que a comitiva enviada ao Paço transcreveu nas páginas de seu trimensário a resposta de Pedro II: “Agradeço muito ao Instituto, e

---

[48] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1840, p. 406-407.
[49] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1839, p. 57.

pode contar com minha proteção”[50]. Além do desejado auspício do monarca, Aureliano Coutinho foi nomeado para a pasta do Ministério do Estrangeiro, já na montagem do primeiro Gabinete do Segundo Reinado.

A presença do imperador nas sessões do IHGB passa a ser assídua embora restrita a posição de expectador. Em 1849, no entanto, Pedro II concede um espaço próprio para as instalações do Instituto no Paço da Cidade, que até aquele momento ocupava somente uma sala nas dependências da SAIN. A partir de então o monarca passa a intervir sugerindo temas para discussão e reflexão dos membros, estabelecendo prêmios para trabalhos de natureza científica, além do apoio financeiro para assegurar o processo de expansão da agremiação[51]. Iniciava-se uma relação profunda, tanto “sentimental” quanto material, entre D. Pedro II e o IHGB, que não esmoreceu às vésperas e nem mesmo após a queda da monarquia em 1889[52].

Os letrados arregimentados pelo IHGB formavam, dessa forma, uma seleta plêiade cuja tarefa possuía plena sintonia com as aspirações do reinado que se iniciava. Tratava-se de oferecer assento histórico para o projeto político do regime dotando-o de uma determinada interpretação a respeito do passado e cuja viabilidade só foi possível em virtude de uma atuação intelectual e homogênea, marcada pela lealdade e fidelidade à coroa.

---

[50] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1840, p. 407.

[51] O discurso pronunciado pelo Imperador por ocasião da inauguração das novas instalações do Instituto foi carregado de intenções políticas, nas quais ficou patente o desejo de que se erigisse tanto uma glorificação do passado quanto do presente com o fito de transmitir uma imagem não menos laudatória de seu reinado à posteridade: “Sem dúvida, Senhores, que a vossa publicação trimestral tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertenço digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as vossas forças, o amor da ciência é exclusivo, e concorrendo todos unidos para tão nobre, útil, e já difícil empresa, erijamos assim uma padrão de glória à civilização da nossa pátria”. **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1849, p. 551.

[52] Às vésperas da instalação da República o senador Alfredo Taunay, membro titular do IHGB, em discurso no Instituto dirigiu-se aos proponentes da nova forma de governo da seguinte forma : “Para que romper com um passado honroso e nobre, que é a segurança do porvir próspero e glorioso? [...] conseguidos os almejados fins poderá a Monarquia confiantemente perguntar à República: Que mais quereis? Que horizontes novos mostrais ao patriotismo e ao desinteresse? Apontai-os e em busca deles logo partirei!”. Ao terminar seu discurso, Taunay vislumbra um futuro no qual muitos dos adeptos da república arrepender-se-ão por terem negado a verdadeira essência do Brasil (lembremos o que acontecerá com Joaquim Nabuco): “Ainda aí os republicanos do futuro hão de sentir a obsessão da Monarquia, como que ponta de remordimento a pungir-lhe o seio por terem combatido e tamanhas injustiças lhe irrogado. Nessa mulher fascinadora que exaltaram verão, como que graciosa aparição, a fisionomia meiga e bondosa daquela que redimiu os desgraçados escravos, e ao seu lado se alterará, sombra augusta e gigante, o vulto solene e calmo de D. Pedro II, o grande Patriota”. **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1888, p. 43.

Centralização e monopólio historiográfico

No âmbito político as elites concentradas no Rio de Janeiro propuseram um projeto nacional que reunisse sob sua liderança o conjunto de províncias que anteriormente formava a América lusitana. Contudo, era evidente que não bastava apenas neutralizar as demandas meramente localistas em favor da capital do Império. Seria necessário que a hegemonia política tivesse como corolário uma firme coesão simbólica, e isso significava que caberia também ao Rio de Janeiro a missão de erigir uma determinada memória histórica com a qual as outras regiões se identificassem.

A escrita da história que emergiu do interior da Academia carioca teve o claro escopo de construir um repertório de lembranças comuns de maneira a congregar as diversas experiências vividas pelas demais regiões do país desde o período do domínio português até o alvorecer do Estado independente, incutindo-as com uma identidade fornecedora de laços que as unisse a um só propósito; seu passado deveria ser interpretado como um trajeto traçado de antemão e que teria encontrado seu termo com a consolidação do Estado imperial brasileiro[53].

Em seu primeiro estatuto definia-se como política institucional da agremiação "[...] ramificar-se nas províncias do império [...]"[54], com a finalidade de estabelecer laços de fidelidade entre os grupos letrados provinciais[55], que uma vez reunidos em institutos regionais dependentes da capital, serviriam como coletores do pólen

---

[53] Segundo Jancsó e Pimenta: "[...] nos anos que se seguiram à independência, e durante todo século 19, uma construção historiográfica foi adquirindo consistência. Seu objetivo: fornecer ao Estado imperial que se consolidava em meio às resistências uma base de sustentação no constituído de tradições e de uma visão organizada do que seria o seu passado". Cf. JANCSÒ, István e PIMENTA, João Paulo G. "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)". In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem incompleta.* A experiência brasileira. São Paulo: Senac, 1999, p. 131-132 e nota 14.

[54] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1839, p.7.

[55] É importante salientar que, assim como a centralização política, o processo de expansão da hegemonia historiográfica do IHGB pelas províncias não ocorreu sem tensões, a exemplo da fundação de Institutos regionais refratários às prescrições do Instituto da Corte, cuja recomendação assevera ser condição *sine qua non* pensar a história brasileira a partir de uma visão de conjunto que confluísse para o Rio de Janeiro. Exemplo desses pontos de tensão é o Instituto pernambucano. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças...* Op. cit. p., 117-125.

documental necessário para a escrita da história brasileira[56]. O discurso pronunciado por Januário da Cunha Barbosa é claro quanto ao papel que seria desempenhado pelos "brasileiros esclarecidos das províncias do Império":

> [...] a *coadjuvação* de muitos brasileiros esclarecidos das províncias do Império, que atraídos ao nosso Instituto pela glória nacional, que é o nosso timbre, trarão a depósito comum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma história geral e filosófica do Brasil.[57]

Nessa empresa, seria imprescindível manter subordinados ao Rio de Janeiro, por conseguinte ao IHGB, todos os empreendimentos de caráter historiográfico que porventura aflorassem em outras localidades ou mesmo dos punhos de autores de qualidades intelectuais e políticas duvidosas, passíveis de sofrerem da carência de visão de conjunto do Brasil. O que poderia trazer a público obras de história fragmentária:

> Muitas penas, aliás ilustres, têm escrito memórias, anais e relatórios das coisas do Brasil (...) podemos dizer, senhores, que ainda nos falta uma história bem organizada, que apresente ao conhecimento dos nossos e dos estranhos um quadro fiel de pouco mais de três séculos, em que se veja a *marcha dos nossos sucessos relacionados entre si desde a descoberta desta parte do novo mundo*[58].

A capital do Império seria o ponto ideal para o qual deveriam convergir todas as informações históricas e geográficas dispersas pelas províncias, sob alegação de serem colididas e metodizadas pela pena dos historiadores da Corte.

> [...] conhecendo a falta de um Instituto Histórico e Geográfico nesta corte, que principalmente se ocupe em centralizar enormes documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias, e que podem servir à história e geografia do Império, tão difícil por falta de tombo ou prontuário de que se possam aproveitar os nossos escritores [...] O fim do deste Instituto será, além dos que forem

---

[56] Como afirmou Manoel Guimarães: "[...] assim como as academias literárias e científicas provinciais francesas do século XVIII articularam-se na teia mais ampla do processo de centralização levado a efeito pelo Estado, sediado em Paris [...]", foi do Rio de Janeiro que, no Império, "[...] as luzes procuraram expandir-se para as províncias". GUIMARÂES, Manoel Luis Salgado. Op. cit., p. 8.
[57] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1839, p.12.
[58] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1842, p. 5.

> marcados pelos seus regulamentos, coligir e metodizar documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil.[59]

Cerceava-se, dessa forma, qualquer empresa historiográfica que pudesse surgir em outras localidades ou que não se adequasse às prescrições do Instituto carioca. Isso revela o intento de estabelecer o monopólio interpretativo da história brasileira. Tal meta fica ainda mais evidente a partir do quarto artigo do estatuto aprovado em 1838, que determinava ser obrigatória a residência dos sócios efetivos na Corte; categoria de associados em cujas mãos assentava-se a competência decisória no que respeitava, entre outras incumbências, à chancela ou não de obras históricas, bem como a avaliação da veracidade de documentos e informações advindas das províncias. Aos letrados que residissem alhures, caber-lhes-ia a participação como correspondentes.

Exemplo emblemático do "policiamento" exercido pelo IHGB no que tangia ao *modo* de se interpretar, bem como a *quem* interpretava o passado brasileiro é o episódio no qual se envolveram Francisco Adolfo Varnhagen e o general José Inácio de Abreu Lima; este como vítima, aquele como algoz.

Em 1843, Abreu Lima, então membro honorário do IHGB, publicou seu *Compêndio de História do Brasil*, dedicado, como era de praxe, "[...] ao muito poderoso senhor D. Pedro II, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil", em "[...] sinal de profundo respeito e de mais pura feição e lealdade".[60]

No livro em questão o autor principiou sua narrativa a partir da chegada de Colombo à América e percorreu os fatos que julgou mais relevantes no período de domínio português conduzindo seu estudo até os acontecimentos políticos que marcaram o período do Primeiro Reinado, passando pela Regência e que culminaram com a ascensão de Pedro II ao trono em 1840. O livro foi remetido à mesa diretora do IHGB para que fosse encaminhado a um parecerista incumbido de avaliar a qualidade da obra. O eleito para a tarefa foi Francisco Adolfo de Varnhagen, que meses mais tarde publicou sua apreciação no trimensário da agremiação[61].

---

[59] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1839, p. 6.
[60] Apud. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "A história para uso da mocidade brasileira". In: CARVALHO, José Murilo de (org.) *Nação e Cidadania no Império*: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 49.
[61] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1844, p. 60-83.

Demonstrando uma irrefutável erudição e um profundo conhecimento documental, Varnhagen submeteu o *Compêndio* a uma crítica demolidora que contemplou os mínimos detalhes do texto. O futuro Visconde de Porto Seguro terminou seu juízo defendo o veto do livro, acusando Abreu Lima de copiar despudoradamente *História do Brasil desde sua descoberta até 1810*, de Alphonse de Beauchamp, cujo texto, por seu turno, já havia recebido a pecha de ser um plágio do *História do Brasil* do inglês Robert Southey.

Contudo, o que mais incomodou o relator foi o fato de Abreu Lima ter se imiscuído na história política recente do Império, "ousadia" que lhes fez incorrer naquilo que Joaquim Manuel de Macedo, ao reavaliar o *Compêndio* muitos anos depois, chamou de análise "precipitada" da história do Brasil[62].

A crítica ferina de Varnhagen, que terminou por alcunhar o livro de Abreu Lima como um "famoso plágio intitulado *Compêndio*", causou grave celeuma entre os dois autores, desembocando em ofensas pessoais noticiadas pela imprensa. Em missiva curta e incisiva dirigida ao então primeiro-secretário do IHGB, Januário da Cunha Barbosa, Abreu Lima afirmou não ser "[...] lícito nem decoroso continuar a pertencer a semelhante associação [...]". Junto à carta, o autor enviou o diploma de membro honorário do Instituto, exigindo que com esta devolução seu "[...] nome fosse riscado da lista de seus sócios [...]"[63].

Em 1845, por ocasião da publicação de um outro livro de sua lavra, *Synopsis ou Dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil*, Abreu Lima, diferentemente do que fez no *Compêndio*, dedicado a D. Pedro II, ofereceu o novo texto ao "Destino", e acrescentava que dar-se-ia "[...] por bem pago [...]" se esse livro não tivesse a sorte do seu *Compêndio de História do Brasil*, ceifado pela "[...] terrível foice do Instituto Histórico [...]"[64].

É provável que Varnhagen, afora as querelas pessoais e intelectuais que nutria contra Abreu Lima, tenha levado em conta ao apreciar o *Compêndio*, a "conduta patriótica duvidosa" do autor, a quem chamou de "pseudo-general". O passado de Lima era motivo suficiente para condená-lo, pois além de ter sido acusado e preso pelo envolvimento na insurreição pernambucana de 1817, juntamente com seu pai, punido com a pena capital, ele tinha, ainda, participado do

---

[62] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1858, p. 178.
[63] Apud. NEVES Lúcia Maria Bastos Pereira das. Op. cit., 52.
[64] O prefácio de *Synopsis* foi publicado em: RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil.* São Paulo: Fulgor, 1965, p. 69.

exército de Simon Bolívar na luta pela independência das colônias espanholas. Isso lhe rendeu a perda do status de cidadão brasileiro sob a alegação de ter aceitado mercês de um governo estrangeiro sem autorização do soberano. Seus diretos só foram reavidos em 1832 quando de sua volta ao Brasil.[65]

Não é insólito supor que a trajetória política de Abreu Lima fosse encarada por Varnhagen como imprópria a um "historiador patriótico" à maneira exigida pelos membros do IHGB, marcados, como assinalei anteriormente, pela militância intelectual homogênea e, sobretudo, visceralmente leal às instituições e valores monárquicos. Pré-requisitos estes que "a foice do Instituto" – a expressão é do próprio Abreu Lima – julgou não serem valores tão arraigados como achava o autor ter demonstrado em sua dedicatória a D. Pedro II, e que ele mesmo colocou em xeque anos mais tarde ao tomar partido dos praieiros em 1848; episódio que redundou em nova acusação de rebeldia contra a Coroa. Sua reconhecida simpatia pelos ideais republicanos era motivo suficiente para barrar um livro que não respeitou as rígidas balizas cronológicas prescritas pelos artífices da história do Brasil, que não deveriam avançar a períodos tão recentes.

Passados dez anos do episódio envolvendo Varnhagen e Abreu Lima, foi a vez do próprio visconde de Porto Seguro sentir na carne o afiado gume da "terrível foice do Instituto", por ocasião da publicação de sua obra máxima, *História Geral do Brasil*. Ao contrário do que esperava Varnhagen, o IHGB silenciou a respeito de seu livro, recusando-se oferecer o timbre da agremiação, bem como adotá-lo como expressão do pensamento do Instituto. Como intentarei evidenciar mais à frente, a indiferença pelo livro teve sua raiz no modo pelo qual o autor tratou o elemento indígena ao longo de seu estudo. Advogando posturas coercitivas e violentas no trato dos aborígines, Varnhagen nadou na contramão de uma das convenções estabelecidas pelo IHGB sobre a questão: uma visão filantrópica que apregoava a utilização de meios brandos como maneira de chamá-los aos cômodos da civilização.

---

[65] Cf. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Op. cit., p. 42-70.

A Revista do IHGB: difundindo a história pátria

O veículo pelo qual o IHGB pretendeu difundir sua concepção de história pátria foi primordialmente o seu periódico trimensal, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, RIHGB, orgulho máximo dos letrados ali reunidos.

Sua publicação iniciou-se em 1839 e ficava sob a incumbência da Comissão de Redação da Revista, à qual cabia a tarefa de avaliar os artigos e documentos propostos pelos membros, dando parecer favorável ou não à publicação.

A periodicidade era religiosamente regular, não obstante o fato de o número editado de revistas ter diminuído ao longo do tempo: em um primeiro momento o periódico era trimestral, isso até 1864 quando foi semestralizado, para enfim passar a ser anualizado em 1933, mudança que vigora ainda hoje. É importante destacar que apesar de trimensal o periódico vinha a lume em um único tomo que continha os quatro volumes referentes ao ano corrente, seguindo a numeração seqüencial das páginas. Quando passou a ser semestral a política editorial se manteve a mesma. Durante o período abarcado nesta pesquisa o montante final de tomos editados foi de 35 e mais uma edição especial, totalizando 121 números.

É na revista que podemos encontrar todo o detalhamento da vida do IHGB, pois nela eram publicados todos os registros de atividades e eventos. Sua disposição interna se dividia basicamente em três partes. A primeira destinava-se à publicação de documentos e de estudos monográficos desenvolvidos pelos sócios.

A segunda parte ocupava-se das biografias de brasileiros “distintos por letras, armas e virtudes”: essa sessão da revista é expressava claramente o desejo de se construir um panteão de heróis nacionais. Nela podemos perceber quais os personagens que mereciam ser lembrados, muitos dos quais eram sócios do IHGB, de maneira a servir como uma espécie de altar de consagração, e isso por dois motivos; eram consagrados a figurar na “eternidade” tanto os biografados quanto os biógrafos, pois a atividade de biografar os colegas da agremiação garantia, de alguma maneira, que o biografista fosse também biografado, portanto sua memória estaria assegurada para a posteridade[66].

---

[66] Cf. ENDERS, Armelle. *O Plutarco brasileiro: a produção de vultos nacionais no Segundo Reinado*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 25, 2000/2001.

A terceira parte era formada pelas atas e extratos das sessões, minuciosamente registradas durante as reuniões realizadas quinzenalmente. Os temas eram os mais variados, sendo propostos e conduzidos por uma mesa diretora. Contemplavam desde discussões de assuntos administrativos até debates sobre os rumos do Estado brasileiro. Essa parte da revista é de substancial importância para a compreensão do cotidiano do IHGB.

A RIHGB atingia todas as regiões do Império, algo bastante atípico para os padrões da época, como podemos verificar na lista de instituições que recebiam o periódico:

Tabela 6
Instituições que recebiam a RIHGB[67]

Instituições	Local
Academia de medicina	Capital Federal
Arquivo militar	Capital Federal
Arquivo público	Capital Federal
Associação promotora de Instrução	Capital Federal
Arquivo do correio geral	Capital Federal
Biblioteca da escola politécnica	Capital Federal
Biblioteca do exército	Capital Federal
Biblioteca da marinha	Capital Federal
Biblioteca de medicina	Capital Federal
Biblioteca municipal	Capital Federal
Biblioteca nacional	Capital Federal
Biblioteca pública de	Fortaleza
Biblioteca pública de	Recife
Biblioteca pública de	Itaguabi
Biblioteca pública de	Vitória
Biblioteca pública de	Ouro Preto
Biblioteca pública de	Desterro
Biblioteca pública de	Laguna
Biblioteca pública de	São João Del Rei
Biblioteca pública de	Curitiba
Biblioteca pública de	Manaus
Biblioteca pública de	Maranhão
Biblioteca pública de	Porto Alegre
Biblioteca pública de	Bahia
Biblioteca pública de	Aracajú
Biblioteca pública de	Natal
Biblioteca pública de	Teresina
Biblioteca pública da cidade (Brumado do Suassuni)	Entre Rios
Biblioteca da Escola normal de	Niterói

[67] Lista montada a partir dos dados encontrados na: **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1889, p. 569-571.

Biblioteca municipal de	Barbacena
Biblioteca pública pelotense	Pelotas
Biblioteca municipal de	Barra Mansa
Biblioteca do Grêmio Bibliotecário Caxoeirano	Itapemirim
Biblioteca da Faculdade de Direito de	São Paulo
Biblioteca dos Aprendizes Artilheiros	São João-Fortaleza
Boletim da Alfândega do Rio de Janeiro	Capital Federal
Club Literário de	Paranaguá
Club Curitibano	Curitiba
Club Recreativo literário	João Gomes-Minas
Club Literário taubatense	Taubaté
Club Alfa de Morretes	Paraná
Club Nazareno	Nazaré-Bahia
Escola Dominical	Capital Federal
Grande Oriente do Brasil	Capital Federal
Gabinete Literário goiano	Goiás
Gabinete Português de Leitura	Capital Federal
Gabinete de Leitura do Ateneu Ubatense	Ubatuba
Gabinete de Leitura da Vila de Pereiro	Ceará
Instituto Politécnico Brasileiro	Capital Federal
Instituto Arqueológico e Geográfico de PE	Recife
Instituto dos Advogados Brasileiros	Capital Federal
Instituto Fluminense de Agricultura	Capital Federal
Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano	Maceió
Liceu Mineiro	Ouro Preto
Museu Nacional	Capital Federal
Observatório Astronômico	Capital Federal
Revista Farmacêutica	Capital Federal
Revista Marítima	Capital Federal
Revista do Exército Brasileiro	Capital Federal
Revista da Escola de Marinha	Capital Federal
Revista do Retiro Literário Português	Capital Federal
Revista de Farmácia	Recife
Secretária do Governo do Estado de Alagoas	Maceió
Secretária do Governo do Estado do Amazonas	Manaus
Secretária do Governo do Estado da Bahia	Salvador
Secretária do Governo do Estado do Ceará	Fortaleza
Secretária do Governo do Estado do Espírito Santo	Vitória
Secretária do Governo do Estado de Goiás	Goiás
Secretária do Governo do Estado de Maranhão	São Luís
Secretária do Governo do Estado do Mato Grosso	Cuiabá
Secretária do Governo do Estado de Minas Gerais	Ouro Preto
Secretária do Governo do Estado do Pará	Belém
Secretária do Governo do Estado da Paraíba	Paraíba
Secretária do Governo do Estado do Paraná	Curitiba
Secretária do Governo do Estado de Pernambuco	Recife
Secretária do Governo do Estado de Piauí	Teresina
Secretária do Governo do Estado de Rio Grande do Norte	Natal
Secretária do Governo do Estado de Rio de Janeiro	Niterói
Secretária do Governo do Estado de Santa Catarina	Desterro
Secretária do Governo do Estado de São Paulo	São Paulo
Secretária do Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Secretária do Governo do Estado de Sergipe	Aracajú

Secretária do Interior	Capital Federal
Secretária da Agricultura	Capital Federal
Secretária de Marinha	Capital Federal
Secretária da Guerra	Capital Federal
Secretária do Exterior	Capital Federal
Secretária da Justiça	Capital Federal
Secretária da Fazenda	Capital Federal
Secretária da Câmara dos Senadores	Capital Federal
Secretária da Câmara dos Deputados	Capital Federal
Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro	Capital Federal
Sociedade de Geografia de Lisboa (Secção do Rio de Janeiro)	Capital Federal
Tipografia Nacional	Capital Federal

A partir dos dados acima é possível verificar que o nível de abrangência do periódico do Instituto era de fato bastante expressivo. Todas as capitais províncias, de norte a sul do país, assim como algumas importantes cidades, tanto do interior quanto da faixa litorânea, eram contempladas com o trimensário.

Praticamente todas as instâncias que representavam o Estado, nacional ou regionalmente, não por acaso recebiam com regularidade a RIHGB, a exemplo dos governos provinciais, boa parte dos ministérios, os poderes legislativos, senadores e deputados, o exército e a marinha. Algo que sem dúvida contribuía para incutir entre as elites políticas de todo o território a visão de história e de nação propugnada pelo Instituto.

Além dos órgãos governamentais, muitas associações liberais, estabelecimentos religiosos, agremiações científicas e letradas também estavam a par do conteúdo da RIHGB, afora os assinantes autônomos. O grande número de bibliotecas quer fossem as que se encontravam nas capitais ou em cidades do interior e litoral nos fornece um dado significativo, pois embora seja assente que o número de pessoas que dominava as letras era bastante reduzido, os alfabetizados que se dispusessem a ler o periódico, poderiam encontrá-lo sem muita dificuldade.

A problemática indígena nas páginas da RIHGB

Seria interessante que nos voltássemos para uma análise quantitativa do conteúdo interno da RIHGB de modo a equacionar e classificar os temas ali

contidos. Esse recurso nos permitiria divisar os assuntos que ocupavam a pauta de preocupações dos historiadores do Império, mas isso fugiria ao foco principal de nossa pesquisa. O levantamento numérico dos materiais contidos no trimensário já foi realizado amiúde, embora os dados obtidos sejam tão variados e desencontrados quanto o número de investigadores que se propôs a quantificá-los, e isso em virtude do modelo classificatório utilizado[68].

Tendo em vista que nossa preocupação centra-se nos estudos voltados à temática indígena, o critério que adotei foi o quantificar o número total das matérias contidas no periódico desde 1839 até 1873, me preocupando apenas em identificar aqueles que em algum momento abordavam, direta ou indiretamente, o indígena. Incluí nessa tarefa as atas e extratos de sessões, assim como os discursos proferidos ao final de cada ano de atividade, os dos presidentes e os dos secretários[69]. Os números a que cheguei foram os seguintes:

Tabela7
Artigos e monografias sobre a questão indígena publicados na RIHGB

Ano	Nº. total de publicações	Nº. de artigos sobre indígenas	%
1839	39	04	10,2
1840	45	08	17,7
1841	41	12	29,2
1842	28	13	46,4
1843	46	13	28,2
1844	48	12	25,0
1845	34	10	29,4
1846	27	09	33,3
1847	23	09	39,1
1848	59	07	11,9
1849	23	09	39,1
1850	16	06	37,5
1851	06	03	50,0
1852	23	02	8,6
1853	16	02	12,5
1854	16	06	37,5
1855	27	04	14,8
1856	27	11	40,7
1857	40	05	12,5

[68] Cf. GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Op. cit., p. 20; SCHWARCZ, Lilia M. *Os Guardiões da Memória*... Op. cit., p. 74; POPINO, R. E. *A century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *The Hispanic American Historical Review.* 33 (2), 1953, p. 307-323; GUIMARÂES, Maria Lucia P. *De baixo da imediata...* Op. cit., p. 110

[69] Os números foram coletados a partir do levantamento realizado pelo próprio IHGB, que em 1860 trouxe nas páginas de seu trimensário a lista de tudo o que havia sido publicado entre 1839 e 1859, em ordem alfabética e cronológica. **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1860, p. 765-843. A partir de 1860 até 1873, quantifiquei os dados com base no mapeamento dos índices publicados ao final de cada tomo.

1858	35	07	20,0
1859	19	02	10,5
1860	29	02	6,8
1861	24	03	16,6
1862	40	03	7,5
1863	24	04	16,6
1864	19	06	31,5
1865	25	08	32,0
1866	26	04	15,3
1867	26	04	15,3
1868	31	04	12,9
1869	27	02	7,4
1870	33	00	0,0
1871	24	05	20,8
1872	23	04	17,3
1873	23	09	39,1
Total	**1012**	**212**	**21 %**

Pouco mais de um quinto de tudo o que foi veiculado pelo trimensário entre os anos de 1839 e 1873 dedicou-se à temática indígena, o que certamente indica a importância atribuída ao assunto. Excetuando-se o ano de 1870, no qual nenhuma menção aos aborígines foi verificada, todos os tomos anuais abordavam com maior ou menor expressividade questões relativas à etnografia[70], que não raras vezes ocuparam mais de um terço do periódico.

Se tomarmos por correta a afirmação de Manuel Guimarães, segundo a qual todos os saberes enfeixados e produzidos pelo Instituto traziam em si a indelével marca do lugar onde eram produzidos, cujos limites eram dados por um arcabouço embebido da idéia de Estado-nação[71], o que podemos aferir dos números acima é que pensar o indígena era não somente algo lícito no processo de escrita da história nacional, como também condição *sine qua non* para sua viabilidade.

Caso muito diverso é o do negro, uma vez que o número de referências ao elemento africano ou a seus descendentes foi praticamente nulo. Isso não por simples desinteresse, mas pelo fato de que a escravidão era um postulado econômico e social presente e em larga medida um dos pilares fundamentais da própria organização do Estado monárquico – e por isso mesmo uma contradição insuperável para um país dirigido por homens que se autoproclamavam representantes dos ideais civilizacionais. Mesmo que parte das elites, inclusive os

[70] O termo “ethnographia” foi utilizado pela primeira vez no Instituto em 1839, por Raymundo José da Cunha Matos em discurso aos membros do IHGB na sessão do dia 24 de fevereiro.
[71] GUIMARÂES, Manoel Luis Salgado. Op. cit., p. 5.

membros do Instituto, reconhecesse o cancro representado por tal instituição, recusá-la implicaria colocar em xeque a espinha dorsal do próprio Império[72].

Pensar o negro como parte da nação brasileira, pelo menos no IHGB, era algo que durante um bom tempo fugiria aos limites do pensável. Ainda que na década de 1840 von Martius tenha sugerido que a história brasileira deveria dar conta de equacionar a contribuição das três raças que compunham o caudal étnico que configurava a população, e mesmo que suas idéias tenham sido calorosamente acolhidas pela agremiação, a impossibilidade de aplicá-las integralmente era uma realidade assumida pelos historiadores do Império, como bem atesta a lúcida consideração de Freire Allemão sobre as prescrições do pesquisador bávaro:

> [...] se alguma coisa se podia dizer contra ele (Martius), é que uma história escrita segundo o que aí se prescreve talvez seja inexeqüível na atualidade... aí está o modelo para quando a coisa for realizável.[73]

Em contrapartida, incorporar o indígena à história da nação era plenamente permissível, pois perscrutar tais povos significava resgatar a *arque* do próprio Brasil. A positividade imputada aos autóctones, entretanto, só era concebível na medida em que eles fossem situados em um passado recuado e interpretado não como alteridade, mas como portador da gênese da nação. Tratava-se de reviver um Brasil indígena e simultaneamente postulá-lo como algo pretérito. Contudo, os resquícios desse tempo perdido e há muito decadente insistiam em assombrar um presente no qual não tinham mais lugar. Fato que exigia supressão imediata.

Em suma, ocupar-se dos aborígines representava investigar "[...] vestígios de povos (indígenas) civilizados que porventura hajam habitado esta bela região; salvando da voracidade dos tempos monumentos e escritos fidedignos para a história e a geografia do país [...]"[74]. Concomitantemente significava, ainda,

---

[72] Michel de Certeau esclarece com propriedade o jogo de permissões e interdições que caracterizam o discurso historiográfico a partir das especificidades políticas, econômicas, culturais, entre outras que o entornam e que estão em sua raiz. "Esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outro. Tal é a dupla função do lugar. Ela torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é a sua condição num momento dado; representa o papel da censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida, esta combinação entre permissão e interdição é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual não é compatível com qualquer coisa". De CERTEAU, Michel. Op. cit., p. 76-77.

[73] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1847, p. 287.

[74] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1842, p. 2.

estabelecer condições para o bom desenvolvimento de um porvir despido das adversidades causadas pela presença de indígenas que "infestavam" os sertões do Império: "[...] no futuro nenhum assunto talvez entrelaçará tão geralmente com o desenvolvimento da riqueza e engrandecimento do Brasil como o do amansamento de nossos selvagens [...]"[75]. Cabe agora que analisemos o modo pelo qual a temática em questão emergiu a partir dos problemas históricos e geográficos propostos pelo IHGB.

História e Geografia: "civilizando o tempo e o espaço"

Todo discurso historiográfico, de acordo com Jacques Le Goff[76], trás em si as marcas da historicidade do momento no qual emerge. A par disso é válido afirmar que as questões lançadas pelos historiadores ao passado têm no presente sua motivação; no IHGB não foi diferente. O empreendimento escriturário de uma história nacional atendeu as especificidades características da primeira metade do século XIX no Brasil, na qual a missão de consolidar um país unificado sobre o tripé Estado, nação e coroa ditava os limites dentro dos quais a história brasileira deveria ser traçada e todos os saberes produzidos por esse espaço institucional deveriam afinar-se a esse diapasão.

A tríade a pouco mencionada possuía em seu ápice o amalgamador conceito de *civilização*. De acordo com Norbert Elias, o longo e laborioso trajeto de introjeção do autocontrole e seu conseqüente refinamento dos costumes, da moral, do comportamento e das instituições sociais conformaram a imagem orgulhosa que o homem ocidental possui de si mesmo[77]. A idéia de civilização agregava em si alguns conceitos: em primeiro lugar, um imenso etnocentrismo presente na valorização das criações de uma sociedade construída a partir da consciência nacional; como nos mostra Norbert Elias, "[...] com esta palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura

---

[75] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1873, p. 24.
[76] LE GOFF, Jacques. Op. cit., p. 23-33.
[77] ELIAS, Norbert. *O processo civilizador.* Rio de Janeiro: Zahar, vol. I, 1990, p. 23-24.

científica ou visão de mundo"; em segundo aparece aqui, fundida, a noção de progresso: este é um processo, um movimento "para frente" e de caráter inexorável; finalmente, há o conceito de Nação, numa forte inter-relação entre os comportamentos civilizados e a organização das sociedades sob a forma de Estado[78].

No século XIX, ainda segundo o sociólogo alemão, o mundo ocidental esquecera a história de seu longo processo de constituição cultural, de modo a empreender um movimento de naturalização e, por conseguinte, de universalização, de sua forma de *ser*. Assim, o conceito de civilização passa a ser utilizado para enfatizar o que é comum a todos os seres humanos – ou que deveria sê-lo:

> [...] no século XIX, como hoje, todo o movimento já fora inteiramente esquecido, que o padrão de 'civilização', que na realidade fora adotado apenas em data bem recente, era aceito como natural, sendo o que o precedera considerado como 'bárbaro'.[79]

Com os pés fincados na América e olhos voltados para a Europa, as elites brasileiras se inspirariam nos ideais do Velho Mundo e almejariam tomar assento no rol dos países civilizados. Ilmar Mattos demonstrou cabalmente que ao se consolidar no poder, o grupo *saquarema* substituiu o imperativo de manutenção da *ordem*, característica do Primeiro Reinado e da Regência, por uma outra linha diretriz que serviu de guia à política do Segundo Reinado, a saber, a difusão de uma *civilização*. Tratava-se, segundo Mattos, de incorporar os demais segmentos da população por intermédio de um domínio vertical a partir de uma certa concepção de nação[80].

Para tanto, seria indispensável erigir uma determinada interpretação do passado que corroborasse para legitimidade do tipo de Estado-nação implantado no Brasil de modo a evidenciá-lo como resultante de um processo inexorável, tarefa cuja execução só seria possível se levada a cabo por homens que se identificassem visceralmente com a organização política que então se instalava no país, como intentei demonstrar anteriormente. Como afirmou Raymundo Cunha Matos, escrever a história brasileira significava acima de tudo traduzir "[...] a marcha sucessora da

---

[78] Ibidem, p. 16.
[79] Ibidem, p. 64.
[80] MATTOS, Ilmar Rohloff. de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 201.

civilização da Terra de Santa Cruz"[81]. Essa certeza nortearia a seleção dos documentos que ofereceriam a sustentação empírica a uma história cujo fim já era conhecido:

> A História reunirá materiais; a crítica os escolherá, segundo suas proporções; a Cronologia os numerará depois de bem examinados os seus destinos, a fim de serem depois colocados regularmente pela filosofia em seus devidos lugares, ligados em um corpo, em que possam ser admirados por justeza e compostura[82].

O historiador teria como missão delinear a genealogia da Nação, resgatando os fios do *telos* que guiavam o processo histórico de um país destinado ao progresso e à civilização, de maneira a recuperar o conteúdo ontológico que ligava o presente ao passado, desvelando a tradição civilizatória da qual o Brasil fazia parte. A história nacional e os conceitos a ela agregados seriam menos objeto do que parâmetro. Isto é, a categoria nação passaria a nortear a análise, sendo tomada não somente como dado, mas como pedra angular da prática historiográfica. De construção ideológica e abstrata, a nação passa a ser referência a partir da qual se reconstrói o passado de maneira retrospectiva[83].

Dessa forma, o passado indígena, lido através das lentes da civilização, seria identificado como capítulo primevo da constituição da nação brasileira, como uma espécie de precedente passível de ser evocado como prova da vocação civilizacional de um território destinado de antemão a ser o Império brasileiro:

> E há povos, por ventura, que tenham conservado com mais respeito as tradições de seus pais do que os homens vermelhos da América? Monumentos debaixo da forma de *tumuli* não cobrem todo o norte do continente? Não se descobriu em muitos lugares ruínas consideráveis? Quem não tem ouvido falar de Palenque et Mitla, cidades desertas, das quais a primeira abrange oito léguas de extensão, ornadas de palácios e templos de granito e mármore, silenciosas e abandonadas no seio do México, como Memphis nas áreas do Egito, e Palmyra nos desertos da Syria? Não estão os museus cheios de ídolos inumeráveis, desenterrados na América, e os Têocallis, muitas vezes cobertos de caracteres antigos, não podem ser comparados às pirâmides do Egito? Os manuscritos mesmo, e os hieróglifos não faltam inteiramente, como já vimos mais acima, e é sabido que nas ruínas de Palenque se tem

---

[81] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1974, p. 219.
[82] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1843, p. 6.
[83] SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: um problema nacional?*. *Revista de História*. São Paulo, nº. 118, 1985, p. 6-7.

> encontrado ídolos e zodíacos similares aos do Egito? [...] Vê-se pois que a América, este mundo ainda hoje tão novo para a Europa que o descobriu, possui também seus monumentos de antiguidade [...] Perdoai-me, Srs., se por ventura aberrei de minha esfera demorando-me em objetos, que à primeira vista parecem nada ter de comum com os fins do nosso Instituto: mas assim não é, que as publicações deste gênero devem interessar-nos minimamente, pois servirão para o futuro, o coração m'o prediz, à delucidação (sic.) da antiguidade da Terra de Santa Cruz antes de nela abordar o venturoso Cabral[84].

E foi nessa mesma esteira civilizacional que a Geografia Imperial tomou forma. A falta de um conhecimento preciso sobre o território necessitava ser suprida por ser parte constituinte de um problema que se tornava premente no momento da configuração de um território nacional, qual seja o de um espaço que objetivava se sobrepor ao vasto território da antiga América portuguesa.

A importância da questão territorial e de sua unidade, na opinião de Demétrio Magnoli, era concomitante ao nascimento do novo Estado imperial, formado sob o escopo de aglutinar as elites provinciais na representação de seus interesses no âmbito internacional[85]. Em outros termos, produzir um saber geográfico cuja instrumentalização deveria resolver questões nevrálgicas, tanto no nível externo quanto interno. Por um lado, tratava-se de consolidar as fronteiras do país de maneira a distingui-lo das anárquicas repúblicas vizinhas e, por outro, oferecer organicidade intestina entre as diversas regiões para evitar problemas como os ocorridos durante o período regencial.

O equacionamento do binômio espaço-tempo, desse modo, seria essencial ao cumprimento das metas a que se propuseram galgar o historiógrafos do Império, como bem atesta o então primeiro secretário Januário da Cunha Barbosa:

> A Geografia não pode dispensar-se da coadjuvação da História, porque não pode deixar de ser uma ciência real das relações do nosso globo com o espaço; da mesma sorte que a História, ocupando-se da sucessão dos acontecimentos no tempo, tem necessidade de um teatro, em que operarão os fatos que relata. O objetivo da Geografia é o estudo da superfície da terra; mas não merecerá o nome de ciência se se contentasse de estudar somente as forma materiais e os acidentes que a cobrem. A superfície da terra é o teatro da atividade do homem; ela se modifica debaixo da sua ação, e com ele está em uma relação eterna (...) Ocupamo-nos,

---

[84] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1845, p. 18-20.
[85] MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria.* São Paulo: Edunesp, 1997, p. 84.

> sim, da História e da Geografia do Brasil; que sirvam ao gênio para mais comodamente marcar relações, que devem ter os nossos fatos memoráveis em um *corpo de História, organizado com verdade e sabedoria*[86].

A definição clara das fronteiras territoriais do Império apresentar-se-ia como a condição de viabilizar um espaço que serviria como uma espécie de moldura que enquadraria o que o Brasil possuía de específico, uma história única feita por valorosos defensores do país: "[...] assim como a tradição é a pátria no tempo, o território é a pátria no espaço"[87]. História e Geografia caminhavam lado a lado com a intenção de criar uma individualidade denominada Brasil.

Não obstante, a relação entre História e Geografia não se reduzia à mera justaposição de duas disciplinas com finalidades comuns. Traçar as linhas fronteiriças do Império era uma tarefa cuja legitimidade só seria garantida pela recuperação de documentos, submetidos a um criterioso exame histórico, que comprovassem o domínio dos espaços reclamados pelo Estado, como fica evidente a partir da enorme quantidade de publicações na RIHGB de textos, mapas e tratados crivados por minuciosos comentários, muitos dos quais resgatados em momentos de tensões entre o Brasil e seus vizinhos latino-americanos[88].

Para além das demarcações dos limites do Brasil, o conhecimento do espaço atendia ainda a uma outra exigência, qual seja inventariar os recursos naturais do território com vistas a avaliar suas potencialidades econômicas, possíveis rotas marítimas e terrestres que ligariam regiões distantes do país, etc. Januário da Cunha Barbosa postulou que uma das tarefas fundamentais do IHGB, no seu esforço de difundir a civilização, deveria primar pelo conhecimento da natureza:

> [...] das riquezas de suas minas e matas, pelos produtos de seus rios e baias, variedade de pompas de seus vegetais, abundância e preciosidade de seus frutos, pasmosa novidade de seus animais, e finalmente pela constante benignidade de seu clima [...][89]

---

[86] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1840, p. 17-19.
[87] MAGNOLI. Op. cit., p. 109-110.
[88] Alguns exemplos desses documentos são: *Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana francesa, conforme o sentido exato do artigo oitavo do Trado de Utrecht*. **RIHGB**, 1850, p. 412-512; *Memória histórica sobre a questão dos limites entre o Brasil e Montevidéu*. **RIHGB**, 1853, p. 393-434; *Recordações históricas que se prendem especialmente à Campanha de 1827, na guerra travada entre Brasil e a república Argentina sobre a questão da Província Cisplatina*. **RIHGB**, 1860, p. 497-506; *Limites do Brasil (1493-1851)*. **RIHGB**. 1867, p. 193-240.
[89] **RIHGB**. 1839, p. 12-13.

A tonalidade com que o autor pinta as feições da natureza no trecho acima faz relembrar as descrições do paraíso edênico que os primeiros colonizadores julgaram ter encontrado na América[90]. Contudo, esse tom é somente o verniz que recobria a ânsia pela catalogação sistemática dos recursos naturais ainda intocados, por intermédio de um olhar classificatório inaugurado pelos métodos de uma História Natural colocada a serviço do Estado, o que significava situar essas "maravilhas" naturais em um nível discursivo que permitiria identificá-las à ontologia Brasil. De acordo com Iara Lis Schiavinatto:

> Por meio desses dispositivos, ia-se dispersa e pontualmente redefinindo o Brasil, edificando um caráter único e totalizante. Por isso, cada vez mais, as viagens filosóficas transformaram-se num empreendimento do Estado a fim de apreender e entender em sua completude este território brasileiro, suas gentes, fauna e flora, almejando descobrir uma totalidade e especificidade no novo mundo. Dessas várias práticas de produção, circulação, divulgação e recepção de uma noção de natureza informada por instituições letradas e um debate acerca da história natural emerge uma redefinição de natureza de certas localidades, que aos poucos foram sendo (res)semantizadas como 'brasílica'. Aos poucos, ia-se erigindo um conhecimento angulado na especificidade da natureza nas localidades, Minas, Pernambuco, Rio, São Paulo, Bahia, Maranhão, partes do Brasil, que também se difundia por meio dos textos remetidos pela coroa, das estampas, riscos e das tantas sementes a serem testadas. Instaurava-se, para a compreensão contemporânea, uma espécie de curiosa enciclopédia sobre o Brasil, com textos que tentavam tecnicamente utilizar a natureza de forma rentável, como uma série de estampas e riscos que buscavam retratá-la guiado por um olhar catalogador que visava tornar um objeto específico inteligível para outros leitores longínquos. Ao empreender e montar uma imensa coleção sobre a natureza nas diversas partes do império, criava-se um gabinete ideal e idealizado do naturalista, que reunia toda uma natureza dispersa e díspar num acervo físico e mental, num museu que desejava sintetiza-la e torná-la, simultaneamente visível e conhecida[91].

A obtenção desse tipo de conhecimento só fora possível por intermediação de viagens exploratórias que esquadrinharam os espaços parca ou completamente desconhecidos e que foram amplamente estimuladas em função dos auspícios financeiros concedidos pelo Estado. Os resultados dessas viagens foram fartamente

---

[90] Cf. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

[91] SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. "Imagens do Brasil: entre a natureza e a história". In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil – Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 612.

publicados nas páginas do trimensário da Academia carioca na forma de relatos cuja estrutura era similar a todos: da descrição exaustiva das características geográficas, passando pela descrição das plantas e animais, clima, breves estatísticas populacionais, etc.[92]. A meta desse projeto parece bastante clara, ou seja, seu escopo era interiorizar a civilização o que pressupunha civilizar seus habitantes, em outros termos, os indígenas.

Como ressaltou Heloísa Bertol Domingues, história e geografia eram partes indissociáveis de um saber sobre o país produzido sob a égide da ideologia nacional. Conhecimento este que não pode ser compreendido a partir dos domínios compartimentados que distinguem os diversos campos científicos atualmente, mas sim como integrante da nebulosa formada pela *História Natural*[93], como bem reconheceu Cunha Barbosa ao asseverar que "[...] separar a história da geografia é fazer retroceder a ciência, é não querer atingir seu fim [...]"[94].

Nesse sentido, o papel desempenhado pelos escritores e viajantes europeus e o conhecimento por eles produzidos assumiram importância fundamental no seio de atividades do Instituto, positiva e negativamente; ao mesmo tempo em que os letrados brasileiros assimilavam os juízos estrangeiros que calhassem à produção de uma saber sobre o Brasil, recusavam aqueles que julgavam assentados na pura "[...] especulação estrangeira [...]" portadora de "[...] invectivas, insultos, calúnias, impropérios e de falsidade em desabono do povo do Brasil [...]"[95]. O que incluiria repensar o indígena para além dos estereótipos veiculados nesses textos, uma vez que:

> As notícias que sobre os indígenas da América, e com especialidade os do Brasil, que nos deixaram os europeus que deles escreveram são tão contraditórias que não as podemos aceitar todas sem exame, que se não recomendam pela sua ciência e desinteresse, tendem mais a notar o ridículo e o extravagante que exageram, do que o bom e o razoável que calam [...][96]

---

[92] Exemplos desses relatos são: *Extrato de uma viagem feita à província do Espírito Santo*. **RIHGB**, 1839, p. 269-271; *Juízo sobre a obra Notícias descritivas da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*. **RIHGB**, 1840, p. 199-105; *Viagem feita pelo comandante do vapor Guapiassu, o primeiro que subiu o rio Amazonas*. **RIHGB**, 1844, p. 378-380; *Viagem de Goiás ao Pará, em 1846 e 1847*. **RIHGB**, 1848, p. 178-212; *Roteiro de Navegação do rio desde a foz do São Lourenço até o Paraná*. **RIHGB**, 1862, p. 211-284.

[93] DOMINGUES, Heloísa M. Bertol. *As ciências naturais e a construção na nação brasileira*. *Revista de História*. São Paulo, nº. 135, 1996, p. 41-59.

[94] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1840, p. 17-18.

[95] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1974, p. 220.

[96] **RIHGB.** Rio de Janeiro, 1860, p. 5.

Recolocar o nativo nas teias de uma história nacional configurou-se como um problema ao qual os membros do IHGB não se furtaram:

> Notareis nessa coleção que nos temos particularmente ocupado do que diz respeito aos indígenas; porque sendo muito obscura a história da Terra de Santa Cruz em sua descoberta, e convindo *investigar a civilização a que haviam chegado os povos do Novo Mundo antes de apareceram às vistas de seus descobridores, força era que nos costumes dos índios procurássemos o fio que nos deve conduzir a tempos muito mais anteriores* [...][97]

Apoiando-se nas conquistar alçadas pelas expedições de inquirição da natureza levadas a efeito ao longo do século XIX, os artífices do Brasil intentaram construir uma "fala" científica nacional de modo a romper com o discurso do "velho" sobre o "novo" mundo. Objetivaram simultaneamente rastejar indícios de uma civilização pretérita entre os indígenas e conformar um saber que contribuísse para a civilização dos índios coevos à sociedade imperial.

[97] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1841, p. 522 (grifo meu).

2 – Reverências ao morto
O lugar dos indígenas na História do Brasil

> Os caros desaparecidos entram no texto porque não podem mais fazer mal nem falar. Esses espectros são acolhidos na escrita sob condição de se calarem para sempre.[98]

A América sob o olhar europeu

Foi no processo de desdobramento das conquistas alçadas pelo Velho Mundo a partir daquilo que o historiador inglês Eric Hobsbawn denominou como dupla revolução[99], que os europeus empreenderam uma verdadeira cruzada em direção às regiões periféricas do globo. As motivações que os impeliram para tal empresa não se baseariam desta feita em argumentos de caráter religioso ou transcendente; mas fundamentalmente no desejo de colocar o mundo não-europeu sob um sistemático escrutínio ditado pelo primado da ciência e cuja justificativa assentava-se na plena convicção de que seus interesses deveriam ser compartilhados por toda a humanidade.

Levadas a efeito em fins do século XVIII e ao longo do século XIX, as viagens científicas secundaram os Estados que estiveram à testa do expansionismo capitalista que então se principiava, servindo-lhes como lentes que permitiam ampliar poderosamente seu campo de visão sobre as potencialidades econômicas de enormes espaços alheios aos valores ocidentais.

---

[98] De CERTEAU, Michel. Op. cit., p. 14.
[99] HOBSBAWN, Eric J. *A Era das Revoluções 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 13.

A maior parte dessas expedições era financiada por governantes da França, Inglaterra e Alemanha e seus integrantes faziam parte do movimento de difusão das ciências naturais, para o qual os avanços do conhecimento tomavam por base o método da *observação*[100]. Munidos dos mais recentes equipamentos e procedimentos de pesquisa, os cientistas-viajantes descreviam, registravam e coletavam espécimes para o provimento dos recém-criados museus de história natural, que se proliferavam em grande velocidade nos principais centros europeus. Organizar e catalogar os objetos recolhidos de seu universo de origem a partir de suas similutes eram práticas que almejavam erigir uma linguagem sobre o mundo equivalente àquela que reinava entre os seres vivos[101].

A elástica rubrica da *história natural* agrupava os germes de inúmeros saberes que no decorrer do oitocentos paulatinamente ganhariam um estatuto epistemológico autônomo e por isso os relatos resultantes dessas missões travavam de assuntos diversos; desde a descrição topográfica, características da flora e fauna até a minuciosa descrição dos comportamentos e manifestações culturais do povos que compunham a paisagem. De acordo com Lorelai Kury:

> Grande parte dos naturalistas considera os fatos da cultura como objetos a serem tratados pela história natural. Seus textos normalmente buscam dar conta das relações que existem entre os seres vivos e os lugares em que habitam. O lugar é visto como um conjunto coerente de plantas, animais e minerais, condições climáticas e topográficas, regime de rios, ventos e também de seres humanos, com seus hábitos alimentares e seus costumes. A curiosidade do viajante busca dar conta dessa unidade.[102]

Natureza e cultura eram partes indissociáveis na busca pela compreensão da unicidade que conformava o objeto de sua investigação de tal forma que "[...] a história natural não pode ser compreendida como uma especialidade desvinculada das demais ciências. História, filosofia, estética e antropologia concorrem para dar inteligibilidade à totalidade dos fenômenos observados".[103]

---

[100] PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. "Imagens e representações do índio no século XIX". In: GRUPIONI, Luís Donisete (org.). *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 63.
[101] FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas:* Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martis Fontes, 1999, p. 171-225.
[102] KURY, Lorelai. "Viajantes e Naturalistas do Século XIX". In. PEREIRA, Paulo Roberto (org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional* – Guia de fontes sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2001, p. 60.
[103] Ibidem, p. 64.

Nesse contexto de intensa excitação científica, a América tornou-se alvo preferencial de maciços investimentos analíticos. Sua exuberante e diversificada natureza estava aberta à curiosidade estrangeira. O rompimento dos grilhões colônias àquela época permitiu que seus portos recebessem navios que além dos comerciantes ávidos por novos mercados, traziam também inúmeros homens dispostos a rasgar o continente empunhando o estandarte da ciência.[104]

O Novo Mundo desde meados do século XVIII era assunto de um inflamado debate protagonizado principalmente por Buffon e De Pauw; este advogando a degenerescência desta porção da terra, aquele a imaturidade. Estigmas que segundo os autores impediriam ou pelo menos dificultariam sobremodo o pleno desenvolvimento de uma civilização nos trópicos.

A tese da debilidade ou imaturidade das Américas nasceu com Buffon que, em 1749, publicou os três primeiros volumes de sua *Histoire Naturelle.* Nessa obra, afirmava que a América, sobretudo a meridional, seria inferior ao Velho Mundo porque nela os animais eram pequenos e em pouca quantidade e aqueles que eram trazidos do Velho Mundo para essas terras, terminavam por definhar. O que instigava Buffon e o movia a procurar uma explicação era a inexistência de grandes quadrúpedes na América. A resposta para sua questão é encontrada no ambiente americano:

> Existe, portanto, na combinação dos elementos e demais causas físicas, qualquer coisa oposta ao engrandecimento da natureza viva neste novo mundo: há obstáculos ao desenvolvimento e talvez à formação dos grandes germes; os mesmos que, sob a doce influência de um outro clima, receberam sua plena forma e sua completa extensão, se restringem, se amesquinham sob este céu avaro e sobre esta terra desolada [...][105].

As terras americanas seriam encharcadas e frias porque cobertas de matas que conservariam a umidade; nessas terras os raios vivificantes do sol não conseguiam penetrar: "[...] o sol dardeja inutilmente seus mais vivos raios sobre a massa fria; esta não tem condições de responder a seu ardor [...]"[106]. Tais terras

---

[104] Cf. OBERACKER, Carlos. "Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, T. II (1), 1962, p. 119-129.

[105] Apud GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750-1900).* São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 21.

[106] Ibidem, p. 22.

seriam incapazes de gerar animais grandes e fortes porque sua natureza permanecia bruta e hostil, uma vez que não fora trabalhada pelo homem.

Na visão de Buffon, ao homem caberia dominar e reformar a natureza. Entretanto, a população americana, remotamente expatriada[107], seria composta por um pequeno número de homens[108] que, vivendo errantes, não haviam sido capazes de apoderar-se e de controlar as forças da natureza. Essa permanecia intocada pelo homem e "[...] insalubre para gente civilizada e animais superiores [...]"[109]. Se a natureza, entretanto, ao longo de séculos, viesse a ser trabalhada pelas mãos do homem, Buffon não duvidava da possibilidade de ela ser transformada:

> [...] dentro de alguns séculos, quando se tiverem arroteado as terras, abatido as florestas, regularizado os rios e contido as águas, esta mesma terra passará a ser a mais fecunda, a mais sã, a mais rica de todas, como já parece sê-lo em todas as partes onde o homem a trabalhou"[110].

Mas, durante os imemoriais tempos nos quais os homens americanos, por serem poucos, viveram sob a influência desse clima frio e úmido, eles terminaram por degradarem-se. Na *Histoire de l'homme*, Buffon postulava a unidade da espécie humana, mas igualmente acreditava que, permanecendo o homem submetido a condições ambientais desfavoráveis, assim como os animais, ele terminara por definhar. Por isso, o selvagem americano

> "[...] é débil e pequeno nos órgãos de reprodução; não tem pêlos nem barba, nem qualquer ardor por sua fêmea: embora mais ligeiro que o europeu, pois possui o hábito de correr, é muito menos forte de corpo; é igualmente bem menos sensível e, no entanto, mais crédulo e covarde; não demonstra qualquer vivacidade, qualquer atividade d'alma [...]"[111].

No pensamento do naturalista, a espécie humana permanecia una e semelhante, mas, paradoxalmente, diferente. Ao migrar para um continente onde vivia em condições adversas, o homem terminara por debilitar-se apesar de permanecer imaturo. Assim, haveria uma hierarquia dentro da espécie, uma vez que

---

[107] Ibidem, p. 485.
[108] Ibidem, p. 23.
[109] Ibidem, p. 27.
[110] Ibidem, p. 27.
[111] Ibidem, p. 21.

existiriam aqueles homens mais débeis que outros, apesar de permanecerem humanos[112].

Em 1768, o abade Corneille de Pauw, em sua obra *Recherche philosophiques sur les Américains,* elevaria a difamação do Novo Mundo a um insuperável extremo. Para o abade, o homem só teria possibilidade de progredir se vivesse em sociedade. O homem natural, ao viver apartado da sociedade, era um bruto que, ao invés de progredir, havia degenerado. Ao contrário daqueles que postulavam ser o americano uma criança crescida, De Pauw postulava ser ele um decaído: "[...] a totalidade da espécie humana encontra-se indubitavelmente debilitada e degenerada no Novo Continente"[113]. O índio americano era um animal ou pouco mais que isso porque odiava as leis da sociedade, vivendo cada um por si, sem se auxiliar mutuamente, em um estado de inércia, de indolência e de completo aviltamento. Esse homem seria incapaz de qualquer tipo de progresso mental o que significava afirmar ser ele não dotado da capacidade de perfectibilidade. O índio, simultaneamente criança e velho, não tinha nenhuma expectativa de vir a alcançar algum progresso intelectual. Seria ele como um bebê raquítico, que não tinha possibilidade alguma de progresso mental. Segundo Gerbi, De Pauw repetiria até à exaustão que "[...] a natureza é fraca e inferior na América, fraca porque corrompida, inferior porque degenerada"[114].

Contudo, essas eram imagens negativas propugnadas por europeus que, apesar da autoridade intelectual, nunca haviam pisado em solo americano, fato este que corroboraria com afirmações segundo as quais [...] não se deve depositar muita fé nas relações escritas acerca do mesmo Brasil *por estrangeiros que nunca o visitaram*, e que regulando-se talvez por informações exageradas, ou destituídas do cunho da veracidade, empregam nessas relações contos romanescos [...]"[115].

Exemplo da profunda indisposição dos letrados do IHGB no que tangia a estas opiniões que julgavam aviltantes é um parecer emitido pelos sócios Deos e Silva e coronel Accioli sobre um livro publicado na França, fundamentado, de acordo com os eles, em premissas errôneas inspiradas em opiniões contraditórias aventadas por pessoas como Buffon:

---

[112] Todo o tratado de Buffon sobre o continente americano, seus animais e homens, foi escrito sem que o naturalista jamais tivesse pisado no seu solo, o que, entretanto, não o impediu de tomar ares de cientista que descortina uma verdade camuflada e de orgulhar-se em afirmar que as espécies do Novo Mundo eram diferentes e inferiores às do Velho Mundo. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças...* Op. cit., p. 162; GERBI, Antonello. Op. cit., p. 19.
[113] Apud. GERBI, Antonello. Op., cit. p. 57.
[114] Ibidem, p. 58.
[115] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1839, p. 364 (grifo meu).

> No resumo que fazem os autores do Brasil, cuja maior parte do continente dizem não haver sido visitada por viajantes ilustrados, claudicam amiudadas vezes; dão a algumas montanhas uma altura imaginária, e, como se ainda pudessem ser acreditadas as narrações exageradas dos que, escrevendo acerca do nosso país, o fizeram abundantíssimo de cobras e animais ferozes; eles não se esqueceram de figurar espantado o europeu, que chegando aos nossos bosques os devisa (sic.) povoados de numerosa quantidade de macacos, serpentes, anfíbios, etc., cumprindo não passar em silêncio, que ao mesmo tempo em apresentam esses bosques tão densos, que não pode o sol fazer-lhes penetrar a luz, declaram igualmente ser neles ardentíssimo o calor atmosférico[116].

Tais teses, portanto, deveriam ser revistas. Em um momento no qual o critério científico fundamental pautava-se pela observação *in loco*, qualquer consideração a respeito da América que não se apoiasse em dados empíricos soaria como pura especulação.

Sem dúvida, foi Alexander von Humboldt quem primeiro levou a cabo a tarefa de reinterpretar a América ou, nas palavras de Mary Louise Pratt, de reinventá-la[117]. Seus estudos não apenas inspiraram outros viajantes, mas também serviram como modelo paradigmático de inquirição[118].

A perspectiva humboldtiana propunha, ao contrário de Buffon e De Pauw, que se tomasse o Novo Mundo como objeto de valor intrínseco que dispensaria qualquer tipo comparação com a Europa; homens, animais e plantas ganhariam sentido para a história natural na medida em que fossem considerados no contexto da região onde vivem. O mundo, dessa forma, deveria ser concebido como um conjunto orgânico, onde cada parte que o constitui manifesta harmonias que lhe são próprias.

A maior inovação de Humboldt, no entanto, foi a de colocar o estudo a respeito da América sob um ponto de vista *temporal* e *historicizada* se opondo, portanto, à concepção em voga que acreditava serem as terras tropicais recém-emersas das águas diluvianas. O lastro empírico para tanto já havia sido encontrado em 1801 por ocasião da descoberta de esqueletos de mamutes em Nova Iorque[119]. Além de contestar a juventude geológica e paleontológica das terras tropicais, o viajante alemão foi mais longe ao empreender um processo de "arqueologização" do Novo Mundo – o conceito é de Pratt – que descortinava aos olhos dos europeus os

---

[116] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1839, p. 362-363.
[117] PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1997, p. 230-233.
[118] KURY, Lorelai. Op. cit., p. 60.
[119] Cf. GERBI. Op. cit., p. 305.

degraus civilizacionais galgados pelas sociedades indígenas. Tais hipóteses foram sistematizadas em seu *"Imagens das cordilheiras e monumentos dos povos indígenas da América"* (1810-1814):

> [...] os ensaios arqueológicos de *Imagens e monumentos* tinham ao menos o potencial para contestar dramaticamente a celebração des-historicizada da América primal e a associada visão primitivista dos ameríndios dela decorrente. Mesmo um conhecimento superficial da cultura e história inca, asteca ou maia abala a imagem de selvagens numa floresta primal [...] Um poderoso modelo para a redescoberta arqueológica da América foi o Egito. Lá também os europeus estavam reconstruindo uma história perdida por meio da e como 'redescoberta' de monumentos e ruínas. Lá também a recuperação ocorreu no bojo de um novo expansionismo europeu e de nostálgica reconsideração dos impérios antigos. Descobertas egípcias, como a da pedra de Rosetta, indubitavelmente inspiraram o interesse de Humboldt, tema de alguns dos mais longos e eruditos ensaios de *imagens e monumentos*.[120]

Não obstante, como assinala Pratt, Humboldt não escapou ao eurocentrismo, pois permaneceu depreciativo em relação às conquistas das civilizações pré-colombianas quando comparadas com aquelas do Mediterrâneo clássico[121]. Além disso, a conexão entre as sociedades sob investigação arqueológica e seus descendentes contemporâneos permaneceu absolutamente obscura. A imaginação européia, ainda segundo a autora, produziu objetos arqueológicos por meio da separação dos povos contemporâneos não europeus de seus predecessores pré-coloniais e mesmo coloniais.

Se na Europa *Imagens*, diferentemente dos outros escritos de Humboldt, permaneceu durante largo período no limbo dos círculos letrados, entre as elites americanas, em pleno bojo do processo de independência, seu impacto foi profundo. A contestação da juventude geológica desta porção do mundo começava então a ser afirmada, e passava a ecoar sobre a questão da legitimação nacional.

Entre as repúblicas americanas recém-independentes que olhavam as ruínas das civilizações pré-colombianas, estes discursos poderiam ser tomados também como uma objeção frente às teses sobre a inferioridade da América encontradas na inflamada polêmica sobre o continente. A exigência das novas nações pela apresentação de fatos corretamente apontados, deslegitimando os escritos fictícios

---

[120] PRATT Mary Louise. Op. cit., p. 231.
[121] Ibidem, p. 232.

sobre a América e a incessante produção de novos relatos de viajantes que percorriam as regiões americanas constituíram-se como parte de dois movimentos que inscreviam e reavaliavam os discursos e controvérsias a respeito do continente. De um lado, as vozes que se levantavam de vários pontos do Novo Mundo na contestação de informações errôneas que o detratavam, de outro, as constantes viagens que suscitavam novas investigações e novos dados empíricos.

Descortinando a antiguidade de um Mundo não tão Novo

As discussões encetadas por pensadores europeus em fins do século XVIII e ao longo do século XIX acerca da América não foram, como bem aponta a historiografia hodierna[122], assistidas de modo passivo pelas elites americanas: pelo contrário. Os relatos e obras dos viajantes foram consumidos e reapropriados de acordo com os interesses em jogo à época e que podem ser sintetizados a partir de um denominador comum, qual seja o empenho de se erigir um universo identitário para os novos Estados surgidos dos escombros coloniais. No IHGB os termos não foram diferentes.

Raymundo José Cunha Matos, idealizador do Instituto juntamente com Januário da Cunha Barbosa, foi indubitavelmente o mais fervoroso defensor da importância da geografia e geologia para o estudo da história pátria. Autor de vários estudos corograficos sobre o Império, resultantes de sua longa experiência como militar no interior do país, Cunha Matos, ávido leitor de Humboldt, asseverava que a viabilidade de se escrever uma verdadeira história nacional passaria pelo imprescindível escrutínio de questões relativas à idade do solo americano.

Como assinalei anteriormente, a história natural pressupunha estudos de caráter etnográfico e histórico como recursos para abarcar as especificidades dos costumes e cultura dos habitantes das regiões sob investigação, no intento de apreender sua globalidade. Dessa forma, para Cunha Matos, não bastaria afirmar que a história americana, por conseguinte a do Brasil, deitava raízes em um passado

---

[122] Cf. PRATT. Op. cit.; KURY. Op. cit.; GERBI. Op. cit.; PORTO-ALEGRE, Maia Sylvia. *O Brasil descobre os sertões. A expedição científica de 1859*. *Ciências Sociais Hoje*, Vértice, Anpocs, 1989, p. 200-216.

remoto se esta assertiva não viesse acompanhada de irrefutáveis evidências empíricas, coletadas a partir das prescrições metodológicas de uma ciência da natureza, que igualmente comprovassem a antiguidade das terras do Novo Mundo. A descoberta de vestígios civilizacionais atestados pelas ruínas encontradas na América hispânica era o ponto de partida para uma investigação geológica que contestaria as imagens pouco lisonjeiras propaladas por europeus que nunca haviam pisado na América. Em contrapartida, outros cientistas-viajantes há algum tempo estavam publicando os resultados de estudos inovadores e cujo impacto sobre a história da humanidade, de acordo com o autor, seriam sísmicos:

> Quem não se enche de entusiasmo vendo em o novo mundo monumentos assombrosos da mais antiga civilização? E quem não lamentará a perda de tempo daqueles que escreveram, e se esforçaram em persuadir que o novo mundo saiu há três dias do fundo das águas, como se as serras do Órgãos, da Mantiqueira, dos Aimorés, da Ibiapaba, dos Pirineus, do Caiapó, os Andes, os Apalaches e muitas outras não sejam contemporâneos como as do Cáucaso, do Atlas, do Himalaia, dos Alpes e de diversas outras do antigo mundo! O grande livro da natureza começou há pouco a ser estudado; a arqueologia e a etnografia começam a dar os primeiros passos, e por ventura já se tem encontrado documentos preciosos, que testificam a mais alta antiguidade das terras que habitamos[123].

Os documentos preciosos a que Matos faz menção e que comprovariam a antiguidade do solo americano, especificamente do Brasil, foram os primeiros resultados das descobertas do dinamarquês Peter Wilhelm Lund que em 1837 empreendeu uma minuciosa exploração em mais de 800 cavernas na região da Lagoa Santa em Minas Gerais. Membro da Sociedade de Antiquários do Norte, instituição com a qual o IHGB manteve intensa relação desde o princípio de suas atividades, Lund tratou de enviar seus achados, bem como as conclusões a que havia chegado para o Instituto na forma de cartas que foram prontamente publicadas nas páginas da RIHGB, servindo como uma espécie de epicentro simbólico a partir do qual o lugar ocupado pelo Brasil no concerto da história universal seria completamente revisto.

Em uma de suas escavações, Lund encontrou na caverna subterrânea Lapa do Sumidouro, uma série de fósseis de uma megafauna extinta e também vestígios fossilizados de seres humanos, os quais julgou terem a mesma idade em função do

---

[123] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1863, p. 140.

grau de sedimentação do terreno no qual foram achados. Após uma série de análises do material, Lund, contrariando teses consagradas na Europa, concluiu:

> Pelas indagações dos naturalistas da Europa consta, que nenhuma das grandes espécies de mamíferos terrestres, cujos ossos se acham num estado verdadeiramente fóssil, tem existido vivo nos tempos históricos, e que por conseguinte a data de sua extinção remonta a mais de três mil anos. Aplicando este resultado às espécies extintas do Brasil, no que concorda o estado de conservação dos ossos, que é o mesmo nos dois países, e atribuindo àqueles ossos humanos, que se acharam num estado de conservação perfeitamente análogo ao que caracteriza os ossos fósseis, uma antiguidade correspondente, temos para este uma idade de trinta séculos para cima. [...] Fica então provado por estes documentos em primeiro lugar: que a povoação do Brasil deriva de tempos mui remotos, e indubitavelmente anteriores aos tempos históricos[124].

O resultado obtido pelo cientista dinamarquês foi entusiasticamente acolhido pelos sócios do IHGB, por despertar "[...] sem dúvida a atenção dos sábios pelos novos e curiosos fatos que lança na arena da ciência [...]"[125], uma vez que corroboraria com as conjecturas alimentadas a respeito não só da antiguidade geológica do Novo Mundo, mas também com a hipótese de que a presença de seres humanos nesta parte da terra era tão antiga quanto no Velho Mundo. A partir da análise do crânio humano, Lund tece uma outra consideração bastante positiva aos olhos dos membros do IHGB:

> Vemos então que a América já era habitada em tempos em que os primeiros raios da história não tinham ainda apontado no horizonte do velho mundo, e que os povos que nessa remotíssima época habitavam nela eram da mesma raça que os que no tempo do descobrimento ali habitavam. Estes dois resultados na verdade pouco harmonizam com as idéias geralmente adotadas sobre a origem dos habitantes desta parte do mundo, pois quanto mais se vai afastando a época de seu primeiro povoamento, conservando no mesmo tempo os seus antigos habitantes os seus caracteres nacionais, tanto mais vai desvanecendo a idéia de uma origem secundária ou derivada(...) E contudo inegáveis são os fato, que parecem indigitar vários pontos de contato entre os antiqüíssimos habitantes das duas partes do mundo. Os crânios fósseis deste país, as cunhas ou machados de pedra, chamados vulgarmente coriscos, que se acham em abundância em todo interior do Brasil, oferecem a mais perfeita semelhança não só na forma, como

[124] **RIHGB,** Rio de Janeiro, 1842, p. 82.
[125] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1844, p. 15.

> também no material de que são lavrados, com os que acham nos países da Europa, a ponto de, sendo postos juntos, não se pode distinguir uns dos outros, conhecidas são as varias analogias que apresentam alguns dos monumentos antigos do México com os do Hindostan e do Egito, mas dificilmente se havia de adivinhar, que também o Brasil ofereceria um ponto de contato com este último país nos tempos antigos, e contudo os restos fósseis de que me ocupo aqui, fornecem a prova de uma tal coincidência[126].

No ano seguinte à publicação do trecho mencionado acima, o então segundo secretário do IHGB, Manoel Ferreira Lago, ao apresentar o balanço anual das principais conquistas do conhecimento veiculadas pelo Instituto, cita as pesquisas de Lund e carregando na tinta conclui que estas forneceriam as provas incontestes de que:

> [...] já existia como um continente extenso a parte central do Brasil, quando as mais partes do mundo estavam ainda submergidas no seio do oceano universal, ou surgiram apenas como ilhas insignificantes, *tocando assim o Brasil o título de ser o mais antigo continente de nosso planeta*. Sem me demorar em reflexões acerca da revolução que podem causar na história do mundo os recentes estudos paleontológicos e arqueológicos do Sr. Dr. Lund, de que acabo de expor o esboço, e vem corroborar a idéia da ressurreição da Atlântida de Platão, confirmando-nos com Bertrand que a tênue camada de vida que floresce na superfície do globo somente encobre ruínas [...][127]

A América não apenas já existia à época do surgimento dos continentes mais velhos, como a Europa, África e Ásia, mas também já era conhecida há milênios, pelo menos assim cria o autor de um livro remetido ao IHGB pela Sociedade Etnológica de Paris, em 1843, escrito por Warden e imediatamente vertido para o português por Januário da Cunha Barbosa. Nessa obra, o referido autor realizou uma ambiciosa sistematização dos textos de pensadores clássicos, gregos e romanos, passando por teólogos e geógrafos medievais que hipoteticamente teriam mencionado a existência de terras desconhecidas, as quais Warden supôs serem a América: "[...] Os escritos dos antigos contém passagens notáveis, que parecem indicar o conhecimento de um grande continente além do Oceano Atlântico [...]"[128]. A

---

[126] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1844, p. 337.
[127] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1845, p. 8.
[128] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1843, p. 183.

chancela para a publicação dessa obra foi unânime entre os sócios reunidos na sessão, o que denota a seriedade que julgavam possuir o escrito.

As evidências tanto físicas – geológicas, arqueológicas e paleontológicas – quanto literárias – registros legados pelos antigos acerca de um grande continente a oeste – sem dúvida inflamavam os ânimos dos letrados do IHGB. Para a elite pensante do Império esses eram indícios que permitiam supor que o Brasil possuía um passado remoto no qual esteve *pari passu* com antigas civilizações. Isso implicava, no entanto, que a história brasileira deveria abarcar uma cronologia muito mais dilatada, que superasse em muito o marco de 1500.

Os verdadeiros períodos da História do Brasil

Aos olhos dos historiadores do Império não havia dúvida de que a consolidação de um Estado independente sob augusta direção de um monarca representava o bom termo da inegável vocação do Brasil para a civilização. Contudo, seria imprescindível que os edificantes eventos que concorreram para o processo civilizacional ao longo da história brasileira fossem resgatados do soterramento do esquecimento, bem como do oceano de erros no qual estavam imersos. Nesse sentido, o discurso pronunciado por Januário de Cunha Barbosa, por ocasião da fundação do IHGB, elucida sobremodo a tarefa a que se prestaria a instituição:

> [...] se em geral são estas as vantagens da história, quais não serão ainda as do nosso país, se o amor da glória nacional no levar a depurá-la de suas inexatidões, e escreve-la com essa atilada crítica que forma o caráter de um verdadeiro historiador? E será pouco arrancar do esquecimento, em que jazem sepultados, os feitos que honraram a pátria? [...][129]

O primeiro secretário imputava as ditas “inexatidões” ao fato de que tudo o que até aquele momento havia sido escrito sobre o Brasil carecia de um rigor crítico que primasse pela obtenção da verdade. Carência esta decorrente da falta do “[...]

[129] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1839, p. 17.

necessário critério, que deve formar o caráter de um verídico historiador"[130]. Cunha Barbosa propôs então que o primeiro procedimento – a atilada crítica – a ser adotado para a revelação da verdade recoberta pelo obscurantismo da ignorância seria o estabelecimento preciso de quais seriam as épocas do Brasil:

> A nossa história, dividindo-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdividida em vários ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da nossa civilização[131].

Ao final do expediente, Januário da Cunha Barbosa encaminhou à mesa diretora sua proposta de investigação a respeito de quais seriam os períodos que compunham a história brasileira[132]. O tema foi unanimemente aceito e tornou-se objeto de longo debate na sessão seguinte, em 15 de dezembro de 1838, na qual estiveram presentes Januário da Cunha Barbosa, José Silvestre Rebello, José Lino de Moura, Pedro de Alcântara Bellegarde, Lino Antonio Rebello, Emilio Joaquim da Silva Maia, José Marcelino da Rocha Cabral, José Feliciano Fernandes Pinheiro e Raymundo José da Cunha Matos, que tomou para si a tarefa de sistematizar os argumentos que concorriam para clarificar a correta cronologia da história da nação.

Dois meses mais tarde o marechal Raymundo Cunha Matos lia em sessão do Instituto um texto de sua lavra intitulado "Dissertação do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil"[133]. Baseado em vários "escritores antigos e modernos", o autor postulava que as épocas do Brasil deveriam ser fundamentalmente três: a primeira, relativa aos "aborígines ou autóctones"; a segunda, que deveria tratar da era dos descobrimentos pelos portugueses e da administração colonial; e finalmente a terceira, cuja abrangência deveria dar conta de todos os acontecimentos nacionais a partir da independência[134].

Tendo em vista que para Cunha Matos, assim como para os membros do IHGB de um modo geral, a história brasileira deveria elucidar a "marcha sucessora

---

[130] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1839, p. 11.
[131] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1839, p. 12.
[132] "Proponho que na próxima sessão entre já em discussão o ponto seguinte: - Determinar-se as verdadeiras épocas da História do Brasil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quais devem ser suas divisões". **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1839, p. 57.
[133] A leitura da dissertação de Cunha Matos foi feita em 24 de fevereiro de 1839 perante os membros do IHGB. Embora o manuscrito tenha sido guardado na biblioteca do Instituto e ficado à disposição dos consulentes, sua publicação nas páginas do trimensário só ocorreu em 1863.
[134] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1863, p. 129.

da civilização da Terra de Santa Cruz”[135], o sentido de se ater ao estudo do período pré-cabraliano representava a possibilidade de comprovar a hipótese de que os primeiros habitantes desta porção do mundo descendiam de povos mais adiantados na escala civilizacional.

> A primeira época que apresento é a dos aborígines ou autóctones, em a qual infelizmente andaremos quase às apalpadelas, por falta de monumentos bíblicos ou lapidares que sirvam ao menos para dar uma certa cor de probabilidade às nossas conjecturas. Esta parte da história do Brasil existe enterrada debaixo de montanhas de fábulas, porque cada tribo ao mesmo tempo que apresenta origens as mais extravagantes, não sabem dar razão clara das suas emigrações, e a atual residência; e para cada uma delas um século dos nossos, é a eternidade. A historia dos nossos aborígines não tem sido estudada, e ninguém pode afirmar autenticamente que os índios do território do Brasil são da mesma raça dos peruvianos, dos chilenos, ou dos habitantes de Nova Granada. Ao norte do Amazonas existem tribos que fizeram e ainda fazem uso dos quipos na contagem por meio de nós à moda dos mais antigos chineses, e dos naturais do México, e do Peru; está reconhecido que aqueles índios também fizeram uso de ferro e aço, e que provavelmente foi com esses instrumentos ou com os de cobre encalcado que eles abriram certas figuras em diversos rochedos contíguos aos rios Orenoco, Atapabo, Negro e Cassiquera. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio em a sua interessante viagem pela capitania do Rio Negro, dá noticia da existência de uma tribo da margem do Rio Izano em que se conservam alguns nomes próprios do povo hebraico, o que a ser certo, levar-nos-há a grande questão da vinda dos fenícios às terras do novo mundo.[136]

Tratava-se, em face das evidências elencadas por Cunha Matos, de levar a cabo um programa de investigação que pudesse superar o estágio das “apalpadelas” e atingir resultados palpáveis. Para tanto, sugeria que os sócios do Instituto se dedicassem à análise sistemática dos registros de cronistas e religiosos coloniais, uma vez que estes seriam as únicas fontes que mesmo deficitárias, poderiam fornecer algum indício.

Em artigo posterior intitulado “Épocas brasileiras”, desdobramento dos argumentos centrais de sua dissertação, Raymundo Cunha Matos refina suas assertivas a respeito do sentido de estudar o passado dos povos ameríndios e diferentemente do que havia aventado no escrito anterior, afirma que a possibilidade de se palmilhar a remota época dos aborígines com certo grau de segurança dar-se-

---

[135] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1974, p. 219.
[136] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1863, p. 122.

ia pelo estudo de fontes de natureza não-textual, a exemplo das tradições orais[137] que os indígenas certamente conservavam:

> [...] não há povo algum sobre a terra que deixe de saber ou indagar a história de sua existência; os selvagens da Nova Holanda, e os índios botocudos; os negros caçanges das bordas do Congo, e os jalofos das margens do Senegal; os esquimós das terras árticas, e os patagões do sul da América, todos teriam suas tradições, se não tão sérias como as mui confusas dos hindus, e dos chinas, ao menos, quantas bastam para apontarem quais foram os lugares donde os seus antepassados vieram; quando se estabeleceram nos países em que eles presentemente se acham[138].

Além das tradições orais guardadas pelos descendentes dos primeiros povoadores do Brasil, Cunha Matos propunha o esquadrinhamento de vestígios materiais dispersos pelo país e citava o exemplo de relatos fidedignos de pessoas que afirmavam ter "[...] encontrado no sertão da província de Pernambuco a ruína de uma obra que parecia fortificação, alguma coisa semelhante às que existem nas chapadas do Ohio dos Estados Unidos da América"[139].

O cotejamento de dados orais e resquícios materiais seria o meio indispensável para o delineamento das rotas migratórias seguidas pelos aborígines em tempos remotos, dados a partir dos quais os letrados do Instituto poderiam esclarecer a contento, "a historia da origem, separação e emigração das diversas tribos encontradas em o litoral e nos sertões aquém dos Andes, e nos vales do Amazonas"[140]. Vê-se, portanto, que as proposições de Cunha Matos foram bastante patentes quanto a urgência de empreender estudos de caráter etnográfico e lingüístico como maneira de produzir conhecimento seguro a respeito de tais populações. Da mesma forma a arqueologia, concebida como interrogação aos vestígios materiais, poderia contribuir para desvendar os mistérios de uma cronologia que não se deixava captar pelos registros comuns de uma cultura fundada na escrita[141].

---

[137] De acordo com o autor: [...] A ciência da lingüística que agora começa a cultivar-se, é a que há de mostrar-nos a origem das tribos e nações; se vieram de terras longínquas estabelecerem-se nos lugares em que ora se acham [...]. **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1974, p. 233.
[138] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1974, p. 218.
[139] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1974, p. 220.
[140] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1974, p. 233.
[141] Manoel Guimarães realiza uma interessante interpretação do texto *Dissertação do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*, de Cunha Matos, tomando-o como um dos marcos fundadores da história brasileira que permitiria divisar tanto o passado quanto o futuro do

É importante sublinhar o significado da periodização de Cunha Matos, pois ao estabelecer a primeira época do Brasil como sendo a dos indígenas, o autor não almejava aventar a importância de se erigir um repertório meramente informativo a respeito do exotismo e peculiaridades desses povos, mas os incluía como primeiras peças constituintes da própria história do Brasil.

A busca pelas ruínas perdidas

No contexto do século XIX tais suposições acerca de uma ascendência civilizacional mais adiantada entre os ameríndios não eram ilusões absurdas, pois era assente entre muitos pesquisadores e cientistas, adeptos da concepção monogenista, que a povoação primeva das Américas deveria se entendida a partir da hipótese *bíblica* ou da hipótese *mediterrânica*[142]. A primeira via no indígena um antepassado do povo de Israel:

> Ainda que a Bíblia não explique por um modo positivo como se fez a emigração ou a passagem do Antigo para o Novo Mundo, devemos entender que foi atravessando os mares, e de ilha para ilha ou de continente para continente; e que as famílias vindas da Europa e da África eram da raça caucasiana, e da de Chus, e Mizrain, e até mesmo dos cananeus por Josué corridos até ao Atlas; e talvez disso proceda a existência de homens no Brasil, cujos nomes se assemelham inteiramente aos hebraicos[143].

A hipótese mediterrânica, por seu turno, creditava a presença do homem na América a empresas náuticas levadas a efeito por povos como os fenícios, catargineses, gregos, nórdicos, entre outros. Conjecturas que para os historiadores do Império poderiam ser comprovadas, a exemplo da proposta feita em 10 de junho de 1847 na qual se exortava os sócios do Instituto a investigarem, "[...] quais as tradições conservadas pelos autóctones, ou vestígios físicos descobertos até hoje,

---

Império. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil". In. CARVALHO, José Murilo de. *Nação e Cidadania no Império*... Op. cit., p. 93-122.

[142] Cf. LANGER, Johnni. *Signos petrificados e civilização: a inscrição fenícia da Paraíba e outras questões arqueológicas no Brasil Imperial*. *Pós-História*. São Paulo, nº. 10, 2002, p. 87-108. Cf. _____. *A cidade perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 22, nº. 43, 2002, p. 127-152.

[143] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1839, p. 133.

que possam confirmar a opinião de alguns autores, de haver o Brasil sido visitados por europeus, ou por outros quaisquer descendentes do Velho Mundo, antes da chegada do venturoso Cabral"[144].

Em 1839 a Revista do IHGB publicou um parecer sobre pretensas inscrições encontradas na Pedra da Gávea na cidade do Rio de Janeiro. Suspeitava-se que os caracteres contidos na rocha pudessem ser um indício da presença de fenícios no Brasil. Os sócios incumbidos de avaliar a procedência da indagação acabaram por concluir que tudo não passava de "uma acaso da natureza"[145]. Hipótese errônea, porém bastante sedutora, pois a perspectiva de descender dos valorosos navegadores do Mediterrâneo seria um ótimo começo para traçar as origens do homem na América e o mérito de se empenhar nesse tipo de empresa foi ressaltado por Manuel Ferreira Lago que afirmou:

> A descoberta de uma inscrição é um fato, que pode fazer uma revolução na história; que pode reconquistar idéias perdidas, e aniquilar outras em pleno domínio: um nome, uma frase em uma lapida, podem preencher lacunas imensas, restaurando conjecturas, e abrir uma estrada luminosa do passado ao futuro[146].

O desejo em datar a chegada do homem à América foi constante e intenso e o afã por encontrar provas que fornecessem as respostas para essa indagação fez com que a discussão acerca dos supostos escritos da Pedra da Gávea retornasse às páginas do trimensário no número seguinte à publicação do frustrante parecer emitido pela comissão citada acima. Dessa feita, a intervenção deveu-se ao Dr. Roque Schüch que asseverou:

> [...] Pela comparação de inscrições que se acham na Enciclopédia Metódica, nas viagens de Ollafens pela Islândia e na obra moderna intitulada "Antiquitatis Americanae" achei duas ou três letras que se assemelham à da ponta da Gávea que tem alguma probabilidade de pertencer ao runos [...][147].

Em sua exposição, Schüch foi ainda mais longe ao supor que os povos nórdicos chegaram até o leste dos Estados Unidos no século X e, portanto, deveriam

---

[144] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1847, p. 287.
[145] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1839, p. 78.
[146] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1845, p. 18.
[147] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1840, p. 249-250.

ter conhecido o litoral brasileiro. Tese que julgava poder ser comprovada pela observação dos índios manáos, habitantes da província do Pará, cujo '[...] dualismo [...] tem uma formidável semelhança com o dualismo dos antigos habitantes da Escandinávia [...][148]. Joaquim Norberto de Souza, em 1851, repetiria as idéias sobre a vinda de povos nórdicos ao Brasil:

> Fora de dúvida é, pois, que a América fora conhecida no décimo século pelas viagens empreendidas pelos antigos Escandinavos na parte setentrional fazendo assim surgir da completa escuridão em que jaziam sepultados inumeráveis fatos, que elucidam uma época, já tão remota para nós[149].

O livro *Antiquitatis Americanae*, mencionada por Schüch, foi uma doação do pesquisador Peter Wilhelm Lund[150] ao IHGB em 1839, traduzida e publicada na RIHGB em 1840. De autoria do dinamarquês Carl Christian Rafn esta obra alimentou os ânimos dos letrados brasileiros no que respeitava ao estabelecimento da gênese do homem americano e assinala uma "amizade" intensa estabelecida entre o IHGB e a Sociedade Real de Antiquários do Norte, sediada em Copenhagen.

A Sociedade Real dos Antiquários do Norte foi instituída em 26 de janeiro de 1825. Segundo os seus estatutos, estava voltada para a descoberta e a divulgação de *"...tudo que possa esclarecer a Antiguidade do Norte*". Seu fundador e principal mentor, Carl Christian Rafn, estabeleceu uma extensa rede de relações no mundo inteiro, voltado especialmente para as localidades onde se poderia pressupor uma antiga presença escandinava. Pioneiro no estudo da língua islandesa antiga e da História dos povos escandinavos, Rafn exerceu o cargo de Secretário da Sociedade desde a sua criação, desenvolvendo atividades muito abrangentes: desde a tradução e divulgação de vários manuscritos antigos, até o estabelecimento de contatos científicos internacionais. Ocupou-se, também, da correspondência e da redação de duas revistas especializadas: uma nacional e a outra internacional, esta última editada nas línguas francesa, alemã e inglesa. A Sociedade Real patrocinou, ainda, uma série de publicações que ganharam grande repercussão no exterior

---

[148] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1840, p. 250.
[149] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1851, p. 156.
[150] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1840, p. 210-236.

demonstrando, pela primeira vez, a extensão geográfica dos antepassados nórdicos nas Américas, na Rússia e no Oriente[151].

Uma das hipóteses centrais do livro de Rafn afirmava que muito antes dos esquimós, os povos nórdicos ou vikings teriam povoados a Groenlândia e de lá mantiveram um posto avançado que serviu à colonização da costa leste da América do Norte e, a partir daí se espalharam pelo resto do continente.

O furor causado por tais suposições levou a manutenção de contatos com Christian Rafn, por intermédio de Schüch, que logo passou da categoria de sócio correspondente para a de sócio honorário. A contrapartida também não tardou, pois o monarca brasileiro fora convidado para figurar, juntamente com o Czar russo e o rei da Prússia, como sócio fundador da Sociedade dinamarquesa.

Para os sócios do IHGB essa possível colonização do Brasil pelos povos nórdicos não surgiu como mera especulação, pois havia, de acordo com eles, um indício empírico que poderia comprovar tal suposição. No seu terceiro tomo, o trimensário divulgou um relato sobre o pretenso descobrimento de uma antiguíssima cidade abandonada no interior da Bahia. Tratava-se de uma transcrição de um documento descoberto na Livraria Publica da Corte, por um dos sócios do Instituto.

O mencionado registro, datado de 1754, narrava que em 1753 um pequeno grupo de aventureiros vagava pelos sertões da Bahia quando, "[...] incitados da insaciável cobiça do ouro", chegou a uma cordilheira de cristal. Após haverem tentado, em vão, de escalá-la, encontraram, finalmente, um caminho entre duas serras que "[...] pareciam cortadas por artifício, e não pela Natureza". Subindo, avistaram uma grande povoação no meio de um planalto. Aproximaram-se com cautela, porém sem "[...] achar, nem descobrir rastro de pessoa alguma". Tratava-se de cidade grande, com sobrados bem construídos, protegida por uma grande muralha e um portão de entrada com três arcos grandes e uma inscrição misteriosa. Além das casas, de um palácio, de um grande templo, no meio da cidade, os aventureiros encontraram "[...] uma praça regular, e no meio dela uma coluna de pedra preta de grandeza extraordinária, e sobre ela uma estátua de homem ordinário, com uma mão na ilharga esquerda, e o braço direito estendido, mostrando com o dedo index ao Pólo Norte". Naquele templo e em outras localidades dentro e

---

[151] GUIMARÃES, Maria Lúcia Paschoal e HOLTEN, Birgitte. *O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Real Sociedade de Antiquários do Norte e o Dr. Peter Wilhelm Lund: a suposta presença escandinava na Terra de Santa Cruz e a Ciência*. Texto apresentado no Encontro da Latin American Association, Guadalajara, México, 1997, p. 3.

fora da cidade, os aventureiros encontraram uma série de inscrições indecifráveis, reproduzidas cuidadosamente no relato. Havia, ainda, um rio grande e profundo dentro da cidade. Mais distante, descobriram lagoas cheias de plantas, de arroz e povoadas por "[...] inumeráveis bandos de patos [...]". Na beira do rio, encontraram, sem dificuldade, ouro e prata, bem como vestígios de antigas minas de prata, em toda a região.[152]

Os debates sobre a veracidade dessa "Atlântida brasileira" foram intensos, porém acabou por prevalecer a opinião daqueles que julgavam suficientes os indícios possuídos até aquele momento. No entanto, para uma conclusão definitiva seria necessário que se formasse uma expedição que, a partir da localização trazida pelo manuscrito, encontrasse a tão controversa cidade. Para tanto, o IHGB decide financiar o Cônego Benigno José de Carvalho e Cunha na árdua jornada pela busca da comprovação da presença nórdica em terras brasileiras.

O cônego Benigno parte em 1843 rumo aos sertões da Bahia em busca das tão desejadas provas. Enquanto estas não surgiam, os sócios da agremiação carioca aguardavam com grandes expectativas os primeiros resultados da missão exploratória, chegando mesmo a publicar no trimensário a notícia de que o cônego estava na iminência da descoberta. No entanto, tal qual o episódio sobre as inscrições contidas na Pedra da Gávea, a cidade dourada encravada nas matas da província baiana representou mais uma frustração. Embora Benigno continuasse a afirmar que o achado seria uma questão de tempo, pois a demora em apresentar resultados se devia às chuvas e ao mau tempo, o IHGB decide cortar os financiamentos destinados a malfadada expedição, o que não significou o arrefecimento dos ânimos pela busca de indícios que explicassem as origens do homem americano, bem como o interesse sobre a cidade perdida, como fica evidente a partir do trecho do parecer final sobre o intento do cônego Benigno:

> O Instituto não desespera ... das tentativas do Cônego Benigno de descobrir monumentos antigos nesta parte do Novo Mundo, nem lhe morre a esperança de possuir em seu seio um Champollion brasileiro[153]

---

[152] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1839, p. 173-180. Para uma análise de fôlego, apoiada em diversas fontes, sobre o documento em questão, sugiro: LANGER, Johnni. *A cidade perdida da Bahia...* Op. cit.
[153] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1845, p. 20.

O malfadado episódio protagonizado pelo Instituto na busca por ruínas de uma cidade grandiosa nos sertões do Império pode parecer uma ilusão absurda sob julgamento de critérios contemporâneos. Não obstante, para os historiadores do IHGB, perscrutar o passado remoto brasileiro significava lançar luz à própria história da nação.

Se a primeira vista parecia um contra-senso negar um presente no qual a indesejada alteridade étnica era composta por um grande contingente de índios que não se dobrava aos ditames civilizacionais, ao mesmo tempo em que se valorizava um tempo recuado no qual a história indígena seria o sinônimo da própria história brasileira, para as elites letradas que estiveram à testa da escrita da história nacional era evidente a relação entre as duas percepções. Varnhagen ao exortar os sócios do Instituto ao estudo etnográfico argumentava que conviria "[...] que todos estivessem persuadidos que o nosso passado, o atual império mesmo, interessará tanto mais outras nações civilizadas e instruídas, quanto mais longe podermos fazer remontar"[154] e isso porque, como ele havia ressaltado anos antes, era fato "[...] recebido que os autóctones deste território pertenciam a uma geração, que já ia e vai decadente [...]".[155]

Cabe agora que analisemos o modo pelo qual os letrados do IHGB assentaram "cientificamente" a tese de que os indígenas coevos eram o resultado de um longo processo de decadência. Hipótese de acordo com a qual seria completamente lícito incorporar os antigos indígenas como capítulo primevo da história da "marcha sucessora da Terra de Santa Cruz" e ao mesmo tempo negar qualquer perspectiva de alteridade em um presente para o qual a Nação brasileira deveria ser sinônimo de um país branco e cristão.

Martius e a grande civilização decadente do Brasil

Como almejei demonstrar anteriormente os resultados das pesquisas de inúmeros viajantes estrangeiros, como Humboldt e Lund, serviram como provas que permitiam reinterpretar o papel ocupado pelo continente americano no concerto da

[154] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1849, p. 370.
[155] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1841, p. 55.

história da humanidade de modo a romper com os estereótipos segundo os quais a América seria a antinomia da civilização. Contudo, foram os trabalhos do botânico bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius que indiscutivelmente mais repercutiram entre a *intelligentzia* reunida no IHGB. O elogio fúnebre pronunciado pelo então primeiro-secretário do Instituto, Joaquim Manuel de Macedo, por ocasião da morte de Martius, em 1868, sintetiza claramente essa admiração:

> À memória de Spix devemos por certo gratidão. Martius, porém, foi mais do que o Humboldt, foi o Colombo do Brasil (...) Martius é nosso pela cabeça e pelo coração. Martius é brasileiro pela ciência e pelo amor; jovem ardente, sensível, sagaz e consciencioso observador, o sábio naturalista e distinto literato recebeu na sua viagem científica pelo nosso país, impressões tão generosas, viu de perto tão esplêndidas maravilhas, descortinou tantos segredos de opulência, recolheu tantos tesouros para a ciência, foi tão amado e amou-nos tanto, que até seus últimos dias, até a sua morte, Martius lembrou o Brasil, e não lhe faltou o Brasil.[156]

Martius desembarcou no Brasil em 1817 como integrante de um séqüito científico que acompanhou a arquiduquesa e futura imperatriz do Brasil, Leopoldina de Habsburgo. Spix e Martius tinham sido encarregados de estudar a flora e fauna brasileiras, assim como as riquezas do subsolo e as populações indígenas desta parte do globo, ainda parcamente conhecidas, que tanto interesse despertavam nos meios científicos do Velho Mundo. Chegando ao Rio de Janeiro, o botânico bávaro iniciou imediatamente expedições nos arredores da cidade. Depois, na companhia de Johan Baptist Spix, percorreu várias províncias, explorando-as detidamente desde São Paulo, passando por Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará, chegando até ao alto Amazonas[157]

Em missiva ao IHGB, na qual agradece o diploma de membro honorário, Martius explicitou os dois principais interesses científicos que nutria pelo Brasil: "As minhas ocupações literárias versão presentemente sobre dois objetos, que também preenchem os fins do Instituto, a saber: a história natural do reino vegetal do Brasil, e a história do seus primitivos habitantes"[158]. Na mesma carta o botânico bávaro, ao se referir aos indígenas brasileiros, assevera "[...] ser certamente assunto

---

[156] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1868, p. 256.
[157] Cf. TAPAJÒS, Vicente. "Karl Friedrich Philip von Martius". In: MARTIUS, Karl F. P. Von. *Como se deve escrever a história do Brasil.* Rio de Janeiro, (Coleção Capistrano de Abreu), IHGB, 1991, p. 12-15.
[158] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1840, p. 399.

interessantíssimo indagar as principais causas de sua decadência [...]", uma vez que "[...] se deve desesperar da possibilidade de introduzir os autóctones nos círculos da civilização européia [...]"[159].

A primeira incursão de fôlego pela temática etnográfica veio a lume em 1832 com a publicação de seu *Estado do Direito entre os autóctones do Brasil*. Nesse escrito ambicioso, Martius posicionou-se veementemente contra posições tributárias da concepção do *bom selvagem*, sustentando que os indígenas brasileiros estavam muito longe do estado primitivo idílico que o apanágio iluminista ainda fazia crer, mas sim que já haviam se desenvolvido como civilização em épocas muito anteriores e que seu estado selvático no presente traduzia o estado infantil de um povo paradoxalmente velho:

> Quem, de perto e sem prevenção, observar o homem americano, deve concordar que seu estado atual está muito longe de ser o natural, alegre e infantil, que uma voz interior nos diz deve ter sido o começo da história humana e que o documento mais antigo nos confirma como tal. Se o estado atual daqueles selvagens fosse o primitivo, daria-nos ele uma idéia atraente, ainda que um pouco humilhante, da marcha evolutiva da humanidade; teríamos que reconhecer que a raça de homens vermelhos não partilha do benefício da origem divina, mas que unicamente instintos bestiais os conduziram até a atualidade constritora, através de um passado obscuro e em marcha perceptível. Mas, por outro lado, muito há que faz supor que a humanidade americana não está mais no primeiro passo do simples desenvolvimento que eu denominaria 'o de sua história natural'. Ela já, sem dúvida, passou por outras sendas, diversas daquela simplicidade, e o seu estado atual não é o primitivo, representa um estado secundário, degenerado. [160]

A hipótese de Martius assentava-se em duas premissas básicas, a saber, o exíguo contingente de indígenas e ao mesmo tempo uma enorme quantidade de línguas e dialetos que muitas vezes não tinham relação alguma entre si, o que ele denominou como "[...] enorme confusão babilônica [...]". As duas assertivas seriam a prova inconteste da completa dissolução de um povo e por isso mesmo de sua alta antiguidade[161].

O indígena, por essa perspectiva, era resquício decaído de uma antiqüíssima civilização. Comprovam-no, de acordo com Martius, seu estado social e os

---

[159] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1840, p. 400.
[160] **RIHGSP**. São Paulo, 1906, p. 20-21.
[161] **RIHGSP**. São Paulo, 1906, p. 23.

desvanecidos símbolos de *Direito* que sobreviviam entre diversas tribos – bandos predispostos a uma profunda insociabilidade, pela organização do poder traduzida em subserviência de muitos a poucos, por teocracias dominadas por pajés e suas "confrarias de embustes", pela praticamente ausente atividade comercial, pelas incessantes guerras desenfreadas. Para o pesquisador bávaro, o direito entre os índios tinha somente a função de legitimar um modo de vida belicoso:

> E diante deste espetáculo assiste-nos certamente o direito de atribuir a esse primitivo estado social, e jurídico do homem vermelho – que não passa de uma insociabilidade irredutível – um alto interesse geral humano. Essa dissolução de todos os laços de uma comunidade étnica anterior, acompanhada e ampliada por uma confusão babilônica da língua, do direito brutal da força e continua guerra surda de todos contra todos como resultado desta mesma dissolução, parece-me o essencial e o mais importante para a história do direito dos brasileiros, até de toda a primitiva população americana. [162]

As possíveis explicações elencadas por Martius para a compreensão do estado decadente em que se encontravam os indígenas repousavam não apenas sobre a natureza luxuriante que os rodeava – se fosse esse o motivo primordial nem mesmo os europeus escapariam ao degradante processo. Para o botânico, as causas poderiam ser encontradas na prática antropofágica, bem como na corrupção ocasionada pela pederastia. Fatos que concorriam para configurar uma raça de homens sorumbática, débeis fisicamente, desfigurada e estigmatizada pela infecundidade[163].

Martius não descartava a hipótese dessa antiga civilização anterior ter sido vitimada por uma catástrofe natural sem precedentes na história da natureza:

> Terá por acaso havido um extenso terremoto convulsionando terra e mar – tal como a lenda atribui como causa do desaparecimento da decantada ilha *Atlântida*, ou desprendendo gazes mortíferos que ali asfixiaram toda a população? Terão os sobreviventes talvez sofrido tal terror que, transmitido de geração em geração, obstrui a inteligência e empedernio (sic.) o coração, segregando aquela gente em fuga constante de todos os benefícios da sociabilidade? Teriam talvez incêndios ou imensas inundações ameaçado a toda raça vermelha de um período de fome medonho, armando-a com o sentimento de inimizade brutal para que, perdendo-se na horrorosa

[162] **RIHGSP**. São Paulo, 1906, p. 64.
[163] **RIHGSP**. São Paulo, 1906, p. 30-31.

> prática da antropofagia, decaísse do seu destino divino até a miséria atual?[164]

Para o autor, estava fora de dúvida que os indígenas construíram, numa época perdida nas raias do tempo, uma sofisticada civilização. Tal fato podia ser atestado pelas edificações colossais que se espraiaram pela América Central e México, grandiosa arquitetura, comparável a do Egito Antigo e também pela existência de animais domésticos e plantas úteis. Investigar esse passado recuado, no entanto, implicaria para o historiador recorrer ao domínio da história natural:

> Na decifração de tais evoluções históricas, o historiógrafo é obrigado ao mesmo método que os naturalistas porque, como se investiga a idade e a sucessão das formações geológicas pelos restos dos organismos desaparecidos, aquele recebe indicações preciosas sobre a essência e o estado da humanidade anterior, pela língua e vários costumes e hábitos que, de uma passado remoto, puros ou alterados, tem se transmitido na vida de povos posteriores.[165]

Martius arrematou seu texto em tom profético e pessimista quanto ao futuro dos indígenas americanos: "Uma humanidade inteira a morrer diante dos olhos do mundo compassivo; nenhum brado dos principais da filosofia, do cristianismo é capaz de arredar a sua obstinada marcha para a dissolução certa e geral".[166]

Em 1838, von Martius em conferência pronunciada no Congresso dos naturalistas e médicos alemães, realizado na cidade de Freiberg, intitulada. *A Etnografia da América especialmente do Brasil: o passado e o futuro do homem americano*[167], o botânico retoma de maneira sistemática, densa e igualmente pessimista os argumentos e hipóteses de seu escrito anterior. Enveredando na discussão crítica de inúmeros historiadores e cronistas do século XVI, reconhece que os europeus foram responsáveis pela aceleração da extinção dos ameríndios. No entanto, não atribui a esse fato o papel exercido pela guerra e pela coerção contra eles empreendido, mas explicá-o acima de tudo pela civilização, afirmando

---

[164] **RIHGSP**. São Paulo, 1906, p. 64.
[165] **RIHGSP**. São Paulo, 1906, p. 63.
[166] **RIHGSP**. São Paulo, 1906, p. 65.
[167] Esse texto, apesar de não ter sido publicado nas páginas da RIHGB, foi enviado por Martius ao Instituto em 1840 e prontamente vertido para o português e colocado à disposição dos sócios e consulentes, como pude verificar na: **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1840, p. 401. Além do escrito, Martius enviou ainda um catálogo de todas as obras de sua lavra sobre o Brasil. A mesa diretora deliberou que "[...] o Sr. Secretário Perpétuo respondesse à carta do nosso digno consócio, agradecendo-lhe a sua oferta, e fazendo-o ciente que se tomará em devida consideração tudo quanto expõe [...]".

que os indígenas em face da superioridade dos valores europeus nada mais poderiam fazer a não ser entregarem-se ao desespero[168]. Utilizando-se da linguagem advinda da botânica, Martius sentencia:

> Assim, poucos séculos passarão e o último americano deitar-se-á para morrer. Toda a população primitiva do continente definha e outra raça, que relativamente pouco sangue americano traz nas veias, empolgará o domínio daquela bela e fértil porção da terra onde os indígenas há bem pouco tempo dominavam exclusivamente. Duas coisas a humanidade sempre legou aos postéros: sangue e espírito. De ambas a América legará apenas vestígios insignificantes. Por isso, pode-se dizer: a humanidade americana já não tem mais futuro e diante dos nossos olhos ela terá desaparecido. Constitui ela um ramo especialíssimo da grande árvore do gênero humano, ramo que não se cobre de alegre folhagem, de fragrantes flores ou de frutos doces, mas que se atrofia para tornar-se pungente espinho. Toda a humanidade americana pertence à série daqueles fenômenos enigmáticos que tanto dão que pensar ao botânico; pertence a aquelas formações do organismo sem a medida necessária da força orgânica; pertence ao grupo dos atrofiamentos e abortos predestinados.[169]

Notemos que autor prediz, não obstante o inexorável processo de desaparecimento dos aborígines, o surgimento de uma nova raça em solo americano, e que esta mesmo possuindo pouco do sangue indígena, também não será completamente européia. Não é insólito supor que esteja aí, nas entrelinhas, o núcleo da tese central que norteará o seu mais famoso texto a respeito do Brasil, pelo menos do ponto de vista das ciências humanas, a monografia, *Como se deve escrever a história do Brasil*.[170]

O prestígio de Martius nos salões do IHGB pode ser verificado pelo convite de Januário da Cunha Barbosa ao pesquisador bávaro para que ele se candidatasse ao concurso promovido pelo Instituto em 1840[171] e cujo objetivo era o de eleger o melhor plano de escrever a história antiga e moderna do Brasil.[172]

---

[168] **RIHGSP**. São Paulo, 1904, p. 559-560.
[169] **RIHGSP**. São Paulo, 1904, p. 560-561.
[170] MARTIUS, Karl F. P. Von. *Como se deve escrever a história do Brasil.* Op. cit.
[171] Correspondência entre Cunha Barbosa e Martius *Apud*. LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius*: natureza e civilização na *Viagem pelo Brasil* (1817-1820). São Paulo, Hucitec, 1997, p. 61.
[172] O então primeiro-secretário propôs: "Uma medalha de ouro, no valor de 200$000 réis, a quem apresentar o mais acertado – Plano de se escrever a História antiga e moderna do Brasil, organizada com tal sistema que nela se compreendam as sua partes políticas, civil, eclesiástica, e literária". O proponente estabelecia ainda a condição de que "A memória premiada ficará sendo propriedade do

Em sua premiada dissertação *Como se Deve Escrever a História do Brasil*, von Martius traçou as linhas mestras do trabalho a ser levado a efeito pelo verdadeiro historiador do Brasil. O autor dirigiu destacada atenção à especificidade e heterogeneidade da formação racial brasileira. De acordo com ele, o encontro e a confluência das três raças (brancos, negros e índios), cada qual com sua índole inata, contribuía para um processo histórico *sui generis*, cujo telos não era outro senão a construção de uma jovial Nação.

> Coisa semelhante, e talvez ainda mais importante se propõe o gênio da história, confundindo não somente povos da mesma raça, mas até raças inteiramente diversas por suas individualidade e índole moral e física particular, para delas formar uma nação nova e maravilhosamente organizada. Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da providência predestinou o Brasil esta mescla. O sangue português como um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluentes das raças índia e etiópica[173].

O historiador patriótico tinha como tarefa compreender como na História do Brasil se conjugavam as condições para o aprimoramento das três raças. O indígena, como representante da raça vermelha, mesmo que fadado à extinção, concorreria para uma mistura étnica salutar, da qual se originaria uma raça de homens novos, estes sim brasileiros de fato.[174]

Sem questionar a perfectibilidade das raças, e sobrepujando opiniões parciais, o historiador deveria analisar os indígenas como entes físicos, compará-los com seus vizinhos latino-americanos da mesma raça. Feito o estudo comparativo, passar-se-ia ao domínio de suas atividades espirituais, manifestadas, sobretudo, por meio de suas línguas. Tal esforço analítico redundaria, de um lado, na organização de dicionários e, de outro lado, possibilitaria a compilação dos mitos, das cosmogonias, teogonias e geogonias indígenas. Essas informações, por seu turno, criariam subsídios para a reconstrução de uma abrangente narrativa mitológica que levaria o "historiador-etnógrafo" à descoberta das rotas migratórias seguidas pelas populações indígenas em épocas recuadas.

A elucidação dos cursos migratórios permitiria precisar os locais onde se poderiam encontrar as ruínas da alta cultura indígena encobertas por densos

---

Instituto, que fará imprimir e publicar na coleção de Memórias, posto que daí se não deva dedução implícita de todas as doutrinas da Memória publicada". **RIHGB**, Rio de Janeiro, p. 72.

[173] MARTIUS, Op. cit., p. 31.

[174] Ibidem, p. 31-32.

sedimentos acumulados em longos séculos de degeneração. Em carta dirigida ao IHGB, datada de 1840, Martius dá indícios do lugar no qual julgava situarem-se as ditas ruínas: "[...] Os meus estudos apontam para o Brasil o lugar onde residem ainda as maiores lembranças do tempo antigo, e vem a ser os matos entre os rios Xingu, Tocantins e Araguaia [...]"[175].

A importância atribuída ao estudo dos mais variados aspectos da organização física e social dos indígenas é ressaltado pelos pareceristas do IHGB como um dos pontos altos do texto de Martius: "Estas questões, Srs., são da mais alta importância filosófica, e da mais difícil solução; um só passo, uma só verdade bem assentada em qualquer destes pontos, seria já um grande serviço feito à história do gênero humano"[176]. Os apreciadores da monografia de Martius, Francisco Freire Allemão, Monsenhor Joaquim Silveira e Dr. Thomaz Gomes dos Santos, assim terminam seu juízo: "Conclui, portanto, a comissão que a memória do sr. dr. Carlos Frederico Ph. de Martius sobre o como se deve escrever a história do Brasil satisfaz exuberantemente ao programa do Instituto, e deve ser premiada.[177]

A lógica que permeava as concepções de Martius no que concerne ao estabelecimento de um método para o estudo dos povos indígenas pressupunha uma imbricada relação entre conhecimento etnográfico, etimológico e arqueológico. Muito mais do que uma exposição metodológica a ser seguida pelo "historiador pragmático" do Brasil, a monografia de Martius, síntese de idéias gestadas pelo menos desde 1832, com a publicação de seu *Estado de direito entre os autóctones do Brasil*, e despida do caráter pessimista que assinalava seu pensamento na década de 1830, e com as quais os letrados da agremiação já tinham íntimo contato, significou a escolha de uma determinada visão da história do Brasil, bem como uma maneira de se encarar o indígena.

A força de atração exercida pela tese de Martius, de acordo com a qual os selvagens brasileiros seriam vestígios de um povo civilizado que degenerou, marcou profundamente a prática dos estudos indígenas no Instituto. Até mesmo Gonçalves Dias, um dos maiores expoentes do romantismo indianista, ao escrever um ensaio etnográfico para o Instituto Histórico, deixou de lado suas estilizações estéticas do selvagem heróico e guerreiro, para chancelar a opinião expressada por Martius em

---

[175] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1840, p. 399-400.
[176] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1847, p. 326.
[177] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1847, p. 332.

seu texto, *A Etnografia da América especialmente do Brasil: o passado e o futuro do homem americano*. O poeta mesmo atenuando o acentuado pessimismo do botânico bávaro no escrito de 1838, termina por recusar o romantismo exacerbado de Chateaubriand e concordar com a tese decadentista sobre o índio brasileiro:

> Com vênia devida a tão altos engenhos, nem me parece que os americanos estivessem ainda por tentar os primeiros passos no caminho da civilização, nem por outro lado os reputo decaídos de um alto grau de cultura intelectual. *Tinham tal qual civilização; essa mesma já fora maior do que era; mas caminhavam precipites para a sua completa decadência.*[178]

No salão do Instituto Histórico, os membros do IHGB desejaram tratar a História do Brasil de maneira a situá-la no concerto da História universal, entendida como a marcha civilizacional principiada em tempos imemoriais. E tal conjunção da história nacional com períodos antigos não era uma peculiaridade da construção historiográfica do IHGB, como bem demonstrou Manoel Salgado Guimarães ao tratar da presença de uma certa tradição antiquária na concepção de história da Academia carioca, similar a de outras agremiações européias da mesma natureza, a exemplo do Institut Historique de Paris e da Sociedade dos Antiquários do Norte, instituições com as quais o Instituto brasileiro manteve contatos importantes desde sua fundação.[179]

O interesse por uma investigação de eras antiqüíssimas por parte do Instituto Histórico se atrelava à própria busca pela fundação de uma escrita da história a partir de um tempo remoto fadado de antemão a ser o passado da "Terra de Santa Cruz" – um passado que pudesse ser tomada como *tradição*[180]. Tradição que por não se basear naquela dos antigos textos clássicos, deveria ser firmada a partir de outras perspectivas. Era através da investigação dos vestígios etnográfico, etimológicos e arqueológicos, como assinalou Martius, que seria possível pensar em um passado alargado para nascente Império. O interesse em afirmar as tradições nacionais em um tempo remoto, devia-se à busca de um lugar legítimo para a nação brasileira no quadro mais amplo da história das civilizações.

---

[178] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1867, p. 264.
[179] GUIMARÂES, Manoel Luis Salgado. *Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História*. *Humanas*. Porto Alegre, vol. 23 (1/2), 2000, p. 111-143.
[180] Cf. HOBSBAWN, Eric; HILL, Terence (org.). *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Ao advogar a tese de que os indígenas pertenciam a uma áurea civilização que se degenerou ao longo do tempo, Martius dava ensejo a efetuação de uma clivagem no interior do discurso historiográfico do IHGB, que ao mesmo tempo em que enxergava no indígena do passado um precedente da marcha sucessora da civilização na Terra de Santa Cruz, colocava os indígenas do presente, entes decaídos de um povo outrora florescente, sob o signo da extinção, de tal forma que a eles restava somente o incontornável destino de se renderem ao novo impulso civilizacional encetado no Brasil pelos herdeiros da cultura européia. Se foram civilizados no passado, por que não tornariam a sê-lo novamente no futuro? Mas desta feita a partir de um padrão muito mais "superior": "[...] não há dúvida; o americano está prestes a desaparecer. Outros povos viverão quando aqueles infelizes do Novo Mundo já dormirem o sono eterno"[181].

Dessa forma, a *oficina* da história representada pelo IHGB, ao postular um corte entre passado e presente, no que concerne aos indígenas, erigia um lugar recuado no tempo para os nativos no mosaico formador da história brasileira. Índios que poderiam ser objeto da história por que extintos, ou em vias de desaparecimento, e por isso não poderiam oferecer perigos à gloriosa marcha da civilização brasileira. Aos aborígines do presente era-lhes negado um lugar. Reviver a história e a cultura indígenas como vestígios decadentes de uma civilização elaborada significava revivê-las como algo morto. Este ato concomitantemente as resgatava do esquecimento e as situava numa era passada.

.

A formalização da Seção de Arqueologia, Etnografia e Línguas indígenas

Em 1840, Francisco Adolfo de Varnhagen leu ao grupo de sócios reunidos em sessão do Instituto um texto de sua lavra no qual sublinhou a relevância ocupada pela etnografia no que respeitava a sua contribuição à elucidação de pontos obscuros da história do Brasil:

---

[181] MARTIUS, Karl F. P. von. *O Estado de direito...* Op. cit. p. 70.

> Sendo evidente a necessidade, para conhecer bem o Brasil e sua história, que o Instituto tanto tem em vista promover, quaisquer noções especiais relativas aos indígenas deste território, as quais, além de pela sua natureza serem estranhas à geografia física e à história política, demandam aprofundado espírito, e indivíduos que se voltem com assiduidade, e quase exclusivamente, a obter e juntar esclarecimentos etnográficos acerca dos autóctones do Brasil [...]"[182]

A seção de Etnografia teria, segundo o historiador, o propósito de estabelecer uma fonte segura para o conhecimento dos autóctones, o que implicaria produzir um saber que desse conta da totalidade da questão. Para tanto, seria imprescindível lançar mão de um leque extenso de disciplinas agrupadas em uma seção Etnográfica que se articuladas poderiam produzir resultados satisfatórios

> Que no Instituto se crie uma seção de Etnografia indígena, a qual se ocupará dos nomes das nações (com sinonímia quando houver), suas línguas e dialetos, localidades, emigrações, crenças, arqueologia, usos e costumes, *os meios de as civilizar*, e tudo o mais tocante aos indígenas do Brasil e seus circunvizinhos, compreendendo igualmente as noções geognósticas, e conjecturas geológicas que possam esclarecer a obscura história deste território antes de seu chamado descobrimento[183].

O futuro visconde de Porto Seguro parece ter levado em consideração a avaliação de Cunha Matos a respeito do acanhado nível do conhecimento etnográfico a respeito dos nativos brasileiros, que ainda andava às "apalpadelas" e para suprir essa lacuna propôs então um ambicioso questionário que deveria contemplar vários ramos do conhecimento de maneira articulada, como a filologia, arqueologia, geologia, História Natural, com vistas a produzir como resultado final "[...] uma carta etnográfica [...]"[184] . Varnhagen arrematou seu pedido sugerindo que a nova seção de estudos indicasse

> [...] para cada província um membro do Instituto para seu correspondente, com os quais se corresponderá diretamente a fim de obter todas as informações que seu patriotismo os levar a comunicar[185].

---

[182] **RIHGB,** Rio de Janeiro, 1841, p. 62.
[183] **RIHGB,** Rio de Janeiro, 1841, p. 62 (grifo meu).
[184] **RIHGB,** Rio de Janeiro, 1841, p. 63.
[185] **RIHGB,** Rio de Janeiro, 1841, p. 61.

Um empreendimento de dupla face, pois se direcionaria tanto ao passado, de modo a "esclarecer a obscura história deste território antes de seu chamado descobrimento", quanto ao futuro, uma vez que almejava apontar "os meios de as civilizar". O ponto para o qual Varnhagen chamava atenção era a necessidade de se criar um método de caracterização e de escalonamento dos indígenas da América entre si, de modo particularizá-los. O estudo das línguas indígenas seria para Varnhagen o meio mais eficiente para delinear uma hierarquização desses povos ao mesmo tempo em que "[...] influenciaria na catequese e civilização dos índios. E sem dúvida, Senhores, que por tal intuito há de ser de grande auxílio à conversão do catecúmeno que este ouça na sua própria língua as palavras de doçura que o devem atrair e domar [...]"[186]

Alguns anos mais tarde, em 1847, Francisco Freire Allemão, reafirmando a sugestão de Varnhagen, publica sua *Carta Geral do Estado Primitivo do País*, na qual exortava os presidentes das diversas províncias a remeterem ao IHGB relatórios que informassem os seguintes pontos:

> Quais eram as tribos indígenas que habitavam a respectiva Província no tempo em que o país foi conquistado? Que extensão de terreno ocupavam? Quais foram extintos; quais emigraram e para onde; e enfim quais existem ainda e em que estado?[187]

Freire Allemão, com esta pedido, solicitou das províncias informações sobre as sociedades indígenas, seus usos e costumes, bem como a remessa de "objetos arqueológicos". Intentava, dessa forma, erigir uma rede abrangente de informações sobre os indígenas.

Soma-se às propostas de Varnhagen e de Freire Allemão uma petição assinada por Manuel de Araújo Porto Alegre, Manoel Ferreira Lagos e Joaquim Norberto de Sousa Silva que vem oferecer a chancela definitiva sobre a urgência de se dedicar aos assuntos Etnográficos. Apontando a necessidade de se "[...] ampliarem os estudos históricos e geográficos de uma maneira vasta e mais conforme coma a civilização atual [...]", os três sócios propuseram a oficialização de uma sessão de Arqueologia e Etnografia, argumentando que os resultados

---

[186] **RIHGB,** Rio de Janeiro, 1841, p. 53.
[187] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1847, p. 562-563.

produzidos a respeito do assunto até aquele momento haviam sido "[...] muito bem aceitos no mundo cientifico, quer na América como na Europa"[188]. A proposta é aprovada na 178ª sessão do Instituto, em 1847. A mesa diretora indica os nomes de José Joaquim Machado de Oliveira, Francisco Freire Allemão e Joaquim Caetano da Silva para a composição da comissão responsável pela seção de "Arqueologia, Etnografia e Línguas Indígenas".

No entanto, Varnhagen ao tomar contato com a proposta de Freire Allemão discorda a respeito da validade da mesma por considerá-la demasiado lacunar, bem como julgava insatisfatórios os estudos realizados desde sua proposta anterior. O Visconde de Porto Seguro alegava que informações a respeito dos brasílicos não eram escassas, mas sim obtidas de modo errôneo:

> O pouco que possuímos sobre tal assunto não procede de que os escritores antigos e modernos se hajam esquecidos de ocupar-se dos desgraçados indígenas: páginas e páginas lhe dedicam muitas, e sem embargo a ciência etnográfica, a história das raças, não adiantou com elas um passo.Cansam-se uns a escrever os usos, costumes, industrias e armas, que são quase gerais a todas as raças aquém dos Andes e da Patagônia, e passam em claro os caracteres que poderiam concorres à divisão das mesma raças. Outros limitam-se a transmitir-nos, ou repetir-nos certos nomes dissonantes, que eles julgam ser suficientes para que todos lhes associem as idéias, os atributos de nacionalidade que eles tinham em mente[189].

O erro crasso cometido pelas propostas realizadas até aquele momento, mas, sobretudo pela *Carta Geral* de Allemão, de acordo com o historiador, residia no fato de que estas, na melhor das hipóteses, teriam apenas o papel de colidir informações sem um objetivo preciso. Era necessário enviar aos representantes do Instituto nas variadas províncias um questionário bem formulado para que os resultados remetidos à Corte tivessem de fato relevância:

> Em todo caso, de qualquer outro pedido que se faça, convirá redigir as perguntas em termos bem precisos, que é o meio de sanar a impossibilidade que há de fazer para as mesmas províncias, como os pedidos, remessa do necessário critério para que as respostas venham como se desejam [...][190].

---

[188] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1847, p. 442-444.
[189] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1849, p. 366-367.
[190] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1849, p. 369-370.

Discutidas as objeções de Varnhagen, a nova sessão é definitivamente consolidada a partir da promulgação da reforma estatuária de 1851 que amplia o número de sessões permanente de 4 para 10. Alguns anos mais tarde, em 1859, o termo Etnográfico é incorporado ao nome do Instituto que passa então a chamar-se Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Brasileiro. A mesma alteração ocorre no nome do trimensário, que começa a circular com a sigla RIHGEB.

É possível perceber nos reiterados pedidos de formalização de uma seção autônoma voltada para o estudo dos indígenas dois objetivos evidentes. Um deles é explicitado no pedido de Porto-Alegre, Lago, Sousa e Silva e Allemão e consistia em tornar o IHGB uma instituição produtora de um conhecimento sério sobre o assunto, algo que os proponentes reconheceram estar fazendo o Instituto desde sua fundação. O outro objetivo, sugerido por Freire Allemão em 1847, com sua “Carta Geral do Estado Primitivo do País” e por Varnhagen em 1841 com sua “Carta Etnográfica”, consistia em estabelecer subsídios para discussões a partir das quais poderiam ser formulados planos para civilizar os indígenas existentes nos sertões do Império. É sobre este último aspecto que encaminharemos nossa análise.

3 – O estorvo dos vivos
Os índios como impedimento para a Nação

> [...] o lugar que ela (história) destina ao passado é igualmente um modo de *dar lugar a um futuro*.[191]

Na clássica conceituação de Benedict Anderson, de acordo com a qual a nação é entendida como uma "comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente soberana"[192] – associa-se o surgimento das comunidades imaginadas ao declínio de outras organizações identitárias, como as religiosas ou as dinásticas. Com o avançar do século XIX, segundo Eric Hobsbawn, os ideólogos liberais burgueses agregaram à questão do Estado-nação temas que paulatinamente ganharam mais centralidade, tais como a uniformização em seus territórios da variedade étnica, lingüística, religiosa, e das lembranças históricas.[193]

Seria hercúlea a tarefa de me propor a sistematizar as diferentes matrizes interpretativas do conceito de Estado-nação e os problemas que lhes são correlatos, pois a variedade de opiniões sobre o assunto é tão grande quanto o número de estudiosos que a ele se dedicou. O que importa destacar aqui é o fato de que para o pensamento iluminista, que subsidiava as reflexões no que dizia respeito à idéia de nação, a permanência de vínculos particularísticos entre os indivíduos – fossem estes vínculos de parentesco, localidade, comunhão religiosa, interesses de classes ou corporações, ou ainda, de pertencimento étnico ou racial – não contribuíam para

---

[191] De CERTEAU, Michel. Op. cit., p. 93 (grifo do original).
[192] ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional.* São Paulo: Ática, 1989, p. 14.
[193] HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 32.

o progresso e para o fortalecimento das instituições característica a um Estado-nação. As organizações intermediárias entre o Estado e os indivíduos eram vistas como arcaicas e irracionais e toda e qualquer identidade coletiva que não correspondesse à concepção de nacionalidade dominante deveria ser desencorajada ou mesmo extinta.[194]

No caso brasileiro, a independência trouxe como herança do longo jugo colonial, uma enorme e tensa diversidade étnica e cultural extremamente destoante e absolutamente inconciliável com a aspiração de nação compartilhada pela maioria dos homens que estiveram à testa da construção do Estado brasileiro. A patente fratura entre o desejo nutrido nos círculos elitistas, ansiosos por uma nação com traços e valores comuns aos seus, e a realidade de uma população acentuadamente multiétnica não escapou ao arguto José Bonifácio de Andrada e Silva, que em 1813 alertava: [...] amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc. etc. etc., em corpo sólido e político.[195]

A idéia de Estado-nação propugnada pelos artífices do Brasil independente delineou-se em detrimento da multiplicidade étnica preexistente, num processo de unificação marcado pela violência física e simbólica. Do ponto de vista prático, as minorias étnicas, de acordo com Eunice Durham, jamais foram legitimadas pelo poder, cuja constituição implicou a destruição de particularismos culturais para criar a unidade nacional[196]. O enorme contingente de negros e índios, dessa forma, seria completamente alijado da restrita esfera da cidadania:

> Os índios estão fora da nossa sociedade, não são súditos do Império, não o reconhecem, vivem em guerra aberta conosco. Não têm direitos, porque não conhecem deveres. Não devem ser desprezados, antes devem ser facilitados os meios de os chamar à civilização. Quanto aos crioulos cativos, Deus queira que quanto antes purifiquemos de uma tão negra mancha as nossas instituições políticas. Mas enquanto não o fizermos, temos que confessar que não entram na classe de cidadãos. No exercício dos direitos da sociedade, são considerados coisas ou propriedade de alguém; como tais as leis os tratam e, sendo assim, como chama-los de

---

[194] OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaios em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro; UFRJ, 1999, p. 192.
[195] Apud. SANTOS, Afonso Marques dos. Op. cit. p. 5.
[196] DUHRAM, Eunice Ribeiro. *O lugar do Índio*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, vol. 1 (4), 1982, p. 46.

> cidadãos brasileiros? Os escravos não passam de habitantes do Brasil. [197]

O fragmento acima, retirado do discurso pronunciado pelo deputado baiano Francisco Gê de Acaiba Montezuma – futuro membro fundador do IHGB – à Assembléia Constituinte em 1823, define com clareza aqueles que estariam excluídos do projeto de montagem do Estado nacional brasileiro.

Não obstante, se aos negros escravos caberia apenas a reificação, aos indígenas, umas vez retirados de seu estado de recalcitrância e belicosidade (em outros termos, extintos enquanto grupos étnicos), era-lhes oferecido um caminho que, se aceito, poderia levá-los a alçar o status de cidadãos do Império.

Muitas penas se dedicaram à formulação de planos e projetos de nação que contemplavam, em maior ou menos grau, a incorporação dos segmentos subalternos, mormente os indígenas. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ocupou um espaço destacado nesse processo. Por meio de seu trimensário, o IHGB serviu como uma espécie de barômetro através do qual se podia aferir a intensidade do debate indigenista da época[198]. Lúcio Tadeu Mota reconheceu a importância ocupada pela agremiação carioca ao afirmar sua função como um "[...] centro gerador de 'visões de mundo', que influenciou a inteligência brasileira da época, e consequentemente os homens ligados aos poderes imperiais e provinciais. E foram esses homens que alimentaram com suas idéias os rumos das políticas governamentais em relação às populações indígenas do Brasil".[199]

A participação dos membros do Instituto nas discussões sobre as posturas a serem adotadas para se trazer ao "grêmio da sociedade civilizada tantos homens perdidos para ela" era uma outra faceta da instituição no que respeitava aos assuntos indígenas. Se por um lado os historiadores do Império se empenhavam em esquadrinhar um passado ameríndio remoto da nação, por outro, foram partícipes ativos no debate sobre o futuro dessa mesma nação: porvir este, evidentemente, despido da diversidade racial representada pelos indígenas coevos.

Nesse sentido, o antropólogo João Pacheco de Oliveira nos oferece algumas profícuas indicações. Ao discorrer sobre as percepções em relação ao indígena

---

[197] RODRIGUES, José Honório. *A Assembléia Constituinte de 1823.* Petrópolis: Vozes, 1974, p. 123.
[198] MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores*... Op. cit., p. 147
[199] MOTA, Lúcio Tadeu. *O Aço, a Cruz e a Terra: Índios e Brancos no Paraná Provincial (1853-1889)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – Assis, 2004, p. 15.

brasileiro, Oliveira identifica dois canais discursivos distintos e recorrentes que ora se entrecruzam e se nutrem mutuamente, ora caminham em direções bastante divergentes e até mesmo completamente antagônicas. Um deles é materializado nas teorias da representação (sejam elas formulações intelectuais ou de senso comum, estas últimas podendo permanecer algumas vezes muito tempo depois de serem invalidadas do ponto de vista científico) sobre a contribuição do índio à idéia de nação no Brasil. O outro canal é ocupado pelas diferentes elaborações e práticas que resultam do fato de se tomar o índio como objeto de políticas do Estado[200]. Acredito que ambos os canais discursivos estiveram presentes no IHGB no período tratado neste estudo, mantendo entre si pontos de contato.

Senão, vejamos. As formulações gestadas no seio do Instituto Histórico acerca do modo como os poderes oficiais deveriam tratar o gentio da terra estavam articuladas às pesquisas etnográficas praticadas pelos letrados ali reunidos desde a fundação da academia. Relação esta divisada por uma espécie de *discurso da separação*[201], traduzido em uma bipolarização entre passado/positivo e presente/negativo. O fragmento abaixo é límpido quanto a essa clivagem:

> [...] não está em mim, digo, deixar de ter fé e fé viva em que um dia o acaso fará descobrir em alguns pontos da vasta extensão do Brasil alguns monumentos de *outra geração anterior, e mais civilizada que a raça degenerada, pela maior parte botocuda e canibal* [...][202]

A crença compartilhada pelos membros do IHGB de que os indígenas brasileiros resultavam de um longo movimento de decadência, permitiu a coexistência entre uma imagem positiva (*outra geração anterior mais civilizada*) e outra negativa (*raça degenerada*). A primeira mantinha estreita relação com as representações erigidas pelos historiadores do Império a respeito da vocação do Brasil em comportar uma civilização. A segunda, referendava a meta de formular planos de ação para que os indígenas degradados – botocudos e canibais em sua maioria – fossem suprimidos em favor de um processo de homogeneização da população a partir dos traços e valores dominantes. Convêm destacar, entretanto, que essas imagens não foram construídas diacronicamente, mas sim de modo

---

[200] OLIVEIRA, João Pacheco de. Op. cit. p. 195.
[201] De CERTEAU, Michel. Op. cit. p. 14-18
[202] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1858, p. 395.

simultâneo. Em face de tal constatação, tornar-se-ia ineficiente qualquer esforço analítico que pretendesse apreender um encadeamento linear de causa e efeito entre as idéias correntes no Instituto.

Não foi apenas a preocupação em forjar um cadinho que fundisse a diversidade das nações indígenas ao padrão preponderante de nacionalidade que norteou o debate a respeito do futuro de tais povos. Questões concernentes à civilização dos "habitantes das brenhas" relacionavam-se, ainda, ao controle de regiões fronteiriças do Império, uma vez que o domínio sobre os índios que nelas habitavam garantiria, por conseqüência, a hegemonia do Estado naqueles rincões. Os meios para se transformar os milhares de braços selvagens em mão-de-obra útil não tiveram peso menor nos debates ocorridos no salão nobre da agremiação; algo compreensível em um momento no qual a extinção do tráfico negreiro e da escravidão era aventada no nível interno e exigida no externo, demandando, dessa forma, um sucedâneo ao trabalho escravo.

Ao tomarem partido numa discussão candente da agenda política do Império, os membros do Instituto Histórico almejaram servir como uma espécie de *conselheiros do Estado*. O passado, desde que lapidado pelo historiador patriótico, serviria como um repertório prenhe de lições edificantes a partir das quais os homens públicos poderiam mirar-se:

> A História, tornando-lhe presente a experiência dos séculos passados, ministra-lhe conselhos tão seguros como desinteressados, que lhe aclaram os caminhos que deve seguir, os escolhos que deve evitar, e o seguro porto, a que uma sólida manobra pode felizmente fazer chegar a nau do Estado[203].

Tratava-se de recorrer às experiências pretéritas e com base nelas compreender os problemas do presente para, então, propor os caminhos pertinente para o êxito desejado. Fazendo concordar a veracidade da letra com a eficácia do poder.

---

[203] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1840, p. 573.

Os "bravios" do Império: integração x extermínio

Desde o período colonial os indígenas eram taxados pelos europeus como sendo povos bárbaros. O termo "bárbaro" era largamente utilizado para classificar as populações que foram encontradas na América. Nesse sentido, o livro *Imagens da colonização*, de Ronald Raminelli, nos oferece importantes elementos para a compreensão da polissemia de significados que marcava as diferentes representações do branco sobre os indígenas.

De acordo com Raminelli, o conceito aristotélico de "povos bárbaros" foi transplantado para as Américas com o objetivo de definir a alteridade com a qual os europeus se depararam. No entanto, se na Antiguidade o referido termo fora propagado para denominar aqueles que não pertenciam à civilização grega, com o objetivo de destacar a superioridade desse povo, no século XVI, ao sabor das novas conjunturas, o significado ganhou nova tonalidade e conseqüente significação. O historiador buscou evidenciar as transformações que o barbarismo de Aristóteles sofreu ao ser deslocado de seu contexto original para ser utilizado no âmbito colonial da era moderna. Aqui essa palavra impregnou as representações sobre os ameríndios fundamentando a tese da *conquista* e a *necessidade de intervenção*[204].

A intervenção fazia-se necessária uma vez que os indígenas eram demonizados, a partir dos estereótipos que povoavam o imaginário dos próprios europeus, e sua figura era sistematicamente associada à idéia da antropofagia. Essa representação acentuadamente negativa atravessou o século XVII chegando até o século XVIII.

No século XIX essas imagens de bestialidade e animalidade ainda eram marcantes. Em boa parte dos registros do período aqui abarcado, é possível encontrar definições que imputavam aos índios atributos animais, cujo instinto não era outro senão o de agressão e selvageria contra os agentes civilizadores. Os autóctones hostis eram classificados genericamente como botocudos, conforme podemos verificar na fala do presidente da província de Minas Gerais, cujo interior era habitado por "hordas indômitas", encontradas sobretudo no Vale do Mucuri, fronteira entre a província mineira e a Bahia:

---

[204] RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização:* representações do índio de Caminha a Vieira. São Paulo; Zahar, 1996. Sobretudo o capítulo 2.

> Permitam-me V.Exa. refletir que de tigres só nascem tigres; de leões, leões se geram; e dos cruéis Botocudos (que devoram, e bebem o sangue humano) só podem resultar prole semelhante[205].

Botocudo era uma rubrica sob a qual o colonizador agrupava uma série de etnias. Esses grupos, bastante diversos entre si, eram aqueles pertencentes, segundo a antropologia moderna, ao tronco lingüístico denominado macro-jê. A origem do contato com tais grupos é datada já no início da colonização, mas a popularização dessa alcunha ganha fôlego no século XVIII, especialmente após o surto da mineração ocorrido em Minas Gerais, servindo para designar as populações aborígines dos sertões da região mineradora[206]. Os botocudos representaram, sobretudo na segunda metade do século XIX, o grande paradigma científico que norteou as pesquisas de inúmeros viajantes europeus, marcados pela ânsia da catalogação sistemática dos povos ameríndios, bem como se caracterizavam como pragas que infestavam os sertões e atrapalhavam os avanços civilizacionais do Brasil em função de sua índole agressiva e selvagem e por seu comportamento antropofágico[207].

A herança colonial no tocante ao trato com os indígenas, balizada de um lado pela "brandura" jesuítica, muito controversa, diga-se de passagem, e, por outro, pela violência das bandeiras, adentrou o século XIX traduzindo-se em uma polarização, entre *filantropos* e *exterminadores*[208].

Segundo John Manuel Monteiro, os defensores da filantropia eram geralmente indivíduos pertencentes aos *gabinetes de ciência e política*,

---

[205] Apud. CUNHA, Maria Manuela Carneiro da. "A política indigenista no século XIX". In: _____. (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 134.

[206] PARAÌSO, Maria Hilda Baqueiro. "Os Botocudos e sua trajetória histórica". In: CUNHA, Maria Manuela Carneiro da (org.). Op. cit. p. 413-430.

[207] São controversas as opiniões acerca do canibalismo praticado pelos botocudos durante o período em questão. Não obstante, como afirma Horta Duarte, o essencial não é saber se isso acontecia ou não, mas se questionar a respeito dos significados que tal crença engendrou entre a população. De acordo com a autora: [...] Atualmente, os antropólogos concluem pelo caráter fantasioso da atribuição de antropofagia aos botocudos, afirmando ter sido essa imagem um dos componentes da caracterização dessas populações indígenas como violentas e cruéis, justificando assim seu extermínio. Se não se pode negar a importância dos resultados das atuais pesquisas sobre a confirmação ou não dessas práticas entre aqueles índios... insistiremos na importância assumida pela crença , entre os homens da sociedade oitocentista, de que os botocudos comiam seus inimigos. Verídica ou não, todos lidavam com esta imagem que se amalgamaria aos sentimentos de desprezo e ódio, alimentando-os. Cf. DUARTE, Regina Horta. *Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri*. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v.44 (22), 2002, p. 271.

[208] MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores*... Op. cit., p. 142-157.

principalmente os dos círculos da capital, mais susceptíveis a correntes de pensamento de teor "humanitário", pelo menos em termos retóricos. Os patrocinadores das práticas repressivas, por seu turno, eram os sertanejos que avançavam pelos territórios incultos do interior, nos quais mantinham contato direto com os arredios grupos indígenas de "carne e osso"[209]. O autor sublinha, contudo, que estas categorizações não eram estanques, pois defensores da brandura podiam ser encontrados nos sertões, bem como adeptos da política do "ferro e fogo" nos círculos citadinos.

Os praticantes do extermínio tiveram sua representação mais bem acabada na famigerada Carta Régia promulgada em 1808 por D. João, na qual o então príncipe regente sancionou a política de "guerra justa" contra os indígenas das províncias de São Paulo e Minas Gerais, e cuja vigência perdurou até 1831. O outro extremo da discussão, os partidários da brandura, teve nos *Apontamentos para civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, de autoria de José Bonifácio, sua maior expressão.

Dono de uma formação intelectual sólida, José Bonifácio de Andrada e Silva conciliou um arcabouço teórico estruturado pela cartilha da ilustração com as especificidades locais de sua terra natal. Esta mescla propiciou a Bonifácio amplitude e profundidade de visão por intermédio da qual idealizou um ambicioso projeto de modernização para o Brasil sustentado pelo tripé unidade, centralização e monarquia.

Ao fim e ao cabo, o "patriarca da independência" desejava ver construído, a partir e a despeito dos escombros coloniais, um país civilizado nos trópicos. Para tanto, seria indispensável resolver os entraves impeditivos à viabilidade da nação por meio de profundas medidas reformistas, tais como a substituição do trabalho escravo pelo assalariado; restringir o latifúndio e estimular a pequena e média propriedade; suplantar a enorme diversidade racial da população incentivando à miscigenação com brancos; e, entre outras inúmeras propostas, atrair os indígenas dos sertões do Império e trazê-los ao seio da civilização[210]. Seus projetos,

---

[209] Cf. RAMOS, Alcida Rita. *O Índio Hiper-Real*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 28, 1995, p. 5-14.

[210] Creio ser dispensável me deter no pensamento de José Bonifácio, uma vez que este já foi objeto de estudos bastante significativos. Destaco aqui a panorâmica e perspicaz introdução escrita por Mirian Dolhnikoff – texto, aliás, no qual me amparo – à coletânea de escritos do autor intitulado *Projetos para o Brasil*. Cf. DOLHNIKOFF, Mirian. "Introdução". In: SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Publifolha, 2000, p. 3-14. Da mesma

evidentemente, esbarraram nos interesses de uma elite que ele mesmo julgava muito pouco ilustrada.

Restringindo-me ao que cabe aos propósitos deste estudo, vejamos como o notório santista se posicionava em relação aos índios bravios.

Durante as discussões da Assembléia Constituinte de 1823, José Bonifácio apresentou seus *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*, escrito no qual deixou clara sua visão dos indígenas contemporâneos:

> Com efeito o homem no estado selvático, e mormente o índio bravo do Brasil, deve ser preguiçoso; porque tem poucas, ou nenhuma necessidade; porque sendo vagabundo , na sua mão está arranchar-se sucessivamente em terrenos abundantes de caça ou pesca, ou ainda mesmo de frutos silvestres, e espontâneos; porque vivendo todo o dia exposto ao tempo, não precisa de casas, vestidos ou cômodos, nem dos melindres do nosso luxo: porque finalmente não tem idéia de prosperidade, nem desejos de distinção, e vaidade sociais, que são molas poderosas que põem em atividade o homem civilizado. Demais uma razão sem exercício, e pela maior parte já corrompida por costumes, e usos brutais, além de apático, o devem também fazer estúpido.[211]

O indígena, para Bonifácio, possuía atributos completamente antagônicos aos do homem civilizado. Sendo, no entanto, o autor formado a partir dos pressupostos iluministas, não deixava de acreditar na perfectibilidade dos "selvagens". Os motivos pelos quais os indígenas se encontravam em estado bárbaro tinham sua explicação no meio em que viviam. Abandonados nas matas, careciam de instituições sociais que permitissem seu progresso em direção à civilização[212]. Necessitavam apenas de estímulos para desenvolverem-se: "[...] não falta aos indígenas bravos o lume natural da razão".[213]

A habitual beligerância dos índios não tinha sua raiz no inatismo. Não eram nem naturalmente bons, nem naturalmente maus; eram meros autômatos que se portavam de modo belicoso por simples reflexo provocado pelas perfídias dos

---

autora: Cf. _____. *O projeto nacional de José Bonifácio*. *Novos Estudos Cebrap.* São Paulo, n. 46, 1996, p. 121-142.

[211] SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Op. cit., p. 48.

[212] Para Cunha, "[...] José Bonifácio, ao mencionar a perfectibilidade, usa o critério que se firmou na segunda metade do século XVIII. É Rousseau, é Blumenbach, mas também Kant e Herder que fazem da perfectibilidade a pedra de toque da humanidade. Trata-se do poder que tem o homem e o homem somente, de transformar suas condições naturais de existência, de se extrair da natureza, de se impor a si mesmo suas determinações". Cf. CUNHA Maria Manuela Carneiro da. *Antropologia no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 168-169.

[213] SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Op. cit., p. 50.

colonizadores. Se tratado com afabilidade, o indígena tornar-se-ia uma tabula rasa na qual o agente civilizador inscreveria os fundamentos do contrato social:

> Tenho pois mostrado pela razão, e pela experiência, que apesar de serem os índios bravos uma raça de homens inconsiderada, preguiçosa, e em grande parte desagradecida e desumana para conosco, que reputam seus inimigos, são contudo capazes de civilização, logo que se adotam meios próprios, e que há constância e zelo verdadeiro na sua execução.[214]

O receituário proposto por Bonifácio consistia na retomada de alguns pontos fundamentais instituídos pelo Diretório pombalino promulgado em 1758 e revogado em 1798. Nesse documento administrativo, Pombal determinava a extinção da prática de aldeamentos, que passariam à condição de vilas ou freguesias; o fim do cativeiro; e o término do privilégio religioso no trato dos indígenas em favor da tutela de diretores que deveriam primar por transformá-los em trabalhadores, bem como administrá-los até estarem miscigenados.

Contudo, ao mesmo tempo em que revisitava o Diretório, Bonifácio descartava os elementos do mesmo que julgava equivocados:

> Com a administração porém dos novos Diretores, ainda quando o Diretório fosse bem executado, nunca os Índios poderiam sair da sua perpétua minoridade, obediência Fradesca, ignorância e vileza. Onde estão as escolas que ordenou em cada povoação? Quais tem sido os frutos colhidos de tão frias, porém mal pensadas, e pior executas providências? Ou nenhuns, ou de bem pouca monta. Segundo nossas Leis, os Índios deviam gozar dos privilégios da raça Européia; mas este benefício tem sido ilusório, porque a pobreza em que se acham, a ignorância por falta de educação, e estímulos, e as vexações contínuas dos Brancos os tornam tão abjetos e desprezíveis como os negros.[215]

O projeto sugerido por Bonifácio para a conquista dos indígenas consistia na retomada dos aldeamentos, controlados por missionários reunidos para esse fim e mantidos com renda das próprias ordens religiosas. Os missionários zelariam pelo sucesso destes aldeamentos, proporcionando condições de sobrevivência através do trabalho dos silvícolas, convertendo-os à religião, ensinando-lhes a civilização através de ofícios e instrução.

---

[214] Ibidem, p. 52.
[215] Ibidem, p. 51-52.

Os *Apontamentos* foram muito bem recebidos pelos constituintes de 1823. Não obstante, o texto foi esquecido em meios às confusões que marcaram a Assembléia, logo dissolvida por D. Pedro I, que mais tarde promulgaria a Carta Constitucional de 1824, na qual nenhuma menção foi feita aos indígenas.

Ainda que o projeto de José Bonifácio tenha sido engavetado sua recomendação de se usarem "meios brandos e persuasivos" no trato com os indígenas, de acordo com Carneiro da Cunha, passou a fazer parte do discurso oficial[216]. Porém, isso nem de longe significou o desaparecimento de práticas repressivas, que perduraram oficiosamente. Em 1834, com a descentralização ocasionada pelo Ato Adicional, as províncias passaram a legislar por conta própria a respeito dos indígenas de seus territórios, o que resultou, em alguns casos, na imediata adoção de medidas claramente coercitivas.

Somente em 1845 os "brasílicos" seria contemplados por uma política de nível global com a publicação do "Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos Índios", considerado o único documento indigenista geral do Império, menos político, é certo, do que administrativo, e largamente tributário das propostas de Bonifácio. Entre 1822 e 1845, portanto, os indígenas ficaram suspensos do ponto de vista jurídico-formal, caracterizando esse interregno como um *vazio de legislação.*[217]

De selvagem agressor a selvagem agredido

Como espero ter evidenciado anteriormente, os membros reunidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pertenciam a espaços de sociabilidade urbanos, mormente os da Corte. Estavam profundamente envolvidos na vida política do Império, muitos deles chegando a ocupar os mais altos escalões do Estado. Dedicavam-se também a atividades de ciência e de letras, embebidos do Iluminismo lusitano – essencialmente pedagogista, religioso e humanitário. Elementos estes

[216] CUNHA, Maria Manuela Carneiro da. "A política indigenista no século XIX". Op. cit., p. 137.
[217] Ibidem, p.138-140.

que nos permitem identificá-los aos homens de *gabinetes de política e de ciência*, nos termos propostos por John Monteiro[218].

Afora isso, me parece proveitoso destacar as relações institucionais mantidas pelo IHGB com estabelecimentos científicos estrangeiros, pois desvela certas afinidades ideológicas. Dentre tais instituições, têm relevância proeminente as Sociedades Etnológicas de Paris e Nova Iorque[219], que como bem sublinhou Lilia Schwarcz, eram profundamente tributárias da concepção monogenista, portanto, fiéis à idéia de perfectibilidade e à crença no aprimoramento do gênero humano, em oposição às Sociedades Antropológicas, mais próximas dos pressupostos biológico-raciais e adeptas da tese da imutabilidade dos tipos antropóides[220].

Acredito que a confluência dos elementos elencados contribuiu sobremodo para o tipo de percepção que imperou no Instituto brasileiro sobre os indígenas recalcitrantes: o filantrópico[221]. O fragmento abaixo é emblemático nesse sentido, uma vez que evidencia a certeza de que mesmo os mais degradados filhos das brenhas poderiam alçar patamares de civilização.

> A ferocidade de seus maiores, os *Aimorés*, e juízos que fornece a carta régia de 3 de maiôs de 1808, tem servido de engrossar a opinião generalizada da crueldade dos *Botocudos*, e dar corpo a publicações caluniosas contra eles, não e escrupulisando (sic.) até mesmo o severo historiador Southey em avançar – que os

---

[218] É fato que alguns sócios do Instituto tinham larga experiência sertaneja, nas quais mantiveram contatos diretos com indígenas das brenhas, sustentando mesmo assim posturas filantrópicas, como é o caso do coronel Joaquim José Machado de Oliveira, do marechal da Raymundo da Cunha Matos e do general José Vieira Couto Magalhães. Note-se que todos eram militares. É interessante sublinhar que o discurso da brandura era propugnado por membros da caserna desde fins do século XVIII, a exemplo de homens como o capitão Domingues Alves Branco Muniz Barreto e por José Arouche Toledo Rendon, cujos planos para civilização dos indígenas vieram a lume, respectivamente, em 1788 e 1823, posteriormente publicados na **RIHGB**, em 1842 e 1856. Existem vários estudos isolados centrados no pensamento indigenista desses autores. Contudo, desconheço trabalhos que se preocuparam em analisar de forma exaustiva o conjunto desses textos, intentando entender uma possível relação entre a formação militar de tradição luso-brasileira e as formulações de projetos para a incorporação dos indígenas. Lembremos a importância, em período posterior, do Marechal Rondon.

[219] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1846, p.153 e p. 413.

[220] Cf. SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças...* Op. cit., p. 53-54.

[221] A filantropia, de acordo com o significado que tinha à época, pode ser entendida, grosso modo, como uma virtude moral possuída pelo homem e que consiste no amor por seu próximo. Crença esta que com o avançar do século XIX eivar-se-á de um profundo etnocentrismo e servirá como argumento de justificação ao colonialismo, o famoso "fardo do homem branco". Sua utilização remonta ao século XVIII, no qual passa então a possuir uma conotação secularizada da idéia de caridade. Sua propagação deu-se, sobretudo, pelos movimentos abolicionista ingleses em fins do setecentos. Um estudo que se detém sobre influência da vertente inglesa da filantropia no Brasil pode ser encontrado em: DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco*. Southey historiador do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. Para a vertente francesa consultar: DUPRAT, Catherine. *Pour l´amour de l´humanité.* Le temps dês philanthropes. La philanthropie parisienne des Lumières à la monarchie de Juillet. Paris : CTHS, t.I, 1993.

> *Botocudos*, logo que colhem às mãos um prisioneiro, ainda vivo sorvem-lhe o sangue, para depois começarem o abominável festim, em que deve ser devorada a carne da vitima. *Contudo, porém, convém dizer-se por esta ocasião, que além ainda assas problemática a antropofagia dos atuais Aymorés ou Botocudos, uma vez tratados com benignidade e franqueza, tornam-se verdadeiramente amigos e bons para tudo, por serem dotados de bastante inteligência, generosos e de caráter firme* [...][222]

A explicação buscada pelos membros do IHGB para a relutância dos indígenas em aceitar as benesses da civilização, valer-se-á de uma história magisterial: revisitar os passado tanto para reter dele os sucessos quanto para evitar a repetição dos fracassos.

Nessa perspectiva, a costumeira belicosidade dos botocudos canibais, tão evocada para referendar ações repressivas e justificar sua animalidade, seria nada mais do que a resposta ao tratamento desumano perpetrado pelos colonizadores. A beligerância dos "selvagens indômitos" foi entendida como o espólio legado por séculos de tirania contra os nativos.

No já comentado texto de von Martius, *Etnografia da América*, publicado em 1838, o pesquisador bávaro atribuía a inexorável extinção dos abjetos indígenas do presente a um processo iniciado bem antes da chegada dos adventícios ao Novo Mundo. Contudo, reconhecia igualmente que a "[...] Europa, não podemos negá-lo, acelerou essa catástrofe prevista há milênios [...]". Aceleração esta provocada pelo espírito violento dos espanhóis e portugueses: "As feridas da América são principalmente produzidas por povos de origem latina"[223].

Vários sócios se debruçaram sobre o período do domínio português para demonstrar a gênese do processo que incitou os indígenas à recalcitrância. De acordo com então o primeiro secretário do IHGB, Januário da Cunha Barboza, a situação de barbárie era corolário da escravidão imposta pelo branco desde os primórdios da colonização. Na pena do cônego:

> Lançando uma vista rápida sobre a escravidão, em que gemeram os índios do Brasil, desde a descoberta deste continente, até que leis mais humanas lhes quebrassem os ferros, acharemos a causa principal do retardamento da sua civilização na bárbara cobiça, com que os portugueses os caçavam como feras em suas matas, para os empregar em duros trabalhos... formando de suas carnes açougues

---

[222] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1849, p. 158 (grifo meu).
[223] **RIHGSP**. São Paulo, 1904, p. 561.

> públicos para sustentação de seus cães. Os maiores excessos de crueldades a que os índios se entregavam, eram represálias pelas crueldades que sofriam, servindo mais à conquista da América de extinguir, em poucos anos, milhões de seus habitantes, do que civiliza-los pelas santas máximas do cristianismo[224].

Um ano após a publicação do artigo supracitado, o cônego mais uma vez reiterou sua argumentação acerca do estado dos indígenas brasileiros. Entretanto, dessa feita, o autor dirigiu suas críticas não apenas ao colonizador, mas também aos herdeiros da política de extermínio que a apregoavam como resolução dos problemas causados pelos aborígines:

> Não podemos ler sem mágoa o que tem escrito, e até mesmo praticado muitas pessoas, que assim tem declarado guerra de extermínio aos pobres indígenas: e ainda que a violência os tenha feito retroceder às brenhas e sertões, muito diminuídos em suas tribos, contudo ainda restam indígenas bastante para se lembrarem de que são declarados inimigos os que lhes roubaram o país e a liberdade, e que abusando da sua simplicidade, lhes pagaram os serviços e a hospedagem com maus tratos, perfídias, e morte... Eis pois um motivo assaz poderoso para se cuidar afincadamente em se destruir o principal obstáculo à civilização dos índios; ele consiste nas justas desconfianças que os nossos predecessores plantaram nos corações de tais homens, podendo dizer-se que eles tem sido mais religiosos em cumprir as suas promessas e alianças, do que nós que os temos quase sempre considerado ou como feras, ou como homens só criados para nos servirem de bestas de carga[225].

A costumeira violência praticada pelos indígenas, dessa forma, era na verdade fruto da reação à intolerância do branco. Essa secular intolerância tinha plantado o sentimento de hostilidade na tradição dos indígenas brasileiros que, ao terem suas terras usurpadas, em função da ambição dos europeus, não tiveram outra saída a não ser perpetuar entre seus descendentes seu ódio ao colonizador. Sua agressividade não decorria da sede de sangue intrínseca a sua natureza, era a colheita daquilo que os colonizadores haviam semeado entre os indígenas. No fragmento abaixo, Cunha Barbosa registra a situação de guerra que assolava as áreas rurais:

> Faltos de escrituras, mas não privados de memória, valem-se dessa tradição oral para passarem a seus filhos e a seus netos

[224] **RIHGB.** Rio de Janeiro, 1839, p.159-160.
[225] **RIHGB.** Rio de Janeiro, 1840, p. 6.

> sentimentos de vingança que nunca perdem; e se a nossa força oferece suficiente barreira, nos lugares povoados, à sua brutal inundação, ainda assim ela não poderá valer às fazendas disseminadas, que por muitas vezes têm sido pasto de sua furiosa vingança[226].

Em 1858 Teófilo Otoni, em relatório encomendado pelo então primeiro secretário do IHGB, Joaquim Manuel de Macedo, e publicado na RIHGB no mesmo ano, intitulado "Notícias sobre os selvagens do Mucuri", narrou a generalizada violência nas regiões disputadas por índios e cristãos. Otoni identificou uma única origem para esse estado de tensão: a brutalidade, tirania e barbárie dos conquistadores, até então predominantes. Sua argumentação traçava um paralelo entre o absurdo atribuído à lógica da sociedade monárquica e ao tratamento dado aos índios. O relatório enfatizou as atrocidades cometidas, e a grande selvageria sublinhada foi a dos cristãos civilizados. O autor descreveu a história da ocupação daqueles territórios a partir de uma profunda crítica, tanto à sociedade colonial quanto à imperial. Arbitrária, truculenta, alheias às disposições da lei e, sobretudo, bárbara.

Para Otoni, a prática vigente apoiava-se exatamente no oposto do que deveria ser o avanço civilizador de fato. Os soldados davam a seus cães a carne dos botocudos. Os índios eram caçados como animais acuados. O autor mencionou o exemplo de um oficial das divisões do rio Doce que confessava "não ser mais homem quando se lhe falava em botocudos"; quando seus cães farejavam aqueles índios, ele dizia sentir a mesma emoção de um caçador cujos cães farejassem um veado.

Os relatos de Otoni também descreviam a agressividade dos indígenas, mas a considerava como uma reação. Todas as expedições de desbravamento pagaram às flechas dos índios o seu "tributo de sangue". Os moradores de Minas Novas sofriam os danos materiais e humanos decorrentes das correrias dos botocudos em áreas povoadas, porém, para Otoni, tudo advinha do "tratamento bárbaro que tinham recebido os selvagens desde o tempo da conquista", lembrando ainda "da Carta Régia de triste recordação declarando guerra aos botocudos"[227]. Enfim, os ditos agentes civilizadores coloniais e do Império haviam sido justamente os mais selvagens e mais brutais.

---

[226] **RIHGB.** Rio de Janeiro, 1840, p. 6.
[227] **RIHGB.** Rio de Janeiro. 1858, p. 177.

Nessa mesma seara, porém discorrendo especificamente a respeito da província de São Paulo, o coronel Joaquim Machado de Oliveira assegura que os males trazidos pelos silvícolas eram as recompensas pela espoliação feita pelos conquistadores, cujo sentimento de ganância se alastrou já com chegada de Martin Afonso ao litoral de São Paulo:

> D'então data o extermínio e perseguição dos indígenas, que habitavam pacificamente aquele litoral e o território do interior que lhe é correspondente; tirando sem maior pena o seu alimento de pescaria, da caça, do fruto das matas, e do pequeno cultivo da terra que entretinham. Foi quando teve princípio a época da devastação e usurpação de suas terras, e consequentemente a extinção do domínio que tinham sobre elas desde remotas eras[228].

Em seguida, o autor foi ainda mais contundente ao sustentar que a vida nômade dos índios, sua habitação em territórios inóspitos, sua agressividade, em suma, os problemas mais patentes para sua conversão na atualidade, seriam resultado da ação dos conquistadores. Ao se referir aos indígenas entranhados nos sertões, Oliveira afirma:

> [...] que com tamanha atrocidade tinham sido lançadas do território em que desde muito habitavam, buscaram refúgio nas matas do interior... levando daí em diante uma vida nômade. Reduzidos a hordas errantes, acuados como feras perseguidas, forçadas a viver precariamente, os índios têm se feito terríveis pelo seu caráter bravio e feroz. Desta feita, as hordas em suas expedições de caça matam e assolam homens e coisas com nunca vista ferocidade, pungidas sem dúvida do ódio implacável que guardam contra os brancos, em represália das antigas animosidades que contra seus ascendentes praticam os conquistadores. [229]

Creio ser lícito afirmar que esse debruçar-se sobre o período colonial no intuito de desnudar a violência empreendida pelos colonos contra os indígenas, consistiu em uma variante da tese pessimista que advogava o desaparecimento irrefreável dos indígenas, expressado tanto por um defeito congênito de sua índole, nos termos proposto por Martius, quanto pelas ações repressivas dos europeus – o que atenuava em muito a responsabilidade dos brasileiros.

---

[228] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1846, p. 205.
[229] **RIHGB.** Rio de Janeiro, 1846, p. 206-207.

Quer fosse por motivos naturais, quer fosse em virtude do secular tratamento recebido, os índios iriam desaparecer. No limite, o discurso histórico construído pelos historiadores do Império pode ser entendido como uma "narrativa de extinção"[230], que esvaziava o papel dos indígenas como agentes históricos. Criaturas acuadas destruídas pela marcha da civilização. Sua belicosidade, longe de constituir um aspecto inerente a sua cultura, foi entendida pelos historiadores do Império como um grito de socorro que suplicava por misericórdia. Substituiu-se, dessa forma, o estereotipo de pura crueldade pelo de vítimas desesperadas.

Se sua aniquilação como grupo étnico era um fato irreversível. Caberia aos representantes dos ideais da civilização tutelá-los de maneira branda até a consumação de seu destino funesto. As opiniões veiculadas pelo Instituto e sua crítica a atitudes persuasivas, legitimavam as posições dos poderes oficiais, materializadas no "Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos Índios" publicado em 1845. Segundo Lúcio Tadeu Mota: [...] O decreto tinha como eixo central a fixação das populações indígenas em determinadas áreas, impunha-lhes a tutela governamental e instituía o paternalismo administrativo.[231]

Catequese e civilização

A viabilização de meios para integrar os indígenas à civilização constituiu-se num problema ao qual os membros do IHGB se dedicaram desde os momentos iniciais da agremiação. Ainda que com algumas variações, os projetos e sugestões aventados no Instituto balizavam-se a partir das noções de aldeamento, catequese, trabalho e miscigenação.

Um dos primeiros receituários foi sistematizado por Januário da Cunha Barbosa, que em texto publicado em 1840, deixou clara sua posição: "Sou de opinião de que a catequese é o meio mais eficaz, e talvez o único, de trazer os índios da barbaridade de suas brenhas aos cômodos da sociabilidade" [232]. Como argumentação para sua postura, Barbosa recorreu aos escritos legados por jesuítas

[230] Cf. MONTEIRO, John Manuel. Op. cit., p. 127.
[231] MOTA, Lúcio Tadeu. Op. cit., p. 4.
[232] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1840, p. 3-4.

do naipe de Antonio Vieira, justificando que os inacianos foram os únicos que de fato primaram pela liberdade dos indígenas.

O estado em que se encontravam era completamente antagônico ao da civilização. Contudo, o cônego asseverava que sua conversão ao grêmio da sociedade não era uma tarefa impossível, embora demandasse algumas medidas incontornáveis. A primeira delas consistia no ensino das línguas nativas ao missionário:

> [...] o ensino das línguas dos Indígenas é indispensável a sua catequese; e a experiência tem mostrado, desde a descoberta do Brasil, quão poderoso tem sido este meio de comunicação entre povos tão distante na escala social. As verdades do Cristianismo, que se lhes anunciavam no seu próprio idioma, penetravam mais facilmente nos seus corações, e os faziam render a pronta adoração à Cruz e ao Evangelho.[233]

Para que os ensinamentos dos fundamentos cristãos fossem vertidos para os idiomas nativos, seria de suma importância que o Estado fundasse e mantivesse escolas destinadas a ministrar aos missionários as línguas indígenas.

O passo seguinte deveria primar pela educação dos selvagens. O escopo da pedagogia de Barbosa era infundir entre os indígenas a idéia de propriedade privada, bem como o valor do comércio. Nesse sentido, evoca Rousseau, filósofo a quem credita a tese de que a sociedade só passa a existir no momento em que foram usados os termos *meu* e *teu*. O cônego, a partir de uma leitura bastante particular do autor do "Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre homens", esvazia o conteúdo negativo imputado pelo pensador de Genebra ao advento da propriedade privada.[234]

Uma vez incutida a necessidade material entre os indígenas, passar-se-ia ao terceiro passo, qual seja incorporar os silvícolas à lógica do mundo do trabalho, criando um contingente que em última análise proviria o Império de mão-de-obra útil:

> Criadas as primeiras necessidades nos indígenas, devem-se também criar logo os meios necessários à sua pronta satisfação; e estes consistem no estabelecimento de oficinas grosseiras, que sirvam também de escola aos indígenas aldeados, e lhes persuadam o amor do trabalho. Uma forja de ferreiro, por exemplo, um tear grosseiro, uma serraria, etc. serão tão necessários aos

[233] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1840, p. 14.
[234] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1840, p. 16 e nota 4.

> adultos como as escolas, em que se ministrem a seus filhos as primeiras letras, e a doutrina Cristã.[235]

Cristianizar, semear as noções de propriedade privada e demonstrar as benesses do comércio e do trabalho, tais seriam as etapas propostas por Barbosa para que os índios partilhassem dos cômodos da civilização. Introjetados esses fundamentos, o processo civilizatório encontraria seu coroamento no incentivo ao casamento entre brancos e índios: "Também muito aproveitará que os nossos oficiais de oficina se casem com índias, e os índios com as filhas desses oficiais, ou com mulheres das povoações mais próximas".[236]

.A exaltação da catequese foi objeto do "Breves reflexões sobre o sistema de catequese seguido pelos jesuítas no Brasil", artigo da lavra do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Nesse escrito, Pinheiro, apesar da ampla erudição, não avança muito em relação às observações de Cunha Barbosa no que dizia respeito à importância ocupada pelos inacianos no trato com os indígenas. Seu objetivo principal foi o de narrar, de um modo extremamente nostálgico e idealizado, os grandes feitos obtidos pelas missões jesuíticas, cujas invejáveis conquistas foram ceifadas pelos colonos patrocinadores das bandeiras e pela coroa portuguesa:

> Ao contemplar a pasmosa (sic.) desaparição da raça indígena depois da queda da companhia de Jesus, dir-se-á que só estes regulares possuíam o fio de Ariadne para penetrar no labirinto da catequese. A chave do enigma quanto a mim consiste em que os discípulos de S. Inácio haviam estudado profundamente o caráter e os costumes dos índios; estudo este que seus sucessores desprezaram; ao que se deve acrescentar as absurdas medidas emanadas da corte de Lisboa. A melhor delas é o célebre *diretório* de 17 de Agosto de 1758, que todavia abunda em disposições contraditória e absolutamente inexeqüíveis, deixando larga margem

---

[235] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1840, p. 17. Gostaria de sublinhar que a instituição de escolas para as crianças indígenas foi de fato levada a efeito, como recomendou o cônego Barbosa, após 1845, ficando sob a incumbência dos missionários capuchinhos. Não é insólito supor que os redatores do projeto do "Regulamento" tenham tido contato com os textos do Instituto Histórico. De qualquer forma, a postura pedagógica adotada nesses estabelecimentos escolares possuía muito do teor das propostas de Januário da Cunha Barbosa. Nas palavras de Marta Amoroso: "Quando se implantou, a escola em área indígena buscou-se atender demandas muito claras. Sua existência era emblemática da política indigenista da época, erguida sobre os pilares da catequese e da civilização e pautada por um conjunto de princípios que giravam em torno da conversão, educação e assimilação branda da população indígena ao conjunto da sociedade nacional. A recomendação da "brandura" no trato com os índios empunhava a escola e a catequese contra a violência militar das bandeiras coloniais e outras violências presentes no cotidiano das frentes de colonização". Cf. AMOROSO, Marta Rosa. *Mudança de hábito: Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos*. *Revista Brasileira de Ciências* Sociais. São Paulo, vol. 13(37), 1998, p.203.

[236] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1840, p 17.

> ao arbítrio dos diretores das aldeias que foram a principal causa da sua completa aniquilação. Pondo aqui termo a estas minhas toscas *Reflexões*, direi que seria muito conveniente que fossem aproveitadas as tradições da catequese jesuítica, cujos vestígios com dificuldade se poderiam descobrir nessas poucas aldeias, que ainda existem, como para atestarem o seu antigo esplendor [...] Creio mesmo, que se ao invés de cuidar-se em suprimir as ordens religiosas, existentes no país, fossem elas chamadas para o trabalho da catequese, ainda muito bons serviços poderiam prestar, e quiçá reconquistariam assim a grande popularidade de que outrora gozaram[237]

Uniu-se ao coro dos cônegos, Joaquim Norberto da Silva e Souza com sua "Memória documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro". O aspecto distintivo desse artigo está menos em suas prescrições do que em sua minuciosa reconstrução histórica do projeto de colonização e sua relação com as especificidades culturais dos aborígines. Contemplando o período do descobrimento até o século XIX, Joaquim Norberto pretendeu construir um modelo, baseado em uma ampla variedade de fontes, a partir do qual outros escritores poderiam inspirar-se para realização de um diagnóstico histórico ambicioso dos êxitos e fracassos dos aldeamentos ao longo do período colonial, no melhor estilo de uma história magisterial:

> A história dos aldeamentos de Índios na província do Rio de Janeiro não será de pequeno interesse para a atualidade, em que as idéias de colonização e catequese tomam incremento, como os dois únicos meios de promover o aumento da deficiente povoação do vasto império americano [...]; e sendo a história a mestra da experiência, muito convém assinalar as causas que têm contribuído para a decadência e aniquilamento de aldeias, que tanto floresceram e prosperaram, mostrando as vicissitudes por que passaram.[238]

A proposta de aldeamentos dirigidos por religiosos, entretanto, não era uníssona entre os sócios do IHGB, pelo menos não à maneira praticada em São Paulo ao largo do período colonial, como alertou o coronel Joaquim Machado de Oliveira, indubitavelmente um dos maiores exemplos de historiador-etnógrafo do Instituto. Suas preocupações voltaram-se principalmente para província de São Paulo, cuja história da relação entre colonizadores e índios foi interpretada por Oliveira como a trajetória da tirânica ação conquistadora das bandeiras e a

---

[237] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1856, p. 397-398.
[238] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1854, p. 109-110.

usurpação dos direitos indígenas, o que faz de modo vigoroso por intermédio de minuciosa análise documental, produzindo dessa forma uma detalhada história da escravidão indígena da província em questão.

Sua munição crítica não se dirigiu, como afirmei acima, somente às bandeiras, mas também ao modo como muitos aldeamentos religiosos se organizaram em São Paulo, nos quais o objetivo era menos a catequese do que a submissão completa e miserável dos índios:

> Os padres superiores levavam nas aldeias de sua administração o mesmo teor de vida, se não mais nociva e pesada aos índios, que os administradores leigos: condiziam-se com suma avidez, e com as mesmas ou talvez mais exageradas pretensões e exigências sobre o haver dos seus administrados, curvados sempre ao peso de trabalho esmagador.[239]

Os escritos de Oliveira representaram uma espécie de desmistificação dos empreendimentos jesuíticos que imperavam como modelos paradigmáticos de brandura entre os sócios do IHGB:

> Nas aldeias que constituíram o apanágio dos jesuítas e capuchos, os seus administradores evitavam com penas rigorosíssimas a comunicação não só entre os índios e os brancos, como de umas para outras que não fossem da mesma grei. Esta incomunicabilidade chinesa, que, sem dúvida, aprendera-se do sistema jesuítico seguido nas missões do Paraguai, era certamente com o fito de se ignorar o estado de desolação e miséria em que jaziam estas aldeias, e de se não incutir no ânimo dos acabrunhados índios princípios e sentimentos repugnantes do atroz predomínio ali exercido, e que podiam desvairá-los na submissa e embrutecida obediência em que convinha faze-las permanecer por maior glória e vantagens da potência dominadora. E tanto mais que, existindo relações entre índios e brancos podia-se estabelecer-se comparação entre a condição das duas raças; e a indígena, reconhecendo quanto era grande sua miséria e degradada dos atributos do homem, reagisse contra os seus famulentos e ávidos opressores, e entrasse para a massa da população, que, conquanto sujeita, ao bastão despótico dos governadores, dispensava-se-lhe ao menos certos gozos da vida social, que não podiam ter os apoquentados índios.[240]

Alguns anos mais tarde, o coronel Joaquim Machado de Oliveira em um estudo monográfico sobre a história dos índios Caiapós, reitera as atrocidades

---

[239] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1846, p. 214.
[240] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1846, p. 215.

cometidas pela Igreja Católica de modo mais contundente, ponderando, no entanto, que o catolicismo do Brasil oitocentista, expurgado de seu cruel passado, deveria servir como exemplo de empenho à conversão dos índios coevos:

> No centro das matas do Brasil bem como no das montanhas rochosas, o sucessor do missionário, que empenhar-se a fazer entrar a raça índia na marcha da humanidade, achar-se-á cercado só por um pequeno número dos últimos representantes dela. Seus esforços, porém, serão malogrados; e talvez consiga apenas plantar sobre a sepultura dos derradeiros descendentes da raça exterminada essa mesma Cruz que, civilizando os avós, quisera poupar ao mundo o opróbrio desse extermínio. O meado do século XIX abriu para a América do sul uma nova era [...] Que o Brasil demonstre com toda a evidência, e com a maior amplitude que couber em suas faculdade, a tarefa que o catolicismo pode e deve cumprir – de depositar o gérmen da civilização entre os índios, trazendo-os ao grêmio da vida social, é o mais ardente voto do humilde escritor do Caiapó.[241]

Muitos outros artigos e monografias sobre os meios de civilizar os indígenas podem ser encontrados nas páginas do trimensário do Instituto, de tal que forma que a exposição poderia alongar-se em larga medida. Poderíamos nos deter ainda nos documentos oficiais que retratam a repercussão em nível regional das diretrizes do "Regulamento" de 1845, fartamente enviados pelos presidentes de províncias ao Instituto. No entanto, creio que tal empresa fugiria ao escopo deste estudo.

O fato é que as considerações feitas pelos membros do IHGB acerca do modo de chamar os indígenas à sociedade imperial, apesar de alguns pontos de discordância, tinham como argumento central a defesa da catequese com meio mais eficiente para tanto. Os problemas interpostos pelas adversidades dos sertões eram reiteradamente explicados pela herança de violência e da omissão da coroa portuguesa durante o período colonial.

No limite da análise, as posições dos membros do Instituto Histórico afinavam-se perfeitamente à legislação indigenista propugnada pelo Estado Imperial em 1845, que instituía a política de aldeamento e concentração dos índios, geralmente retirados dos territórios de expansão agropastoril, para serem entregues à administração leiga secundada por missionários religiosos, na maioria das vezes Capuchinhos, conforme as diretrizes estipuladas pelo "Regulamento". Contudo, a recorrente falta de diretores redundava, como assinalou Maria Manuela Carneiro da

---

[241] **RIHGB**. Rio de Janeiro, 1861, p. 523-524.

Cunha, em acúmulo do cargo de missionário e diretor, o que na prática significava direção religiosa nos aldeamentos.

Ainda segundo Carneiro da Cunha, o meado do século XIX representou o cume de um processo iniciado desde o Diretório pombalino, no qual a questão indígena passa a ter como único espaço de discussão a arena dos interesses do Estado:

> Se durante quase três séculos ela (a questão indígena) oscilava em função de três interesses básicos, o dos moradores, o da coroa e o dos jesuítas, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, a distância ideológica entre o poder central e o local encurta-se na proporção da distância física. Desde 1759, quando o marquês de Pombal havia expulsado os jesuítas, nenhum projeto ou voz dissonante se interpunha ao debate; quando os missionários são reintroduzidos no Brasil, na década de 1840, ficarão estritamente a serviço do Estado[242].

Os letrados do Instituto Histórico, mesmo como partícipes ativos da discussão sobre a integração dos indígenas à sociedade envolvente, permaneceram em um espaço de debate limitado pelo Estado Imperial, como fiéis representantes e legitimadores dos desígnios do mesmo, defendendo o aldeamento e a catequese como meios para a civilização. A atuação do IHGB nessa discussão teria sido uma unânime chancela histórica da política indigenista "branda e tutelar" do período não fosse a incômoda e ecoante voz de um de seus membros mais ilustres: Francisco Adolfo de Varnhagen.

O visconde de Porto Seguro: uma voz destoante

> [...] O Brasil todo sabe que ao generoso amparo de V. M. I. deve o seu Instituto Histórico a existência [...]. A presente obra (História Geral do Brasil) aspira à honra de ser considerada produção daquela associação, a cujas publicações e estímulos devidos a V. M. I., se confessa devedora.[243]

---

[242] CUNHA, Maria Manuela C. "A política indigenista no século XIX". Op. cit., p. 131.

[243] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen ao Imperador D. Pedro II, datada de Madrid, 14 de julho de 1857". In: _____. *Correspondência Ativa*. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1961, p. 242.

O fragmento acima foi retirado de uma missiva enviada por Varnhagen ao Imperador em 1857. Nessa carta o visconde de Porto Seguro lamentava a D. Pedro II o fato de o IHGB não ter emitido qualquer juízo a respeito de sua obra máxima, *História Geral do Brasil*, em circulação desde 1854. As lamúrias de Varnhagen não eram infundadas, pois já havia remetido o livro para que ele passasse pelos ritos formais da Academia e pela avaliação de seus pares. Em carta a Joaquim Manuel de Macedo, Varnhagen registrava seu desejo pelo timbre do Instituto:

> [...] submetendo-o em todo caso à ilustrada censura dessa corporação, a que me associei tão do coração, me daria por feliz se ela se dignasse protegê-la, perfilhando-a, como de um dedicado filho seu que é [...]"[244]

No registro da ata de reunião do dia 7 de dezembro de 1855, a mesa diretora designou como incumbência da Comissão de História emitir uma apreciação sobre o livro de Varnhagen. Apreciação esta que nunca veio a ser realizada. Nas atas de seção publicadas no trimensário encontra-se apenas o registro da apresentação do índice do *História Geral* feita por um sócio à platéia presente no salão nobre. Imediatamente após o término da leitura o presidente da seção deu seguimento à pauta. Indiferença eloqüente, que faria o autor de *HGB* sentir em sua própria carne o afiado gume da foice do Instituto que ele tão habilmente manejara dez anos antes.

O motivo de tamanha frieza, como já adiantei, deveu-se ao modo como o visconde de Porto Seguro se posicionou em relação aos indígenas em seu escrito. Desse modo, sem desconsiderar as muitas interpretações feitas sobre o pensamento de Varnhagen[245], me restringirei a expor de modo sucinto a imagem construída pelo autor de *HGB* dos indígenas.

Tributário da tese de que uma nação não era construção do acaso, mas o resultado de ações orientadas por um referencial – leia-se o Estado – com a

---

[244] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Carta de Francisco Adolfo de Varnhagen ao Primeiro secretário do IHGB Joaquim Manuel de Macedo, s/d". VARNHAGEN. Op. cit., p. 230-231.

[245] Um estudo bastante sugestivo dedicado à questão indígena na obra de Varnhagen e que desvela os dois momentos distintos do pensamento do autor sobre os índios, pode ser encontrado em: OLIVEIRA, Laura Nogueira. *Os índios bravos e o Sr. Visconde:* os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo Varnhagen. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, 2000.

finalidade de sujeitar a concretude da realidade a um projeto ideal[246], Varnhagen interpretou a história do Brasil como um percurso cujo principio já comportava o seu próprio telos; o empreendimento náutico português que resultou na descoberta do Brasil tinha como fim último erigir o Estado brasileiro: "Assim pois a verdadeira história do Brasil reduz-se à da colonização, civilização, organização e desenvolvimento deste Estado".[247] Para Varnhagen, o fio condutor de qualquer análise sobre a história brasileira deveria ser o do constante embate entre os arautos da civilização contra a inóspita barbárie das terras americanas. Tomada de forma isolada tal premissa não divergia das convenções estabelecidas pelo Instituto Histórico a respeito da "marcha sucessora da civilização na Terra de Santa Cruz". Porém, vejamos.

À época do descobrimento os portugueses encontram hordas de selvagens degradadas por guerras constantes e infindáveis, motivos pelos quais o contingente silvícola era diminuto e de fisionomia sorumbática; constituíam-se como um povo fadado naturalmente à extinção. Portanto, Varnhagen alertava que não se alongaria na descrição de sua bestialidade, pois não queria "[...] arrepiar as carnes dos leitores, como os bárbaros as de suas vítimas".[248]

A preocupação nutrida pelo historiador na década de 1840 a respeito da origem dos indígenas brasileiros e sua possível ascendência de uma civilização mais elaborada, passaram a segundo plano em sua *HGB*, em virtude da fragilidade do conhecimento produzido até aquele momento.

> No estado atual dos conhecimentos, seria irrisório lembrar-nos de entrar em investigações sobre a procedência dos povos que viviam neste continente, e cansarmo-nos, com os escritores dos séculos passados, em conjecturas sobre o modo como poderiam haver passado aqui esses descendentes de Noé.[249]

Face à decadência bestial dos indígenas o colonizador não teria outra opção no decurso de seu projeto civilizador a não ser subjugar os bárbaros pela força. O que é interessante notar é o fato de que para o autor a coerção bélica significava

---

[246] ODÁLIA, Nilo. *Varnhagen: história*. São Paulo: Ática, 1979, p. 21.; do mesmo autor Cf. _____. *As formas do mesmo*: ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Edunesp, 1997, p. 111-113.
[247] Apud. Oliveira, Laura Nogueira. Op. cit., p. 135.
[248] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, vol. I, 1978, p. 47.
[249] Apud. Oliveira, Laura Nogueira. Op. cit., p. 142.

exatamente a materialização dos desígnios da providência divina. Incumbidos da tarefa filantrópica de chamar ao grêmio da civilização tantos selvagens, que se entregues à própria sorte destruiriam a si mesmos, os europeus lançaram mão do único caminho possível:

> Assim, longe de condenarmos que se fizesse uso da coação pela força para civilizar os nossos índios, estamos persuadidos que não era possível haver empregado outro meio; e que dele havemos ter que lançar mão nós mesmos.[250]

Ao citar um cronista colonial, Varnhagen referendou sua opinião de que "[...] a escravidão e a subordinação são o primeiro passo para a civilização das nações". Ao se referir aos jesuítas e as leis de proibição de escravização dos indígenas promulgadas pela coroa portuguesa, afirmou:

> As providências de mal entendida filantropia, decretadas depois pela piedade dos reis, e sustentadas pela política dos jesuítas, foram a causa de que os índios começassem pouco a pouco a ser unicamente chamados à civilização pelos demorados meios da catequese, e que *ainda restem tantos nos sertões, devorando-se uns aos outros, vexando o país e degradando a humanidade*.[251]

Alguns parágrafos à frente, Varnhagen creditava ao equívoco representado pelas leis contra as bandeiras, o surgimento de um empecilho à civilização ainda maior que os próprios indígenas:

> Se o uso e as leis tivessem continuado a permitir que a cobiça dos colonos bem encaminhada arrebanhasse os selvagens do Brasil, sujeitando-os primeiro, não se teria ido aquela exercitar, além dos mares, buscando nos porões dos navios, e entre os ferros do mais atroz cativeiro, colonos de nações igualmente bárbaras e mais supersticiosas, essencialmente intolerantes, inimigas de toda liberdade, e que como que ostentam a raia da separação com que se extremam dos índios e dos civilizadores. Sem identidade de língua, de usos e de religião entre si, só a cor e o infortúnio vinham a unir estes infelizes [...][252]

Excetuando-se o consenso a respeito do estado degradado em que se encontravam os indígenas quando da chegada dos portugueses, o visconde de

---

[250] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Discurso preliminar". In: *História Geral do Brasil*. Madrid: Imprensa de S. J. del Rio, T. II, 1857. p. XXI.
[251] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. São Paulo: Melhoramentos, vol. I, 1978, p. 220.
[252] Ibidem, p. 221.

Porto Seguro posicionou-se na contramão das demais convenções estabelecidas por seus pares do Instituto Histórico. Ao contrário de outros sócios, que afiançavam que os indígenas recalcitrantes resultavam da longa história de violência perpetrada pelo colonizador, contra a qual se debateram incansavelmente os inacianos, Varnhagen afirmou que o estado belicoso em que se encontravam os indígenas ainda entranhados nas matas tinha sua explicação na morosa catequese, apanágio da "mal entendida filantropia sustentada pelos jesuítas".

A condenação sumária da força feita pelos historiadores do IHGB no trato dos indígenas foi de modo diametralmente oposto, aplaudida pelo autor de *HGB* por ser o único meio viável de torná-los civilizados no passado, e continuava a sê-lo no presente, como garantiu em seu *Memorial Orgânico*: "Não temos outro recurso, para não estarmos séculos à espera de que estes queiram civilizar-se, do que o de declarar guerra aos que não se resolvam submeter-se, e ocupar pela força essas terras pingues que estão roubando à civilização".[253]

Varnhagen amparava suas opiniões nos relatórios dos presidentes de província, a partir dos quais assegurava que o Brasil era um país mutilado pelas guerras entre índios e brancos que ocorriam nos sertões. Ao se referir ao "Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos Índios", não poupou críticas à legislação imperial:

> [...] longe de haver servido a melhorar as coisas, não fizera mais que vir autorizar legalmente os abusos, ou talvez a aumentá-los. Conclui que as províncias infestadas do flagelo dos índios Bravos se podiam considerar pior que infestadas pelo flagelo da guerra civil.[254]

Não fossem dois artigos publicados no trimensário do Instituto em 1856 e 1860, de autoria, respectivamente, do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e Gonçalves Magalhães, a repercussão de *HGB* na agremiação não teria passado da simples leitura burocrática de seu índice.

O artigo do cônego, como não poderia ser diferente, saiu em defesa do sistema jesuítico adotado no período colonial, que segundo Varnhagen teria sido um dos motivos principais do retardo no amansamento dos indígenas. Ao referir-se à

---

[253] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial Orgânico*. *Revista Guanabara*. Rio de Janeiro, 1851. p. 400.

[254] Apud. LESSA, Cláudio Ribeiro. *Formação de Varnhagen*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 186, 1945, p. 80-82.

passagem na qual o autor de *História Geral* define a catequese empreendida pelos inacianos como uma "mal entendida filantropia", Pinheiro retruca:

> Seja me lícito discordar neste ponto da respeitável opinião do nosso prestimoso consócio [...] Surpreende-me que uma pessoa tão ilustrada com o Sr. Varnhagen denomine de mal entendida filantropia a sincera defesa que faziam os primitivos jesuítas da liberdade dos indígenas, e que prefira os emprego de meios violentos ao da doçura e persuasão que rejeita por serem *demorados!!* Conseqüente com seu princípio chega até a desejar que se tivesse adotado para com os selvagens a *servidão israelita*, esquecendo que seria isto o mais monstruoso de todos os *anacronismos!* [255]

Em seguida comenta a passagem na qual Varnhagen recorre a um texto do padre Manuel da Nóbrega, em que o religioso parece defender a utilização da força no trato com os índios. Acusando o visconde de Porto Seguro de ser, ao contrário do que achava, parcial, pois pincelou uma frase isolada, Caetano realiza uma análise não menos parcial do escrito de Nóbrega para refutar as colocações de Varnhagen.

Em "Os indígenas do Brasil perante a história", Gonçalves Magalhães dedicou nada menos do que sessenta e três páginas para combater todos os principais argumentos detratores do autor de *HGB* a respeito dos indígenas brasileiros:

> [...] o Sr. Varnhagen incansável pesquisador de antigos documentos e que quase sempre viveu longe da pátria em serviço dela, transportando-se com imaginação aos tempos coloniais, constituiu-se o nosso mais completo historiador da conquista do Brasil pelos portugueses e panegirista da civilização a ferro e fogo, pelo cativeiro dos povos brasileiros, com quem não simpatiza.[256]

O autor de "Confederação dos Tamoios" interpôs para cada imagem negativa pintada por Varnhagen um retrato valoroso típico do indianismo romântico. Ao final de seu único artigo dedicado à questão indígena publicado nas páginas da RIHGB, terminou por recomendar a proposta, reiterada no Instituto à exaustão, de aldeamento e catequese:

---

[255] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1856, p. 388. (grifos do original)
[256] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1860, p. 9.

> [...] por meios brandos, e algumas dádivas de instrumentos agrários, e de avelórios, fácil nos fora atrai-los, e aldeá-los, e se ao invés de contratar Barbadinhos para catequizar as viúvas de nossas cidades, tratássemos seriamente de catequizá-los e chama-los à civilização e ao cristianismo. Se eles não nos dessem logo muitos braços à lavoura, e à nossa marinha, dariam seus filhos, já sujeitos às nossas leis, e falando a nossa língua; e nós cumpriríamos assim um dever que nos impõe a religião, a moral, a civilização, e o patriotismo.[257]

As opiniões do visconde de Porto Seguro sobre os indígenas foram tão mal recebidas pelos membros do Instituto que após a publicação de sua *História Geral do Brasil*, ele nunca mais viria a escrever qualquer artigo sobre questões relativas à etnografia nas páginas da RIHGB, como vinha fazendo com afinco desde a década de 1840.

As polêmicas envolvendo Varnhagen e suas posições truculentas, de um lado, e os defensores da brandura, de outro, extrapolaram as páginas do trimensário do Instituto e ganharam as páginas dos jornais da capital. Réplicas e tréplicas encarniçadas entre o autor de *HGB* e personalidades como Manuel A. de Almeida, Henrique de Beaurepaire Rohan e João Francisco Lisboa se prolongaram ao longo da década de 1850.

A defesa do uso da força contra os indígenas destoava completamente das apologias da brandura feitas nos círculos letrados do Rio de Janeiro, especialmente no IHGB. Contudo, retomando novamente as observações de John Monteiro, as posições de Varnhagen talvez não tivessem causado tantas indisposições se não representassem a justificativa intelectual – feita por expoente de peso da elite pensante da época – das práticas repressivas ainda largamente perpetradas nos sertões longínquos.

De velho decadente à infância do homem

> Quem não viveu nesse tempo não conhece por ter sentido diferentemente em si as mais fundas comoções da alma nacional. Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nessas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista católica e eclética, a mais

[257] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1860, p. 66.

> insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz... De repente, por um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do Império apareceu com toda sua nudez... um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte... Positivismo, evolucionismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na prosa e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação de intuição do direito e da política, tudo se agitou e o brado de alarma partiu da escola de Recife.[258]

Em fins da década de 1860, mas sobretudo ao longo do decênio seguinte, ocorreu uma substancial mudança no ideário da inteligência brasileira decorrente da recepção das novas doutrinas provenientes da Europa e Estados Unidos. Diversas matrizes teóricas como o positivismo, social-darwinismo e evolucionismo passaram a alimentar os intelectuais encastelados em diferentes instituições onde esse novo elã científico encontrou terreno fértil para florescer.

As teses deterministas das mais variadas matizes, racial, climática, cultural, oriundas das correntes monogenistas e poligenistas acomodaram-se, cada qual como lhes convinha, ao paradigma inaugurado com a publicação do *Origens da espécies*, em 1859, de autoria de Charles Darwin; livro recheado por uma gama de conceitos como seleção do mais forte, luta pela vida, sobrevivência dos mais aptos; sinonímias das noções que sustentavam as doutrinas liberais nas quais o capitalismo, então em pleno vigor, se assentava.

A naturalização do conceito de raça com base em pressupostos biológicos e o corolário de idéias dele decorrentes deslizaram facilmente para domínio das ciências do homem, servindo não apenas como argumento para justificar o estabelecimento de uma hierarquia entre os tipos humanos, não por acaso em pleno bojo da expansão imperialista européia, mas também para escalonar as diversas classes sociais; quanto mais baixo se situavam na pirâmide da sociedade, mais eram identificadas como causadoras de patologias que conspurcavam o bom funcionamento do corpo social. Na feliz expressão de Hobsbawn, o darwinismo social, propugnado nos trabalho de Spencer, Haeckel e outros, foi capaz "[...] de mobilizar o universo para confirmar seus próprios preconceitos".[259]

---

[258] ROMERO, Silvio, Apud. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças...* Op. cit. p. 27.
[259] HOBSBAWN, Eric J. *A Era do Capital* (1848-1875). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 278.

A mestiçagem entre diferentes grupos étnicos foi repostulada pelos novos paradigmas raciais como perniciosa e ameaçadora à estabilidade do caráter nacional de um povo. Nesse quadro, o Brasil surgia aos olhos de muitos intelectuais estrangeiros como um organismo profundamente doente em função do hibridismo exacerbado, encarado cada vez mais como um país impermeável à civilização; terrível quadro de miséria humana tão bem pintado por homens como o conde Arthur de Gobineau.

Entretanto, apesar dessa atmosfera pessimista a *intelligentzia* brasileira, como cabalmente evidenciou Lilia Schwarcz, manejou de modo *sui generis* esse arsenal interpretativo de maneira a conciliá-lo com as correntes liberais que àquela época começavam a arrebatar vários setores da elite pensante, produzindo, dessa forma, saídas originais que ao final apontavam para uma nação viável, a despeito do cadinho étnico que a conformava[260].

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não ficou incólume a esse novo ambiente científico, abraçando de bom grado a voga evolucionista que chegava do Velho Mundo, lançado mão de uma leitura particular de tais doutrinas, de maneira a acalentar um futuro no qual o Brasil se redimiria da multiplicidade étnica de seu povo.

O novo panorama ensejou uma revisão completa das certezas que nortearam os letrados do Instituto desde fins da década de 1840 até fins de 1860, no que respeitava ao estudo dos indígenas brasileiros. O binômio civilizado/bárbaro perdeu seu conteúdo sedimentado muito mais em noções filosóficas para adquirir cores advindas da biologia. As *nações* indígenas, termo utilizado pelos membros do IHGB para caracterizar as populações entranhadas nas matas cedeu lugar ao conceito de raça, habilmente utilizado por José Veríssimo em seu elogio à mestiçagem publicado na RIHGB com o título, “As populações indígenas e mestiças da Amazônia”, no qual afirmou que no Brasil “[...] as raças mesclam-se, fazendo desaparecer completamente os tipos puros”[261]. Algumas páginas à frente ao discorrer sobre as diferentes etnias indígenas da região amazônica embebido de noções darwinista-sociais sentenciou:

---

[260] Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças...* Op. cit.
[261] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1887, p. 296.

> É fato observado que quando dois povos ou duas raças se encontram na concorrência pela vida em um território conquistado por uma delas, a civilizada, a mais forte, aniquila ou absorve a mais fraca. Ou a reduz e dispersa pela força, ou assimilá-a pelos cruzamentos, o que é outra maneira de seleção.[262]

Não obstante, o texto de Veríssimo, datado de 1887, já era resultado bem acabado dos deslocamentos teóricos iniciados há pelo menos década e meia no IHGB. O divisor de águas nas interpretações da academia fluminense foi assinalado pela publicação do estudo do general José Vieira Couto de Magalhães em 1873. Esse longo escrito rompeu de modo profundo com os dois postulados a respeito dos indígenas do Brasil que vigoraram naquele estabelecimento letrado até então, quais sejam a tese de que os indígenas eram frutos de um longo processo de decadência de uma civilização elaborada perdida nas raias da história; e que o aldeamento e a catequese seriam os meios mais frutíferos para recolocá-los nos trilhos da civilização.

Após uma série de considerações geológicas e antropológicas apoiada em autores estrangeiros, Couto Magalhães asseverou ser o indígena brasileiro um ente estacionário, fóssil vivo representante de um estágio primitivo do gênero humano:

> Para mim é fora de dúvida que o selvagem do Brasil estava (à época do descobrimento) na idade da pedra polida, e diferindo essencialmente neste ponto dos do Peru, não conhecia a arte de fundir os metais e nem mesmo os distinguia das pedras com adiante mostrarei.[263]

A crença na existência de ruínas perdidas em recônditos lugares das densas matas brasileiras, que tanto alimentou os ânimos dos letrados do Instituto, levando-os até mesmo a financiar uma expedição ao interior da Bahia nos idos de 1840, é igualmente refutada por Magalhães:

> Assim como não encontramos pedra lascada e o período pastoril, fatos que nos levam, sobretudo o primeiro, a concluir que a povoação do Brasil foi posterior a eles, assim também não encontramos monumentos. [...] Nem um viajante que eu saiba até o presente mencionou uma só construção indígena antiga.[264]

---

[262] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1887, p. 315.
[263] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1873, p. 396.
[264] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1873, p. 415-416.

Em um segundo momento do texto, Couto Magalhães se dedica a explicitar os passos corretos para se chamar o índios ao seio da sociedade. Levantando-se contra os partidários da coerção, dirigiu-se, sem dizê-lo, a Varnhagen: "Se é certo que um membro do Instituto sustenta a bárbara opinião, de que a raça selvagem do Brasil deve ser exterminada a ferro e fogo, não é menos certo que tal opinião é singular"[265]. Magalhães, contudo, defendeu uma posição, àquele momento, não menos singular do que a do visconde de Porto Seguro. Ao se referir a política de aldeamento e catequese em vigência desde 1845, e tão louvada pelos membros do Instituto, Magalhães de modo virulento disparou:

> [...] o índio catequizado é um homem degradado, sem costumes originais, indiferente a tudo, e, portanto, a sua mulher e quase que a sua família. Os aldeamentos indo-cristãos não têm, pois, costumes originais: sua família é a família cristã, mais ou menos moralizada, segundo o caráter individual do catequista. [...] A prostituição que se nota em tão alta escala nas aldeias fundadas por nós, é a conseqüência forçosa do aldeamento, o qual, trazendo a vida sedentária a homens que não têm as artes necessárias para viver nelas, sujeitá-os à cultura da terra para obterem um alimento inferior para eles, ao que com menor trabalho conseguiriam na caça e na pesca, [...] Daí o desgosto, a preguiça, a ociosidade, que forçosamente corrompem tudo e criam a prostituição, a embriaguez e outros vícios. [...] Cada tribo que nós aldeamos é uma tribo que degradamos, é a que por fim destruímos, com as melhores intenções, e gastamos o nosso dinheiro.[266]

Notemos que se até então vigia a concepção de que os índios seriam entes degradados e o único meio de retirá-los de tal estado era a catequese, a partir do escrito de Magalhães essa ordem se inverte; a catequese representava a causa da degeneração em que os indígenas se encontravam.

Escrevendo em um contexto no qual a escravidão já começava a receber os golpes fatais, tais como a Lei do Ventre Livre, Magalhães teceu minuciosas observações a respeito do modo pelo qual o Estado poderia converter os milhares de braços indígenas em mão-de-obra útil, bem como transformá-los num enorme contingente populacional para povoar imensos sertões intocados do país, dispensando assim a adoção da imigração européia. Couto Magalhães recomendava as seguintes iniciativas: a construção de escolas indígenas na região

---

[265] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1873, p. 507.
[266] **RIHGB.** Rio de Janeiro, 1873, p. 476-477.

norte[267], com aulas ministradas em português e línguas nativas; aulas de artes e ofícios; preservação dos costumes originais dos povos indígenas e o incentivo à miscigenação. A partir desses passos, os índios, de acordo com o autor, reconheceriam por si mesmos os valores da civilização e por livre e espontânea vontade deixariam de ser indígenas.

De acordo com Maria Manuela Carneiro da Cunha, o projeto proposto por Couto Magalhães representou a única renovação substancial da legislação indigenista em nível nacional desde a implantação do "Regulamento" de 1845[268]. Maria Helena Toledo Machado reconheceu também o significado das formulações de Couto Magalhães, afirmando que suas inovadoras propostas no trato com os indígenas ressoaram profundamente mesmo em décadas posteriores, a exemplo de algumas linhas diretrizes do Serviço de Proteção ao Índio, já no período republicano[269].

A análise detida sobre as especificidades e inovações das idéias do general Couto Magalhães, definitivamente consolidadas em 1876 em seu livro o *Selvagem*, fogem, no entanto, aos limites desta pesquisa, pois se inserem em um outro universo político e epistemológico, ocasionado pelas intensas mudanças por que o país começava a sofrer no último quartel do século XIX.

O que importa destacar é que suas proposições a respeito dos indígenas brasileiros representaram uma dupla linha de ruptura com as teses em voga no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao longo dos três decênios e meio contemplados em nosso estudo; de vestígio senil de uma civilização anterior que se degenerou ao longo do tempo, o índio passaria a ser encarado como exemplo estático do estágio infantil do linear trajeto evolucionista da espécie humana; a outra linha de rompimento provocada pela assertivas de Couto Magalhães consistia em negar a validade do aldeamento e da catequese como receituário civilizacional tutelar para suprimir sua diversidade, em favor da valorização de sua cultura, colocando os indígenas, no entanto, em contato com as benesses do mundo

---

[267] O empreendimento de políticas educacionais dirigidas à população indígena da região norte na segunda metade do século XIX foi alvo da instigante análise de: RIZZINA, Irmã. *O cidadão polido e o selvagem bruto*: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia imperial. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2004.

[268] CARNEIRO da CUNHA, Maria Manuela. "Política indigenista no século XIX". In. _____(org.) *História do índios no Brasil.* São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 139-140.

[269] MACHADO, Maria Helena Toledo. *Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 25, 2000, p. 63-80.

civilizado de maneira que eles próprios se dispusessem a avançar de seu estágio primitivo em direção ao pleno desenvolvimento humano.

Não seriam poucas vezes, contudo, que a tese decadentista que cria serem os indígenas dejeto de um povo anterior responsável pela construção de monumentos dignos de comparação com as pirâmides egípcias e astecas, retornariam às páginas do trimensário do IHGB no período de hegemonia das correntes cientificistas de fim de século. Almejando descortinar um passado perdido nas brumas do tempo e no qual o solo brasileiro teria comportado uma civilização florescente, Tristão de Alencar Araripe em 1887 ainda acalentava o sonho de uma época portentosa para o país:

> Na época do descobrimento do Brasil o vemos ocupado por uma população analfabeta e balda de arquitetura, sendo por conseqüência incapaz de produzir monumentos literários e arquitetônicos. Se pois no Brasil verificamos a existência de antigas inscrições e de cidades abandonadas, devemos concluir que na nossa terra subsistiu um povo civilizado, que nela precedeu às tribos erradias encontradas pelos portugueses no seus advento às plagas brasílicas, e foi o escultor dessas inscrições e o edificador de tais cidades. No México e no Peru duram ainda os vestígios de adiantada cultura, que possuíam as populações obedientes aos incas e ao celebrado imperador Montezuma, quando os Espanhóis fizeram a conquista desses paises. Elas erguiam verdadeiros monumentos arquitetônicos, e expressavam os seus pensamentos por meio de sinais duradouros. Nenhuma coisa semelhante achou-se no Brasil ao tempo do seu descobrimento entre tribos indígenas, que nele viviam em completa selvageria sem outros edifícios mais que miseráveis cabanas de passageira duração, e sem outra expressão do pensamento além da voz e do aceno. De súbita importância é investigar, se efetivamente no solo brasileiro existem inscrições de caracteres ignotos e cidades soterradas e escondidas nas brenhas; porque, se chegarmos a resultado afirmativo, teremos assas avançado no conhecimento da arqueologia, oferecendo à história do homem novas teorias e novas idéias sobre as revoluções por que ele tem passado neste globo sublunar; a antropologia e etnologia farão novas conquistas. [...] Não devemos duvidar, que no Brasil venhamos ainda a descobrir letreiros e cidades escondidas nas selvas, quando no México pacientes indagações têm descoberto, depois do aparecimento de Palenca, outras cidades e portentosos monumentos dos Astecas e seus predecessores. Então surgirá no Brasil novo Champollion Figeac para descortinar o tenebroso caos do mundo americano [...][270]

[270] **RIHGB**, Rio de Janeiro, 1887, p. 213-223.

Considerações Finais

Ao longo dos capítulos desta dissertação, procurei problematizar o modo pelo qual os homens reunidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro trataram o elemento indígenas a partir do desejo de construir um país civilizado nos trópicos. Busquei compreender o IHGB como um *lugar social* circunscrito no espaço delimitado pelas noções postuladas pelo imperativo do Estado-nação. Nesse sentido, a operação historiográfica levada a efeito naquele espaço do saber efetuou uma distinção entre os índios do passado e os de seu presente.

Tendo como elemento guia de seus estudos a idéia de que o Brasil era um país digno de figurar no concerto das nações civilizadas, os letrados reunidos no IHGB, apoiados nas conquistas do conhecimento alçadas pelas pesquisas de viajantes estrangeiros, almejaram deslindar uma época perdida nas brumas do tempo na qual o território que mais tarde viria a se configurar como Brasil, comportou uma áurea civilização passível de ser evocada como prova inconteste da de sua vocação à civilização. Para tanto, não pouparam esforços para encontrar vestígios que pudessem ser decodificados como signos representativos dessa época recuada.

Contudo, em face de um presente no qual os indígenas apresentavam-se como entraves que dificultavam a sedimentação de um Estado-nação concebido a partir de um profundo etnocentrismo, valeram-se da noção de decadência para explicar a fratura entre o acalentado sonho de desnudar os indícios de um período glorioso e a ânsia de expurgar da nação a alteridade étnico-cultural das populações locais.

Nesse empenho de suprimir a alteridade indígena, os homens reunidos no IHGB intentaram refletir sobre os meios de chamar aos cômodos da sociedade

imperial os degradados aborígines coevos, a partir de uma leitura do período colonial, no qual acreditavam poder encontrar as raízes do estado belicoso e recalcitrante dos indígenas, ensejado pelo tratamento truculento que haviam recebido do colonizador. Dessa forma, advogaram a adoção de posturas brandas e tutelares que chancelaram as diretrizes da política indigenistas propugnadas pelo poder estatal.

No momento de definição de uma prática historiográfica no Brasil, os artífices dessa história construíram um quadro no qual os indígenas foram interpretados como povos fadados ao desaparecimento, e sua participação na história brasileira restringida apenas às páginas iniciais dos compêndios de história do Brasil. Essa memória, apesar dos deslocamentos posteriores, ainda hoje se mantêm viva.

Referências Bibliográficas

Fontes:

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1839-1873.

BITENCOURT, Liberato. *Homens do Brasil.* Rio de Janeiro, Gomes Pereira Editor, 1914, 12 vol.

BLAKE. Augusto Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970, 8 vol.

MARTIUS, Karl F. P. von. *O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil*. **RIHGSP**. São Paulo, 1906.

_____. *O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil.* São Paulo: Edusp, 1982.

_____. *Etnografia da América especialmente do Brasil: o passado e o futuro do homem americano.* **RIHGSP**. São Paulo, 1904.

_____. *Como se deve escrever a história do Brasil.* Rio de Janeiro, (Coleção Capistrano de Abreu), IHGB, 1991.

SILVA, José Bonifácio de Andrade e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. (visconde de Porto Seguro). *História Geral do Brasil.* São Paulo, Melhoramentos, 1978, 3 vol.

_____. *Correspondência Ativa*. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1961.

_____. *Memorial Orgânico*. *Revista Guanabara*. Rio de Janeiro, 1851.

_____.. "Discurso preliminar". In: *História Geral do Brasil*. Madrid: Imprensa de S. J. del Rio, T. II, 1857

Bibliografia:

AMORA, Antônio Soares. *A literatura brasileira.* São Paulo, Cultrix, vol. II, 1976.

AMOROSO, Marta Rosa. *Mudança de hábito: Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos*. *Revista Brasileira de Ciências* Sociais. São Paulo, vol. 13, (37), 1998.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional.* São Paulo: Ática, 1989.

BARMAN, Roderick J. *The prosopografy of Brazilian empire*. *Latin American Research Review*. vol. 13 (2), 1978.

CALLARI, Cláudia Regina. *Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, (40), 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. *Teatro das sombras*: a política imperial. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

_____. *D. Pedro II*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

De CERTEAU. Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.

CEZAR, Temístocles. "Presentismo, Memória e Poesia: Noções da Escrita da História no Brasil oitocentista". In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) *Escrita, Linguagens, Objetos.* Leituras de História Cultural. Porto Alegre, UFRGS, 2004.

CUNHA, Maria Manuela Carneiro da. "A política indigenista no século XIX". In: _____. (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA Maria Manuela Carneiro da. *Antropologia no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Da MATTA, Roberto. *Relativizando:* uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette.* São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco*. Southey historiador do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

DOLHNIKOFF, Mirian. "Introdução". In: SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Publifolha, 2000.

_____. *O projeto nacional de José Bonifácio*. *Novos Estudos Cebrap.* São Paulo, n. 46, 1996.

DOMINGUES, Heloísa M. Bertol. *As ciências naturais e a construção na nação brasileira*. *Revista de História*. São Paulo, nº. 135, 1996.

DUARTE, Regina Horta. *Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri*. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v.44 (22), 2002.

DUHRAM, Eunice Ribeiro. *O lugar do Índio*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, vol. 1 (4), 1982.

DUPRAT, Catherine. *Pour l´amour de l´humanité.* Le temps dês philanthropes. La philanthropie parisienne des Lumières à la monarchie de Juillet. Paris : CTHS, t.I, 1993.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador.* Rio de Janeiro: Zahar, vol. I, 1990.

ENDERS, Armelle. *O Plutarco brasileiro: a produção de vultos nacionais no Segundo Reinado*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.º 25, 2000/2001.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*: letrados, instituições invenção histórica (1870-1940). São Paulo, Edunesp, 2001.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas:* Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martis Fontes, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Record, 2002.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750-1900).* São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

GUIMARÂES, Maria L. P. *Sob a imediata Proteção de Sua Majestade Imperial:* O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo, (Tese de doutoramento) Universidade de São Paulo, 1994

_____. *Em nome da ordem e da moderação*: A trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro (1831-1836). Rio de Janeiro, (dissertação de mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

GUIMARÃES, Maria Lúcia Paschoal e HOLTEN, Birgitte. "O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Real Sociedade de Antiquários do Norte e o Dr. Peter Wilhelm Lund: a suposta presença escandinava na Terra de Santa Cruz e a Ciência". Texto apresentado no Encontro da Latin American Association, Guadalajara, México, 1997.

GUIMARÂES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1988, Vol. I nº. 1.

_____. *A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil*. In. CARVALHO, José Murilo de. *Nação e Cidadania no Império*: novos horizontes. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História*. *Humanas*. Porto Alegre, vol. 23, n. 1/2, 2000.

HOBSBAWN, Eric J. *A Era das Revoluções 1789-1848*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

_____. *A Era do Capital* (1848-1875). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWN, Eric; HILL, Terence (org.). *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

_____. *Visão do Paraíso.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

JANCSÒ, István; PIMENTA, João Paulo G. "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)". In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem incompleta.* A experiência brasileira. São Paulo, Senac. 1999.

KURY, Lorelai. "Viajantes e Naturalistas do Século XIX". In. PEREIRA, Paulo Roberto (org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional* – Guia de fontes sobre o Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001.

LANGER, Johnni. *Signos petrificados e civilização: a inscrição fenícia da Paraíba e outras questões arqueológicas no Brasil Imperial*. *Pós-História*. São Paulo, nº. 10, 2002.

_____. *A cidade perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império*. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, vol. 22, nº. 43, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Edunicamp, 1996.

LESSA, Cláudio Ribeiro. *Formação de Varnhagen*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol. 186, 1945.

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius*: natureza e civilização na *Viagem pelo Brasil* (1817-1820). São Paulo, Hucitec, 1997.

MACHADO, Maria Helena Toledo. *Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 25, 2000.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria.* São Paulo, Unesp, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff. de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo, Hucitec, 1988.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores*: estudos de história indígena e do indigenismo. Campinas, (tese de Livre-docência), 2001.

MOTA, Lúcio Tadeu. *O Aço, a Cruz e a Terra: Índios e Brancos no Paraná Provincial (1853-1889)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – Assis, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “A história para uso da mocidade brasileira”. In: CARVALHO, José Murilo de (org.) *Nação e Cidadania no Império*: novos horizontes. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

OBERACKER, Carlos. “Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, T. II (1), 1962.

ODÁLIA, Nilo. *Varnhagen: história*. São Paulo: Ática, 1979.

_____. *As formas do mesmo*: ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Edunesp, 1997.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaios em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro; UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. *Os índios bravos e o Sr. Visconde:* os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo Varnhagen. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, 2000.

PAIM, Antônio. “A cultura brasileira no momento de criação do Instituto Histórico”. In: WEHLING, Arno (org.) *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, IHGB, 1989.

PARAÌSO, Maria Hilda Baqueiro. “Os Botocudos e sua trajetória histórica”. In: CUNHA, Maria Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

POPPINO, R. E. *A century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *The Hispanic American Historical Review.* Vol. 33 (2), 1953.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. “Imagens e representações do índio no século XIX”. In. GRUPIONI, Luís Donisete (org.). *Índios no Brasil*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

_____. *O Brasil descobre os sertões. A expedição científica de 1859*. *Ciências Sociais Hoje*, Vértice, Anpocs, 1989.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*: relatos de viagem e transculturação. Bauru, Edusc, 1997.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização:* representações do índio de Caminha a Vieira. São Paulo; Zahar, 1996.

RAMOS, Alcida Rita. *O Índio Hiper-Real*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 28, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

RIZZINA, Irmã. *O cidadão polido e o selvagem bruto*: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia imperial. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – rio de Janeiro, 2004.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.

_____. *A Assembléia Constituinte de 1823.* Petrópolis: Vozes, 1974

_____. *História e historiadores do Brasil.* São Paulo, Fulgor, 1965.

ROMERO, Silvio. *História da literatura* brasileira. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953. 4 vol.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: um problema nacional?*. *Revista de História*. São Paulo, nº. 118, 1985.

SHAPOCHNIK, Nelson. *Como se escreve a história?*. In: *Revista Brasileira de História: Memória, história, historiografia.* São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 13 (25/26), 1993.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. "Imagens do Brasil: entre a natureza e a história". In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil – Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Os guardiões de nossa história oficial". *Cadernos IDESP* 9. São Paulo, IDESP, 1989.

_____. *O Espetáculo das raças:* cientistas instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

_____. *As Barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

TAPAJÒS, Vicente. "Karl Friedrich Philipp von Martius". In: MARTIUS, Karl F. P. Von. *Como se deve escrever a história do Brasil.* Rio de Janeiro, (Coleção Capistrano de Abreu), IHGB, 1991.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial.* São Paulo, DIFEL, 1978.

WEHLING, Arno. *As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1983.